



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de abertura do “Salão do Turismo – Roteiros do Brasil”**

**São Paulo-SP, 01 de junho de 2005**

Meu querido companheiro Walfrido, ministro do Turismo,  
Meus queridos companheiros governadores Marcelo Miranda, de  
Tocantins, e Ronaldo Lessa, de Alagoas,  
Nosso querido Antonio Waldez Góez, governador do Amapá,  
Nossa querida Wilma, companheira governadora do Rio Grande do  
Norte,  
Embaixador dos Estados Unidos,  
Meus companheiros do Sebrae, da Caixa Econômica e da Infraero,  
Meus caros deputados,  
Deputada Edna Macedo,  
Deputado Alex Canziani,  
Deputado Marcus Vicente,  
Meu querido companheiro João Carlos Coser, prefeito de Vitória,  
Meu caro Marcelo Sáfadi, presidente do Fórum Nacional de Secretários  
de Turismo,  
Meu caro Milton Zuanazzi, secretário nacional de Políticas do Turismo,  
Meus companheiros, companheiras,  
Meu caro Gutierrez,  
Minhas amigas e amigos empresários,  
Meu querido Cláudio Lembo,  
Meus queridos amigos da imprensa,

Eu não sei se vocês perceberam que o otimismo do Walfrido chega a ser



além da conta, porque imaginem vocês que ser Ministro do Turismo deve ser uma boa coisa, porque ninguém faz turismo em lugar que não seja bom. O turismo, o cidadão vai – normalmente deveria ser assim, mas depois que inventaram o celular dificultou um pouco – mas o turista, quando resolve fazer uma viagem, ele deve se despojar de todos os problemas que teve até então e quase que sair como se estivesse nascendo de novo, passar 30 dias sem brigar com a mulher, sem brigar com os filhos, sem se importar com o atraso das contas, sem se importar com nada, porque se ele sair com dois celulares e estiver andando na praia falando ao telefone, seria melhor ficar no escritório e não fazer turismo.

E o Walfrido é isso, ele é mineirinho, conhecia apenas o Vale do Aço e o Vale do Jequitinhonha. Depois que virou Ministro do Turismo, o mundo está a seus pés.

Vocês sabem que é muito prazeroso para o Presidente da República ter na sua equipe pessoas como o Walfrido e como a equipe que ele montou. Certamente a equipe do Walfrido, sem desmerecer quem quer que seja que já passou por essa área, eu não sei se em algum momento da história do Brasil, nós tivemos uma equipe tão afinada, tão otimista, tão criativa e tão disposta a transformar o turismo, definitivamente, numa grande indústria de produção de riqueza deste país.

Eu não acredito que em outro momento histórico o Brasil teve isso, porque vocês, os mais novos sabem, e os mais velhos não esqueceram ainda que o Turismo já foi do Ministério da Agricultura no Brasil. Vejam a concepção de turismo que se tinha no Brasil. Era ligado ao Ministério da Agricultura, depois foi ligado ao Esporte, foi ligado a não mais quantas pastas. E nós resolvemos criar um ministério só para cuidar do Turismo, para tentar pegar toda a inteligência nacional que pensa o turismo e começar a produzir as coisas que, normalmente, levam algum tempo, para dar o resultado que nós precisamos. E eu estou convencido, meu querido Walfrido, de que nós vamos



chegar lá.

Eu tive esta semana, e o Walfrido estava comigo, Marisa estava comigo, eu tive a alegria e o orgulho de ir ao Japão ver uma promoção do Brasil no Japão: um metrô com as fotos de lugares muito bonitos do Brasil, três vagões num metrô que transporta 5 milhões de pessoas por dia. E eu fiquei imaginando o quanto nós podemos convencer o povo japonês a vir para o Brasil. E não tem outro jeito, a primeira condição para que alguém faça turismo num lugar é conhecer o lugar. Ninguém vai para o desconhecido. Quando vai, precisa treinar na Nasa, precisa fazer um monte de coisa, porque quantos anos ficaram testando para ir à lua? Isso é ir ao desconhecido.

Mas, no turismo, as pessoas querem saber, tem um setor em que o serviço funciona? Os garçons lá atendem a gente bem ou demoram três horas para trazer uma cerveja? A comida vem quente ou vem fria? Tem segurança ou não tem? As pessoas querem saber, se tiver, elas vão. E o importante é que nós temos o que mostrar. Eu diria que tem países mais ricos do que nós, tem país territorialmente maior do que o nosso, tem país que tem mais tecnologia do que nós, mas eu duvido que tenha país com a diversidade cultural, as coisas da natureza, a quantidade de sol que tem o Brasil. Duvido.

Então, nós precisamos tirar proveito disso, recebemos isso de graça de Deus, muitas vezes a incompetência do ser humano fez com que estragássemos algumas coisas, mas agora a humanidade está tomando juízo, está cuidando do seu meio ambiente e nós poderemos dar muito mais densidade às coisas que nós temos em cada estado. E aí, nós temos que ter o cuidado viu Walfrido... eu estou com o discurso para falar bem de você mas eu vou falar bem de improviso, aqui, de você. Nós precisamos tomar cuidado porque é verdade que muitas vezes, no Brasil, as pessoas adquiriram o hábito de falar mal das suas próprias coisas.

No Brasil nós temos a mania da autocrítica muito forte. Nós somos muito exigentes conosco e muitas vezes você viaja para fora e vê as pessoas



criticando as coisas que não têm e falando muito pouco das coisas que têm. As pessoas não aprenderam a valorizar as coisas que existem, as coisas que são bonitas e as coisas que podem acontecer no Brasil, ou seja, as pessoas muitas vezes trabalham o negativo e não o positivo.

Não que tenhamos que esquecer as coisas que estão erradas ou que não estão dando certo, mas ninguém vai convencer turista a vir para o Brasil vendendo desgraça. Ninguém vai. Não tem um turista que queira ir ao Iraque agora, tem? Não tem não. Tem medo de ser seqüestrado. Então, ninguém vai para um lugar se a gente não der a exata dimensão da importância do lugar, do cuidado... um dia desses, no Rio de Janeiro, eu vi um turista perguntando para o dono do hotel se ele podia andar na praia. O cidadão da recepção dizendo que não, que não podia andar na praia. Ora, não só deveria dizer que o cidadão deveria andar na praia, como deveria ter gente, ou da polícia estadual, municipal ou do próprio hotel, no mínimo tomando conta num visual alto das pessoas. Se eu vou a Alagoas, se eu vou a Natal, se eu vou onde tem praia da melhor qualidade, e eu chego lá, não se pode andar na praia porque você vai ser assaltado, eu nunca mais volto lá... a gente sabe que até tem assalto, mas vamos pegar a proporção das coisas que acontecem com o turista no Brasil e vamos pegar no mundo. Muitas vezes acontece uma coisa que ninguém gostaria que acontecesse com o turista estrangeiro no Brasil, mas vamos ver também onde estava esse turista, onde ele foi meter a sua mão, porque eu frequento uns lugares há muitos e muitos anos, nós sabemos que existe determinado grau de violência, mas é plenamente controlado para os turistas seguirem os roteiros pré-estabelecidos dos lugares que tem mais tranquilidade. E eu acho que é isso que nós temos que vender.

Nessas viagens que nós estamos fazendo, o que nós estamos descobrindo? Muita gente até gostaria de vir ao Brasil, mas não tem como vir ao Brasil, não tem avião, não tem vôo. Muitas vezes as pessoas estão na África, têm que ir à França para virem para cá, e já ficam na França. Já ficam



lá, não vêm para cá.

Eu pedi ao companheiro Walfrido que, junto com a Infraero, junto com o DAC, preparasse um novo mapa geográfico dos aviões brasileiros, ou seja, não é possível, o Embaixador americano está aqui há pouco tempo, que alguém que more em Manaus, alguém que more no Amapá, alguém que more em Roraima, alguém que more no Acre, alguém que more no Pará, para ir aos Estados Unidos ter que vir a São Paulo, ou seja, ele anda mais, ele se distancia quatro mil quilômetros voltando para depois subir. Então, nós transformamos uma viagem de quatro horas e meia numa viagem de 12 horas e meia, além da “encheção” que eu não vou dizer, porque presidente não pode falar tudo que pensa, além de ficar três horas no aeroporto, quatro horas, duas horas e meia, cinco horas.

Então, nós precisamos, Walfrido, ter como tarefa quase que urgente... tem que ter um certo estado do Nordeste ou um certo estado do Norte que seja um ponto de recepção dos vôos regionais que levarão passageiros para lá. Não é possível que alguém que more no Ceará, que more em Pernambuco, que more em Sergipe tenha que vir a São Paulo, ao Rio de Janeiro para ir para a Europa. Se ele está a seis horas e meia, sete horas, porque ele tem que andar quatro horas para trás, três horas para trás? Fica mais cara a passagem, leva-se muito mais tempo. Essas são coisas que eu acho que nós, ao tomarmos as medidas – e não é fácil, o Walfrido sabe da briga, porque neste país, ao longo do tempo, se constituiu monopólio da aviação – então, tem países que querem mandar aviões para cá.

Eu, ontem, estava contando para um grupo de empresários. Eu fui na Nigéria. A Nigéria tem 140 milhões de habitantes. O Brasil tem um déficit comercial com a Nigéria de 3 bilhões de dólares, porque o Brasil compra muito petróleo da Nigéria, e o Brasil tem um déficit de 3 bilhões de dólares. Ora, meu Deus do céu, nós não podemos, primeiro, não tem um vôo do Brasil para a Nigéria. É só atravessar o Atlântico e já se está na Nigéria, são seis horas de



vôo, quatro horas e meia de vôo, cinco horas de vôo para que os nossos empresários possam ir lá vender os nossos produtos para desfazer essa diferença que nós temos de um déficit comercial absurdo. Se nós não tomarmos uma atitude, Walfrido, isso não acontece.

Nós temos países que querem vir para cá, temos a África do Sul que quer dobrar o número de aviões para cá. E tem toda uma regalia, tem umas regras estabelecidas no tempo do Império, quando nem tinha avião, mas devem ter estabelecido no tempo do Império, que cria dificuldades. E nós precisamos quebrar esses tabus para a gente poder fazer do turismo, realmente, uma indústria muito forte no Brasil. Nós temos tudo para ser um dos países mais extraordinários no turismo, no mundo. Nós temos, primeiro, praias como nenhum outro país tem, temos florestas como nenhum outro país tem, temos rios como nenhum outro país do mundo tem.

Temos uma diversidade que poucos países têm e temos um povo extraordinário que tem sido uma marca registrada em todas as pesquisas feitas no mundo inteiro. Uma das coisas mais admiradas no povo brasileiro é a gentileza, é a criatividade, é a simpatia, é a alegria. Então, nós temos tudo, temos apenas que estruturar.

A Infraero está fazendo a sua parte, eu quero aqui dizer que o nosso querido Carlos Wilson está fazendo uma pequena revolução nos aeroportos brasileiros, ou seja, uma das coisas que eu vou fazer com mais orgulho, Cláudio Lembo, é vir, não sei se em dezembro, inaugurar aquele estacionamento do aeroporto de Congonhas. O Presidente nunca precisaria inaugurar um estacionamento, mas eu já passei tanta raiva por causa daquele estacionamento, eu já passei tanta raiva e já xinguei tanta gente, já fui multado tantas vezes que o dia que inaugurar eu vou vir, aqui, inaugurar só para tirar esse peso. Eu, às vezes chegava com o carro ali para parar, o cara queria que descesse do carro andando, era um negócio maluco, eu xinguei tanto, eu fiz tanta queixa para deputado, para prefeito, para governador, e agora,



finalmente, vamos inaugurar, transformar isso numa festa, porque eu passei muito ódio.

Então, essa revolução que o Carlos Wilson está fazendo no aeroporto é porque o aeroporto é a cara, é a primeira cara, a primeira impressão quando você volta de um lugar, é o aeroporto. Se você chega num lugar, tem um aeroporto “muquifo”, você fica com a impressão muito... é verdade, você chega num aeroporto, não tem nada, não tem loja... eu pegava um avião daqui, ia ao Peru, ia a Cuba, chegava no aeroporto de Lima, isso há algum tempo, você ficava das duas horas – a Marisa ficou comigo – das duas horas da manhã às sete horas da manhã para pegar um outro vô. E não tinha sequer café e nem você podia sair.

Então, nós precisamos saber o seguinte: quando o turista tiver uma hora no aeroporto, ele tem que ter acesso a algumas coisas, uma lojinha para ele ver um produto e comprar, um cafezinho para ele poder tomar, um restaurantezinho para ele comer um lanche e tal, porque senão o cara volta mal impressionado. O turista começa a ficar nervoso, aí, ele que saiu de casa prometendo para a mulher: “meu amor, não vamos brigar mais, minha querida, sabe, beijinhos e beijinhos para cá e vamos lá, vamos que vamos”, quando chega no aeroporto que as coisas não dão certo ele já começa a jogar a culpa na mulher e aí o passeio dele vai ser triste, vai ser nervoso, a mulher vai pegar o telefone ligar para os filhos e contar a estória chorando, aí o marido já tem que ficar prestando conta... é uma desgraça.

Então, nós queremos contribuir para deixar... nós agora vamos fazer mais umas coisinhas no aeroporto de São Paulo, nós vamos estar fazendo no Santos Dumont, o de Alagoas vamos inaugurar agora, no dia 29 de junho ou de julho, vamos inaugurar o aeroporto de Alagoas; começamos o de Vitória, estamos começando o de Macapá, estamos começando o de Goiânia, Brasília vai ter a segunda pista, porque a Capital tem um aeroporto acanhado como aquele, ou seja, vamos ter que fazer uma coisa maior, os do Nordeste estão



todos ficando muito bonitos, coisa para causar inveja para qualquer aeroporto de qualquer capital européia.

É assim, nós nascemos para gostar de coisas bonitas, nós nascemos para gostar de coisas boas, e eu acho que nós ainda temos muito por fazer porque o Brasil, apesar de ter 500 anos, é um país novo e o turismo é uma modalidade nova. O turismo, antigamente, era quase um sacrifício de meia dúzia de pessoas ou de algumas centenas de empresários, porque não tinha política de Estado para o turismo. Eu me lembro de algum momento na história do Brasil em que eu fui muito amigo de um assessor de uma área de turismo, onde a única coisa que acontecia é que ele ia passar todo o final de semana em Búzios, então, o cara fazia do turismo uma coisa para ele, pessoal, não tinha política de Estado. O que o Estado pensa para o turismo? Quais são as mudanças que nós vamos fazer? Eu acho que essa revolução Walfrido, que vocês estão fazendo, e o Sebrae tem dinheiro, pode pedir um pouco mais que sempre sai, é só saber pedir. Porque o Sebrae tem preocupação de ajudar a geração de emprego. Ninguém, Paulo, gera mais emprego do que o turismo.

Então, eu vi uma coisa extraordinária. Eu estava com o Walfrido, domingo, no Japão, não, sábado, em Nagóia, de repente entre dois japoneses e uma japonesa que não falavam uma palavra em português, com chapéu de couro, imitando Maria Bonita e Lampião, com uma sanfona. E não é que eles tinham decorado a letra do Luiz Gonzaga, Asa Branca? E cantaram Asa Branca. Depois, teve outro grupo que cantou em japonês, dançou capoeira e homenageou a gente cantando Luar do Sertão. Imaginem, um grupo de japoneses que não sabia falar nem bom dia em português, cantou Luar do Sertão. Essas coisas fizeram com que eu fizesse muita provocação ao turista japonês que vai para o Japão. Eu dizia: olha, eu vejo nas fotos, vejo na televisão, milhares de turistas japoneses visitando as quedas de Niagara. Vocês vão a Niagara, depois vocês vão à Foz do Iguaçu. Aí vocês vão perceber que Niagara é um chuveirinho perto de Foz do Iguaçu. Conheçam os





dois para vocês fazerem a sua opção, passem lá, mas dêem um pulinho até o Brasil e vão conhecer a Foz do Iguaçu.”

Eu fico imaginando, meus queridos, e os empresários podem, por exemplo, Walfrido, esse esforço que vocês estão fazendo para essa feira, aqui. Eu só descobri o Brasil nas Caravanas da Cidadania, quando eu peguei ônibus, trem, e botei o pé na estrada para andar 91 mil quilômetros neste país, porque até então a gente não conhecia o Brasil. E eu digo para vocês que 90% do povo brasileiro não conhecem o Brasil. Isso que vocês estão fazendo aqui é um gol de placa. Agora, nós precisamos mais, Walfrido. Eu acho que nós precisaríamos conversar com os nossos homens de comunicação, na televisão. Tem tantos programas com apresentadores bons. Poderia dedicar dois minutos do seu programa para falar do turismo, para mostrar os lugares bonitos que nós temos. E eu acho que eles farão isso. A gente não pode dizer: “Ah, não tem dinheiro para fazer propaganda.” Porque também a gente só fala: “não tem dinheiro, não tem dinheiro.” Nós temos que conversar com as pessoas. Você tem que fazer um programa da terceira idade ou da segunda e meia, e você tem que ligar para uma Hebe Camargo e falar: “Hebe, eu quero que você me dê aí meia hora, que eu quero falar para o seu público sobre turismo.” Você pode falar com o Faustão: “Faustão, me dá aí uns cinco minutos para falar de turismo no Brasil, mostrar as coisas bonitas que temos.” Eu tenho certeza de que todos eles farão com prazer.

Eu estou dando uma dica aqui para o teu Secretário de Comunicação andar um pouco, porque senão a gente pensa que não faz porque não tem dinheiro. Eu acho que essas coisas acontecerão com a maior boa vontade dos meios de comunicação, se eles forem convencidos de que a idéia é boa. Eles têm que ser convencidos de que a idéia é boa. E assim é que a gente vai divulgar.

Quem conhece Vitória? Vitória passou, o Espírito Santo passou vários anos aparecendo no noticiário nacional por causa da violência. Vejam, quando



é que a gente vai, e aí os governadores dos estados têm responsabilidade, os prefeitos têm responsabilidade, que é tentar divulgar nacionalmente as coisas boas que têm.

O povo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, tem que saber que existe coisa bonita no Espírito Santo, se não mostrar, e aí vale para Alagoas, vale para Amapá, vale para Tocantins. Os governadores têm que ter políticas de divulgação do seu estado nos outros estados. Tem que ter divulgação. Eu estou dizendo isso porque eu tenho feito esse apelo em todos os encontros. Não pode o governo federal ir para a televisão falar bem de Pernambuco, de Alagoas ou do Rio Grande do Norte, não dá. Eu não posso ter essa prioridade, vocês é que têm que fazer.

Os gaúchos, com as suas bombachas, eles têm que saber que tem praias bonitas em todos os locais, melhores do que algumas que tem em outros lugares, eu ia falar mal, mas não vou falar porque senão a imprensa vai dizer... mas eu acho que essas pessoas precisam conhecer o Brasil como o Nordeste precisa conhecer São Paulo, precisa conhecer o Rio de Janeiro, precisa conhecer o Rio Grande do Sul, precisa conhecer as Missões, precisa conhecer uma série de coisas que tem em cada estado.

Então, companheiros, olhe, os números o Walfrido disse. Eu estou extremamente otimista, aliás, eu vou contar uma coisa para vocês: tem dia, não sei se acontece com vocês, tem dia em que você lê o jornal e você tem vontade de não sair de casa, acabou o mundo. Desde que entrei no governo, todo dia se lê, em algum lugar, alguma manchete de que acabou o mundo, está tudo errado, a economia não vai bem. Agora, começou outra vez.

Eu digo para os meus companheiros o seguinte: como eu não sou economista, não sou especialista, eu vou dizer: este ano a gente vai surpreender outra vez. Se o ano passado foi uma bela surpresa, este ano vai ser outra bela surpresa. Aqueles que acordam, porque tem gente que acorda tão azedo de manhã que dá para fazer limonada do seu suor, porque tem



gente muito negativa, tem gente que não acredita nas coisas, não há e não tem, escuta o que eu estou dizendo, sem ser economista, é verdade que houve uma retração agora? É verdade. Mas nós estamos crescendo a 8 trimestres consecutivos, coisa que fazia 10 anos que não acontecia no Brasil. Oito trimestres consecutivos. E tivemos que fazer um sacrifício muito grande para controlar a inflação. Porque, de inflação, este país tem experiência, e vocês têm experiência. Se a gente deixar ela voltar, alguns não perdem com a inflação, governador não perde, Caixa Econômica Federal não perde, a prefeitura não perde, a receita do Estado não perde, aliás, muitos gostariam de ter inflação porque ganham dinheiro com a inflação, mas o povo que vive de salário não pode ter inflação. Não ter inflação já é a garantia de um aumento de salário para essa gente.

Agora, qual é o dado importante, gente? Vocês sabem que é a primeira vez na história da economia brasileira que a gente tem saldo de conta corrente sem recessão, e com a economia crescendo. Porque o Brasil sempre foi assim: vamos exportar? Vamos. Mata o mercado interno. Aí, vamos fazer o mercado interno? Mata a exportação. Nós conseguimos combinar aquilo que é possível combinar do país crescer sem que o mercado interno tenha uma retração. Ontem, por exemplo, eu vi uma manchete: “Consumo da família cai 0,6%”. Aí, outra manchete no mesmo jornal: “Pesquisa da Federação do Comércio mostra que o varejo cresceu 5,6%”. Ora, se no varejo cresceu, o que estou consumindo no varejo? Quem compra?

Então, eu estou dizendo isso para vocês porque isso tem muito a ver com o otimismo do Walfrido aqui. Ou nós acreditamos que somos capazes de fazer este país não retroceder, e eu tenho dito todo dia: não esperem de mim nenhuma medida populista porque vai ter eleição daqui a um ano e meio. Eu não estou querendo construir uma base sólida de crescimento deste país para um ano. Este país vai ter que ter juízo e vai ter que ter um ciclo de crescimento sustentável por dez ou quinze anos se a gente quiser se transformar, um dia,



num país definitivamente desenvolvido e não, eternamente, num país em desenvolvimento. E aí não existe brincadeira em economia. Não existe.

Quero dizer para vocês outra vez: nós vamos fazer tudo que tivermos que fazer, independentemente do calendário eleitoral. Este país não vai retroceder. Nós já tivemos experiências demais neste país, tem gente que entra e brinca com este país, porque faz experiência, chega perto da eleição muda a regra do jogo, ganha a eleição, “desmuda” a regra do jogo. Nós não vamos fazer isso. Vocês estão lembrados que nós aumentamos os juros faltando 15 dias para as eleições das prefeituras. E aumentamos porque era preciso aumentar. E nós vamos tentar mostrar o seguinte: o país vai continuar com a política fiscal séria, porque se a gente gastar mais do que arrecada, o resultado nós sabemos o que é. Isso vale para a casa da gente, isso vale para o governo, vale para a prefeitura, viu João Coser, você que entrou agora, novinho, vá preparando as contas da prefeitura, porque se gastar mais do que tem, um dia alguém vai ter que pagar essa conta.

Então, companheiros e companheiras, meus amigos do turismo, eu quero dizer para vocês que vocês podem, se quiserem, junto com o Walfrido e junto com a sua equipe, transformar definitivamente o Brasil num pólo de atração turística para o mundo inteiro. Agora, se a gente quiser fazer isso, nós temos que ter determinação, não pensem que as pessoas virão para cá pelos belos olhos do Ministro ou pelos belos olhos do Presidente. Não virão. Eles virão para cá na hora em que nós formos convincentes.

Eu vi, Walfrido, no Japão, tem um programa da Globo. Tentar ponderar com eles, fazer um pouquinho de turismo do Brasil, vamos mostrar as coisas lá, produz essas fotos que estão aqui e manda fazer um Globo Repórter sobre os lugares bonitos do Brasil. Os lugares feios saem no jornal todo dia, mas os lugares bonitos nós temos que mostrar. Então, eu acho que o desafio não é teu, não vou jogar nas tuas costas toda a responsabilidade, e eu acho que é de todo mundo que trabalha com turismo. E eu quero, Walfrido, que você continue



com esse otimismo que você tem. No dia em que você levantar azedo não saia de casa, fique dentro de casa, porque se você for passar energia negativa para os outros, não saia, é melhor não sair.

Já não aconteceu com vocês, governadores, sair de casa, às vezes, chegar na secretária que paga o pato. Às vezes, as pessoas que não têm nada a ver com o azedume de vocês...

Então, eu acho que este país está precisando, definitivamente, de que as pessoas acreditem mais naquilo que estão fazendo. E eu quero parabenizar você e a sua equipe, porque vocês, definitivamente, com esta exposição aqui estão dando a demonstração de que acreditam, não só acreditam naquilo que estão fazendo, como estão fazendo outras pessoas acreditarem que o Brasil é, definitivamente, um país de atração turística como nenhum outro.

Meus parabéns, Walfrido, meus parabéns à tua equipe, meus parabéns aos empresários, meus parabéns aos governadores que vieram e, pelo amor de Deus, mais divulgação do Rio Grande do Norte, de Alagoas, do Amapá, do Tocantins na televisão para que o povo brasileiro saiba que existe, senão vai para Miami, vai para a França, senão vai para outro lugar.

Então, gente, a bola está conosco. Não vamos esperar que os adversários façam pelo Brasil, ou que os nossos concorrentes façam pelo Brasil o que nós mesmos temos que fazer.

Muito obrigado, meus parabéns e boa sorte meu querido Walfrido.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de entrega de cartões do Programa Bolsa Família**

**Santo André-SP, 04 de junho de 2005**

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro João Avamileno, prefeito de Santo André, e a nossa querida companheira Ana Avamileno, sua esposa,

Meus queridos companheiros deputados federais: Arlinho Chinaglia, líder do Governo, Edinho Montemor, Jamil Murad, João Paulo Cunha, professor Luizinho e companheiro Vicentinho,

Meus queridos companheiros deputados estaduais,

Vereadores,

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meu querido companheiro Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meu querido Siraque, nosso deputado estadual,

Minha querida companheira Maria Praxedes, a companheira que fez uso da palavra aqui,

Companheira Maria Regirene da Silva, que recebeu o cartão,

Quero cumprimentar todas as famílias que participam do Bolsa Família,

Meus queridos e queridas companheiros e companheiras funcionários da Prefeitura de Santo André, que estão trabalhando aqui para que as coisas possam funcionar corretamente,

Meus companheiros e companheiras de Santo André,



Havia dois anos que não vinha a Santo André, ou um pouco mais. Santo André que, como São Bernardo, Diadema, São Caetano, Mauá, fazem parte de tudo que nós construímos aqui, nesses últimos 20 anos. E venho aqui numa data muito especial. Uma data em que, possivelmente, marcará, na primeira grande cidade brasileira, a inclusão total das pessoas que têm direito de receber um Programa Bolsa Família.

O que nós lamentamos, ao mesmo tempo, é saber que, numa cidade pujante como Santo André, numa cidade extraordinária como Santo André, ainda tenha famílias que não tenham conquistado a sua plena cidadania, ganhando uma renda suficiente para sobreviver com dignidade com a sua família.

Mas tenho um compromisso, que é um compromisso de vida, um compromisso de campanha e um compromisso programático. Nós assumimos um compromisso de que, até o dia 31 de dezembro de 2006, todas as famílias brasileiras que ganham ou que estão vivendo naquela faixa considerada a faixa abaixo da linha da pobreza, iriam receber um programa de transferência de renda que lhes permitisse ter um mínimo de ação para a sua sobrevivência. E pelo IBGE, esses números davam por volta de 11 milhões e 400 mil famílias. Nós começamos este programa em 2003 e já temos, hoje, sete milhões e 108 mil famílias. O Patrus, aqui, falou de São Paulo, de 716 mil famílias, enquanto ele estava falando, já aumentaram mais nove mil famílias, porque agora já são 725 mil famílias, só no estado de São Paulo que, teoricamente, é o estado mais rico da Federação, é o estado mais industrializado da Federação. Mas, mesmo assim, ainda tem mais de um milhão de famílias, Marinho, vivendo abaixo da linha da pobreza e, se Deus quiser, a gente vai cumprir com o compromisso de chegar dia 31 de dezembro de 2006 e todas as famílias estarem recebendo esse benefício.

Mas, este ano, até o dia 31 de dezembro, nós queremos chegar a oito milhões e 700 mil famílias no Brasil, certamente consolidando o maior



programa de transferência de renda existente na face da terra, o mais importante programa de transferência de renda. Eu espero que, em setembro deste ano, quando estivermos em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, discutindo as metas do milênio, que a gente possa apresentar ao mundo a experiência do Brasil como uma experiência bem sucedida. E certamente, meu caro João Avamileno, Santo André será lembrada como a primeira grande cidade brasileira a atender a totalidade das pessoas mais carentes da sua cidade, recebendo o Programa Bolsa Família, com a participação valorosa e extraordinária da Prefeitura, que assumiu a responsabilidade de garantir quatro mil famílias recebendo o Bolsa Família.

Mas também todo mundo sabe que o Bolsa Família é quase que um Programa emergencial. Eu sonho que, um dia, a gente não precise do Bolsa Família. Eu sonho que, um dia, a gente tenha uma situação de desenvolvimento e crescimento econômico tão grande, que a gente tenha todo mundo trabalhando e que a gente não precise garantir uma ajuda de Bolsa Família para as pessoas.

Na verdade, o Bolsa Família é uma ajuda que, só sabe a importância desta ajuda quem sabe o que é, muitas vezes, não ter o que comer dentro de casa. Quem nunca passou necessidade, quem nunca ficou desempregado... quem ficou um final de semana em casa, mãe e um monte de filhos, e um marido, um olhando para a cara do outro, sem ter o que colocar no fogo para cozinhar, é que sabe a importância de um programa como este, do Bolsa Família.

E muita gente pensa que são só os miseráveis que precisam disso. Às vezes não. Às vezes você tem companheiro que era trabalhador, que estava dentro de uma fábrica trabalhando, que foi mandado embora, que está há mais de um ano desempregado, e esse companheiro adquiriu a sua condição de precisar de uma ajuda dessa para poder sobreviver. E quando eu falo do trabalhador desempregado, eu não falo de outras pessoas. Eu lembro,





perfeitamente bem quando eu morava em São Caetano, na rua Pá de Mororó, a rua da igreja, lá da Vila São José, em São Caetano, na famosa crise de desemprego de 1965, que a gente ficava, eu, outro irmão desempregado, duas irmãs, em uma vila, viu João Paulo, que ainda dava enchente, eu mudei da Ponte Preta, em São Paulo, por causa da enchente, fui para a Vila São José, que era mais alto. No ano seguinte, deu um metro e meio de água dentro da minha casa, e a gente sentava, no final de semana, ficava minha mãe, minhas duas irmãs, eu, meu irmão Frei Chico, olhando um para a cara do outro, para saber se tinha um bocado de feijão com água, para colocar no fogo para comer. E, muitas vezes, não tinha. Muitas vezes não tinha, e eu sei que isso acontece com muitos de vocês hoje, trinta anos depois, ainda acontece com muita gente neste país.

Agora, é preciso que as pessoas mais ricas, que as pessoas que têm um certo padrão de vida, compreendam que um programa como este, não é apenas um programa assistencialista, como eles falam. É muito cômodo, é muito fácil, alguém que toma café todos os dias de manhã, alguém que almoça todos os dias, alguém que janta todos os dias, para quem nunca faltou o pão, dizer: “ah, mas este programa é assistencialista. Se o governo estivesse fazendo estrada, era melhor do que dar o Bolsa Família”. É melhor para quem não sabe o que é isso que eu estou falando aqui. É melhor para quem não sabe o que é um filho, agarrado no rabo da saia da mãe, pedindo um copo de leite para beber, ou um pedaço de pão com manteiga, e não ter para dar.

Portanto, nós vamos cumprir com o nosso compromisso de garantir às pessoas, por mais pobres que elas sejam, o mínimo necessário para sustentar a sua família, as calorias e as proteínas necessárias à sobrevivência humana.

E por isso, meu querido Marinho, esta semana foi uma semana de alegria, porque nós tivemos uma reunião também a semana passada, com os Sem-Terra, em Brasília, depois de uma extraordinária passeata ordeira, tranqüila e pacífica, e esta semana tivemos uma reunião com a Contag. E a



gente, Marinho, vai combinar o Bolsa Família com uma geração de empregos, com investimento na agricultura e na agricultura familiar, para que a gente evite que novas pessoas possam precisar receber o Bolsa Família.

Para você compreender, meu caro Marinho, você que é presidente de uma grande central sindical, a safra 2002/2003, a safra começa em julho de um ano e termina em julho do outro ano, a safra 2002/2003 terminou em julho de 2003. Tinha previsto, João Paulo, quatro bilhões de reais para investir na agricultura familiar, estavam disponibilizados quatro bilhões de reais. Quando chegou no final da safra, apenas dois bilhões tinham sido retirados pelos trabalhadores. Nós colocamos, para a safra 2003/2004, cinco bilhões e 400 milhões. Descobrimos, até por uma denúncia tua, Marinho, que me telefonou em Brasília e me disse que o Banco do Brasil não estava atendendo corretamente. Foi a partir da tua, do teu telefonema, que nós descobrimos que muitos gerentes do Banco do Brasil, pelo Brasil afora, tinham desaprendido a atender pobre, a atender o pequeno agricultor, estavam acostumados a atender apenas grandes proprietários de terra. E o sucesso daquele ano, Marinho, é que a gente colocou cinco bilhões e 400, e conseguimos emprestar quatro bilhões e 400 milhões de reais, dois bilhões e 400 a mais do que na safra anterior. E para a safra 2004/2005, fomos um pouco mais ousados, companheiro Arlindo. Colocamos sete bilhões de reais. Agora, estamos no mês de junho. Ainda faltam vinte e poucos dias para terminar a safra dos sete bilhões, e a minha alegria, a minha alegria é que nós, que pegamos a primeira safra com dois bilhões, este ano já emprestamos seis bilhões e 255 milhões de reais. Ou seja, mais de três vezes o que foi emprestado na primeira safra, quando nós tomamos posse. O que significam seis bilhões? Significam mais gente produzindo, significam mais gente tendo assistência técnica, significam mais gente comprando coisas, significam o resultado da produção melhor e significam mais esperança para o futuro.

Fizemos a reunião com a Contag e fomos mais desafortunados ainda, meu



querido Jamil Murad, meu querido Luizinho, meu querido Vicentinho. Saímos de sete para nove bilhões de reais para financiar a agricultura familiar desta próxima safra. Nove bilhões de reais. É uma quantia jamais pensada em qualquer época de qualquer governo. Porque, neste país, nunca se respeitou o pequeno agricultor familiar que, muitas vezes, tinha uma propriedade no Norte ou no Nordeste, no Sul ou no Sudeste e, por falta de dinheiro de financiamento, esse companheiro era obrigado a deixar a sua terra, abandonar a sua casinha e vir tentar a sorte em uma grande cidade do Sul do país.

E nós fizemos mais: quando nós tomamos posse não tinham – de todas as propriedades da agricultura familiar – não tinham mais que 2% de assistência técnica. E hoje nós já temos 75% da agricultura familiar com assistência técnica e chegaremos a 100% no final do ano, levando tecnologia, levando conhecimento para que a agricultura familiar possa se transformar numa fonte geradora de trabalho, numa fonte geradora de riquezas e, portanto, numa fonte geradora de distribuição de renda neste país.

Não é só a agricultura familiar, a agricultura empresarial, que é responsável por um terço do PIB brasileiro, que é responsável por grande parte das nossas exportações também, que deve sair da ordem de trinta e poucos bilhões para quarenta e poucos bilhões, eles querem 45, nós vamos tentar ver aonde chegamos, porque a agricultura brasileira não pode parar e porque a agricultura brasileira tem que continuar sendo um grande filé para as exportações brasileiras. Mas para mim, que sou nordestino, a minha maior alegria não são essas coisas que eu falei, mas é o programa estratégico que muda a matriz energética na área de combustível neste país, que é o programa de Biodiesel que nós estamos fazendo. Aliás, a Petrobrás, este ano, se transformou numa empresa auto-suficiente, o Brasil se tornou auto-suficiente na produção de petróleo.

O programa de Biodiesel, sobretudo para quem conhece o Nordeste brasileiro, para quem conhece uma parte do Norte do Brasil, para quem



conhece a região da seca no Nordeste, o Biodiesel, naquela região, vai ser produzido da mamona, vai ser produzido da semente de girassol, vai ser produzido do coco de dendê, vai ser produzido no Sul do país e Sudeste, de soja. E nós acreditamos que o programa do Biodiesel terá para o Brasil o mesmo efeito que teve o Pro-Álcool, Edinho Motimor, nos anos 70. Eu estou convencido de que o Brasil se transformará num país de ponta, no país carro-chefe da produção de biodiesel, porque os Estados Unidos estão produzindo biodiesel de milho, que custa três vezes mais do que estamos produzindo. E um dia, o governo americano vai compreender que, ao invés de utilizar milho para fazer biodiesel, é melhor dar o milho para as nossas galinhas comerem e comprar o nosso biodiesel da mamona e da soja, que vai ser muito mais rentável para eles, muito mais econômico.

O Marinho deveria estar feliz, aqui, porque a indústria de São Paulo, João Paulo, a indústria de São Paulo, por conta do crescimento econômico, gerou, nesses dois anos, Marinho, um milhão de empregos formais, emprego com Carteira Profissional assinada. E isso se deve ao acerto de uma política econômica responsável, muitas vezes criticada e, às vezes, até com razão, mas que foi essa política econômica que deu sustentabilidade para que nós tivéssemos a credibilidade que temos hoje e pudéssemos sair de um déficit de balança comercial para recorde de exportação de 105 bilhões de dólares em apenas dois anos. Estes números que estão dando aqui, meu caro Mentor – quem chegou atrasado, eu não pude citar aqui, na minha nominata – estes números são apenas uma demonstração das coisas que podem acontecer neste país.

E dizer para vocês, aqui, em Santo André, que ainda tem muita gente no Brasil que se incomoda quando a gente faz política para pobre, tem muita gente, porque eles gostariam que os sete bilhões de reais que a gente está dando para o Bolsa Família não viessem para os pobres, mas que fossem para os ricos, como sempre foi neste país. Eles gostariam que os nove bilhões que



nós estamos dando para a agricultura familiar não fossem para a agricultura familiar, fossem para outro tipo de investimento. E nós temos clareza de que o papel do governo é atender o conjunto da sociedade. Mas temos clareza que, dentro desse conjunto da sociedade, tem as pessoas mais necessitadas. E é como uma mãe faz com os seus filhos. Quando uma mãe tem dez filhos, ela pode ter dez filhos, ela vai cuidar daquele que tiver mais fraquinho, daquele que tiver mais frágil. No mundo animal, normalmente, a mãe mata o filho quando ele nasce com alguma deficiência. Nós, humanos, que temos o dom da inteligência, nos dedicamos mais àqueles mais necessitados. Se tiver dez filhos, e tiver nove com a barriga cheia, e tiver um chorando, a mãe vai deixar os nove de lado, e vai cuidar daquele que está chorando.

E nós não vamos abandonar os pobres deste país à sua própria sorte como historicamente se fez neste país. Nós não vamos abandonar os pobres deste país à espera de uma chance que nunca lhe deram. É por isso que nós criamos o ProUni. O ProUni, que só aqui no estado de São Paulo, conseguiu trinta e cinco mil bolsas de estudo para jovens da periferia de São Paulo, para negros, para índios. E este dado é importante. Este dado é importante, sobretudo, para esta bancada da frente que está aqui. A escola, as universidades federais, no seu conjunto, geravam 120 mil novas vagas por ano. O ProUni, no seu primeiro ano, 110 mil vagas. Cento e dez mil vagas para meninas e meninos que, certamente, jamais poderiam entrar na universidade.

E agora que estão aqui, os deputados do ABC, o Luizinho, o Vicentinho, o Edinho, quero dizer para vocês que, se Deus quiser, no ano que vem, já começa a funcionar aqui a Universidade Federal do ABC, uma necessidade desta região, uma necessidade. Porque o ABC, normalmente, era esquecido. O ABC ficou 20 anos esperando o Hospital das Clínicas, o ABC nunca teve uma universidade federal, agora vai ter. Porque se esta região aqui, é capaz de ser responsável pela maior produção do país, esta região aqui tem que ser tratada com respeito, não apenas às vésperas de eleição, mas depois das eleições



daqueles que são eleitos neste país.

Por isso, meu companheiro João Avamileno, meu companheiro Patrus, eu vou terminar contando uma coisa para vocês. João Paulo, você foi presidente da Câmara. Há quantos anos estava para ser aprovado o Estatuto do Idoso? Há quantos anos? Oito anos, oito anos estava lá para ser aprovado o Estatuto do Idoso. Companheiro João Paulo assumiu a Presidência da Câmara, colocou em votação, e nós conseguimos aprovar o Estatuto do Idoso que, hoje, garante um repasse de dinheiro para as pessoas idosas, que não contribuíram com a Previdência, de quase três bilhões de reais anuais.

Então, eu quero dizer para vocês, que é uma alegria imensa saber que vocês moram em uma cidade que tem um prefeito da qualidade do companheiro João Avamileno, que sabe cuidar deste povo com o mesmo carinho com que ele cuida da sua família.

Muito obrigado, gente, meus parabéns e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), de certificados do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), e de cartões do Programa Bolsa Família**

**Diadema-SP, 04 de junho de 2005**

Meu querido companheiro Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Filippi, prefeito de Diadema, e sua esposa, companheira Inês,

Minha querida Hermínia Maricato, secretária-executiva do Ministério das Cidades,

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meu companheiro Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meu querido companheiro Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

Meu querido companheiro presidente do PT, deputado estadual Mário Reale,

Meu querido companheiro que está nos visitando aqui, um prefeito companheiro nosso, o companheiro prefeito de Guarulhos, o companheiro Elói Pietá, que merece os aplausos de todos nós,

Companheiros e companheiras vereadores,

Estou vendo, aqui, o companheiro Gilson, nosso ex-prefeito e secretário, aqui, da cidade de Diadema,

Meus caros companheiros deputados federais que estão aqui presentes,



O nosso líder do governo na Câmara dos Deputados, companheiro  
Arlindo Chinaglia,

O nosso companheiro, aliado, Edinho Montemor,

O nosso companheiro Jamil Murad,

O nosso companheiro João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara dos  
Deputados,

O nosso companheiro José Mentor,

O nosso querido professor Luisinho, deputado por Santo André,

O nosso querido companheiro Vicentinho,

O nosso companheiro Zarattini,

Não sei se esqueci algum deputado,

Nosso querido companheiro Joel, nosso vice-prefeito,

Meus companheiros,

Aqui me parece que tem mais gente que vai receber Bolsa Família, são  
100 pessoas que vão receber Bolsa Família. Eu estou num misto de  
preocupação, aqui, de falar e, vendo vocês com a cara no sol, eu vou ficando  
incomodado aqui, mas eu vou...

Meu caro Jorge Hereda, ex-secretário aqui de Diadema, hoje vice-  
presidente da Caixa Econômica Federal,

Meus companheiros e companheiras de Diadema, essa cidade tão  
extraordinária.

Nas últimas décadas as cidades brasileiras sofreram com a diminuição  
nos investimentos em políticas públicas, ocasionando um crescente déficit na  
habitação, no saneamento básico e na infra-estrutura de transporte. As  
políticas do governo federal para os municípios buscam reverter esse legado  
de omissão, por parte do poder público, que se somam à histórica  
desigualdade social existente nas cidades brasileiras. Aumentamos, e muito, os  
investimentos em políticas urbanas. Nesses dois foram investidos – e o





Mattoso está aí para confirmar – 12 bilhões e 800 milhões de reais em programas habitacionais que atendem aos mais pobres, beneficiando 885 mil famílias no nosso país.

Somente em programas voltados para urbanização de favelas empregamos 508 milhões e 500 mil reais, o que significa quase seis vezes mais do que foi investido, nessa área, nos dois últimos anos do governo anterior.

Um outro exemplo é o PSH, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, reformado em 2004, uma parceria entre Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, estados e municípios. A nova versão do Programa visa um melhor atendimento da demanda por moradia popular, ao garantir maior aporte de recursos às camadas de menor renda da população.

Nós sabemos que a maioria das pessoas de baixa renda tem grande dificuldade para conseguir um crédito habitacional devido a sua limitada capacidade de pagamento, sem contar o alto custo das operações financeiras convencionais.

Além de oferecer uma solução para esse problema, o PSH é também uma forma de o governo federal aumentar a capacidade de investimento nos municípios e estados na área de habitação.

Em cidades como Diadema, que apresenta grandes demandas por habitação popular, as famílias com renda de até 740 reais mensais estão recebendo ajuda do governo federal para a compra de casa própria.

E agora, o Filippi já falou, neste sábado estamos entregando a 750, ou melhor, a 755 famílias moradoras de cinco loteamentos entregues pela Prefeitura de Diadema, o termo de quitação dos valores para a compra dos seus lotes.

Com isso, as famílias passam a ser legítimas proprietárias de seus imóveis e podem dormir tranquilas, com a certeza de que não perderão suas casas. E aqui, nesta região, nós já temos experiência de pessoas que tinham



construído casas de alvenaria e, em um determinado momento, a polícia foi lá, desalojou os companheiros e as companheiras, derrubou as casas de alvenaria que essas pessoas tinham feito, e essas pessoas ficaram na rua da amargura porque não tinham legalizado os seus lotes.

Agora, essas pessoas que receberam aqui, vão ter os seus lotes legalizados. Portanto, não correm nenhum perigo de serem pegos de surpresa de madrugada, com a polícia tirando nenhuma família de dentro de casa.

O governo, por meio do PSH, também vai repassar recursos para outras 243 famílias de Diadema, em conjuntos que serão edificados pela Prefeitura. Isto significa que cerca de 1000 famílias da cidade serão beneficiadas pelo PSH, graças ao esforço conjunto da nossa prefeitura e do nosso governo federal.

Também, e já foi entregue aqui, e eu tive o prazer de entregar uma chave aqui simbolizando isso, estamos entregando, aqui no Bairro Campanário, 300 unidades habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial, o PAR, nos Residenciais Serra Dourada I e Serra Dourada II.

No total, 1120 pessoas, com renda familiar de até seis salários mínimos, estão sendo beneficiadas. Outras 200 unidades já estão prontas e serão entregues no segundo semestre.

É importante lembrar, viu Hermínia, que em 1976, quando eu comprei a minha casa no Bairro Assunção, lá em São Bernardo do Campo, lá no Jardim Lavínia, a minha casa tinha 33 metros quadrados. Aqui, é de 47 metros quadrados, significa que cabem uns dois filhos a mais nesta diferença de metros entre o que eu tinha na minha casa em 76 e os apartamentos que eu visitei agora. Já dá para o companheiro arriscar mais um palpitezinho, quem sabe, nascer o filho ou a filha que ele está esperando.

É importante, e quero que ninguém queira copiar o Vicentinho aqui, reforçar que se trata de moradia de qualidade, onde os pais podem criar os seus filhos com dignidade. São apartamentos com sala, cozinha, dois



dormitórios, condomínio com guarita, playground e centro comunitário. Além disso, sabemos que a construção civil tem uma enorme capacidade de geração de empregos e aqui, nesses conjuntos, foram gerados 900 empregos para construir esse conjunto habitacional. O valor total do investimento do governo federal para esse projeto foi de nove milhões, 546 mil e 35 reais. Até dos reais é bom falar, para que as pessoas saibam do total. A Prefeitura de Diadema é parceira dessa operação, na indicação da demanda das famílias para ocupar o empreendimento. Em 2003 e 2004 foram realizadas em todo Brasil 481 operações no âmbito do PAR que, como vocês sabem, é administrado pelo Ministério das Cidades e pela nossa querida Caixa Econômica Federal. Isso totaliza 707 mil e 278 unidades habitacionais, num valor total de 1 bilhão, 980 milhões de reais.

Nosso governo também tem concentrado esforços na área do saneamento, na busca da universalização desses serviços ao conjunto da população brasileira. Encaminhamos – e aqui é importante dizer que o Ministério das Cidades trabalhou corretamente, ouviu a sociedade –, nós encaminhamos ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que define as bases jurídicas da Política Nacional de Saneamento Básico para o Brasil, superando assim uma situação que já perdura mais de 20 anos no nosso país.

Dentro de uma visão, como diria o Patrus, dentro de uma visão republicana que sempre norteou as ações, o governo inaugurou, no ano passado, o processo de seleção pública, com base em indicadores de salubridade ambiental, o projeto de saneamento ambiental em regiões metropolitanas, numa parceria entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Saúde. Foram destinados para Diadema – o Filippi não contou isso – 2 milhões e 200 mil reais do Orçamento Geral da União para ações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A outra razão, e é por isso que o ministro Patrus Ananias está aqui comigo, é porque nós já estamos atendendo 52% das 11 mil famílias que têm



direito ao Bolsa Família em Diadema, e se o Filippi e o Patrus trabalharem corretamente, certamente, até o final do ano, nós estaremos atendendo todas as 11 mil famílias de Diadema, para ninguém botar defeito.

O total de investimentos, preste atenção, aqui, Filippi, o total de investimentos sociais do governo federal para Diadema deverá atingir um valor de 20 milhões e 200 mil reais em 2005. Esses recursos estão sendo empregados não só no Bolsa Família, mas numa série de programas como Erradicação do Trabalho Infantil, Atenção ao Idoso, Atenção às Pessoas com Deficiências e Construção da Casa Abrigo, destinado às mulheres que, lamentavelmente, ainda hoje são vítimas de violências e que precisam ter uma casa de abrigo para se protegerem. É verdade. O homem só pode levantar a mão para uma mulher para dar um abraço, nada mais do que isto. Se fizer mais do que isto, já é violência.

Meus amigos e minhas amigas,

A Marisa que o diga... para vocês, aqui de Diadema, certamente têm razões para estar de parabéns com o empenho do nosso companheiro José de Filippi. Ele teve aqui uma eleição disputada, dura, foi para o segundo turno, ganhou as eleições ali, na rapa do tacho. O nosso companheiro Gilson teve um papel importante para garantir a nossa vitória. Eu sempre digo, Gilson, que o bom filho à casa retorna. Eu acho que aos poucos a gente vai detectando quem são as pessoas que estão no Brasil com vontade de fazer política para a parte pobre da população. Eu vou dizer uma coisa para vocês: está aqui o Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae. Em oito anos do governo anterior, se colocava para o microcrédito 30 milhões por ano. Trinta milhões eram disponibilizados para o microcrédito via BNDES. Este ano, as cooperativas de microcrédito foram lá no Palácio do Planalto e nós assinamos, só em um ano, a disponibilização de 600 milhões de reais, trinta vezes mais, no ano, do que era feito no governo anterior.

Mas, como nós estamos aqui em Diadema, esta cidade que está



gerando empregos, e o Filippi tem falado que cada vez quer que mais fábricas venham para cá. Você sabe que aqui em Diadema, Marinho, eu tenho uma paixão que não é minha, é sua também, não é só sua e nem minha, eu acho que é de todo mundo, que é o exemplo da Cooperativa da Uniforja. Todo mundo aqui sabe o que era a Conforja, todo mundo sabe que ela quebrou, e todo mundo sabe que um grupo de trabalhadores não acreditou, foi embora, não quis se organizar em cooperativa, foi brigar pelos seus direitos. Tem muitos até hoje brigando ainda, e não receberam.

Mas teve um grupo de trabalhadores, daqueles que acreditam no seu taco, daqueles que têm esperança, daqueles que acreditam neles mesmos, que falou o seguinte: “Olha, vamos tocar esta fábrica”. Foram ao sindicato, o sindicato se colocou ao lado dos trabalhadores, fez todo o esforço, mandou encomendar estudo de viabilidade econômica, foi feito um estudo. Depois, me parece que houve um empréstimo do BNDES. O dado concreto é que, hoje, a Uniforja – eu até queria pedir para os deputados que não visitaram ainda, marcarem com o Filippi, com o Joel, com o Marinho, e fazer uma visita – porque certamente deve ser o mais importante exemplo de cooperativa de trabalhadores neste país que deu certo. Os trabalhadores, tem mais de 500 trabalhadores, e como são cooperativa, eles não fazem corpo mole, não. Eles estão exportando, quando tem encomenda, eles trabalham sábado e domingo, porque é deles a fábrica. Eles são patrões deles mesmos. Então, é um sucesso extraordinário.

Estou dizendo isso, porque eu vou contar um dado, meu caro Marinho. Nos últimos doze meses, eu vou dizer três números para vocês. No governo anterior, foram criados em média, por mês – então, você imagina oito anos vezes doze meses, quanto dá? – foram criados, por mês, oito mil empregos. Este ano, nos últimos doze meses, ao invés de oito, nós criamos 127 mil empregos por mês neste país. E nos dois anos criamos, em média, 91 mil empregos por mês. Onze vezes mais do que foi criado no ano anterior. Só no



estado de São Paulo, foram criados um milhão de empregos formais, meu caro Elói Pietá. Um milhão, e certamente Guarulhos recebeu muitos desses empregos.

Eu estou dizendo isso, porque agora todo mundo fala “o estado de Alagoas, o estado de Sergipe, o estado do Rio de Janeiro, o estado de São Paulo, o estado de Minas estão crescendo, é virtude do governo estadual”. Mas, se é virtude, por que é que não cresceram nos oito anos do governo anterior? Por que é que não cresceram? Por que é que não gerou os empregos no governo anterior? Está aqui o Presidente da CUT, que pode dizer o que foi o desemprego nos últimos dez anos neste país. E por que é que estão acontecendo empregos? Eu vou dizer para vocês. Porque, independentemente da política de juros alta, independentemente da macroeconomia, o que nós fizemos? Isso aqui, nós não aprendemos na USP, não aprendemos na Unicamp, não aprendemos em nenhuma universidade. Aprendemos na nossa necessidade. Então, nós estamos colocando no mercado, só do Bolsa Família, estamos colocando sete bilhões de reais. Com o Estatuto do Idoso, estamos colocando mais três bilhões de reais. Só aí, já são dez bilhões a mais que estão no mercado. Sem contar o Programa do Idoso, sem contar o acréscimo de benefício da LOAS, o crédito consignado.

Pobre não tinha como pegar dinheiro. Coitado do trabalhador e aqui, em Diadema, deve ter muito. O Joel, que foi de fábrica, sabe disso, o Gilson sabe disso, Vicentinho sabe disso, quem foi peão aqui, sabe disso. A gente vivia na mão da agiotagem. A gente recebia o pagamento, cinco dias depois acabava o nosso salário, a gente ia pedir para um companheiro, ele cobrava 50, 60, 70 por cento, até 100 por cento de juros. Na verdade, ele não cobrava, ele falava: “ eu te empresto 50, se você me pagar 100”. Ou ele dizia: “ me dá o relógio de garantia”. Às vezes o companheiro ia trabalhar com o relógio e voltava sem relógio, porque tinha deixado de garantia.

O que é que nós fizemos? Nós criamos uma coisa chamada crédito



consignado. A CUT fez acordo com os bancos, as outras entidades sindicais fizeram, nós fizemos com os aposentados e pensionistas, os bancos baratearam os juros em mais de 60 por cento, e os trabalhadores agora vão diretamente no banco, pegam o dinheiro, descontam no pagamento, não pode descontar mais que 30 por cento do salário dele, não pode descontar.

E isso, Marinho, este ano, deverá colocar no mercado mais 25 bilhões de reais. É por isso que todo dia aparece aquela pesquisa do comércio varejista crescendo. É por isso que a indústria automobilística está batendo recorde todo ano. É por isso que foram criados 227 mil novos empregos na categoria metalúrgica. É por isso que a indústria automobilística bate recorde de exportação e recorde de mercado interno.

Marinho, você deve ter tido essa informação que eu recebi ontem. A indústria automobilística brasileira começou o ano – eu vou até antecipar, porque eles vão dar uma entrevista amanhã, e eu vou dizer o número antes – a indústria automobilística ... Isto aqui é para os pessimistas deste país, porque tem gente pessimista, tem gente que acorda azedo, tem gente que acorda achando que nada vai dar certo. Tem dia que eu leio uma manchete de jornal, eu tenho vontade de me enterrar, porque acabou o Brasil.

Então, eu vou desfazer isso. Como eu não sou técnico nessas coisas, eu vou dizer a coisa na prática. Aliás, Vicentinho, tem uma música do Djavan que diz que a diferença do teórico para o prático é que o teórico só vê o dia com 24 horas. Para ele o dia não tem tarde, não tem noite, não tem madrugada, não tem nada. E o prático vê o dia de manhã, de tarde, de noite, de madrugada.

E o que aconteceu na prática? Na prática, a indústria automobilística começou o ano fazendo uma previsão de exportação de 10 por cento. Sabe quanto já exportou até agora, Marinho? Trinta por cento, aumentou a exportação em maio, com relação a maio do ano passado. O mercado interno, eles tinham uma previsão de crescimento, Marinho, de quatro por cento. Sabe a quanto chegou o crescimento? Onze por cento. Significa mais emprego para



os metalúrgicos, significa mais gente comprando carro, significa que as pessoas estão tendo confiança de que podem fazer uma dívida porque têm garantia de pagamento.

E é assim que o Brasil vai crescer. Vai crescer este ano, vai crescer o ano que vem, vai crescer o outro, e nós queremos que o Brasil cresça durante 10 ou 15 anos seguidos, porque aqui no Brasil, e Diadema sabe disso, quantas vezes nós fomos dormir com um plano econômico anunciado na televisão, que parecia que ia salvar a humanidade. Todo mundo ficava feliz. Seis meses depois, o povo caía em desgraça, ficava com a dívida. Quem não está lembrado do seqüestro da poupança? Quem não está lembrado da polícia federal, correndo atrás de gado, em 86, por causa do Plano Cruzado? Quem não está lembrado da publicidade do Plano Real? E o que aconteceu depois? O prejuízo ficou para quem? Ficou para a classe trabalhadora, que teve o maior desemprego da história deste país.

E nós somos de trabalhar mais tranqüilos, até porque temos mais responsabilidade, até porque temos mais compromisso. Eles, no dia em que deixaram o governo, foram para as universidades, ou foram para o exterior. Eu sou obrigado a voltar para São Bernardo do Campo, morar a 600 metros do Sindicato para o Marinho ficar me aporrinhando a vida inteira. Então, eu tenho que fazer as coisas com muito mais tranqüilidade, com muito mais sabedoria, para não errar.

E é por isso que nós, em apenas dois anos, colocamos mais dinheiro para o saneamento básico neste país, do que os outros governos em oito anos. É por isso que nós investimos mais em habitação, e os números foram ditos pelo companheiro Jorge Mattoso, e vamos fazer mais. Aqueles que acordam azedos, pessimistas, podem começar a melhorar o humor, porque aqueles que acreditam, pensando em desgraça, podem ter certeza: este país não vai perder a oportunidade que o povo deu a ele; este país vai crescer; vai gerar empregos; vai distribuir riquezas e vai aumentar a renda do trabalhador.





E para terminar eu queria dizer, Filippi: possivelmente o cara que more no Morumbi, ele venha aqui e fale: “nossa, porque essa festa toda, por causa desses apartamentozinhos”! Possivelmente o cara que more no Centro de São Bernardo ou de Diadema, mesmo, ele fale: “nossa, aquele trabalhador que pegou a chave na mão do Presidente estava tão orgulhoso, estava até nervoso”. É porque essa gente, Filippi, a gente que nasceu no asfalto, essa gente que já nasceu com luz dentro de casa, já nasceu bem, essa gente não sabe a importância que tem um quarto e cozinha para uma família pobre que não tem casa. Essa gente não tem dimensão. E eu valorizava isso, Filippi, porque em 1955 minha mãe chegou em São Paulo – primeiro nós fomos para Santos – chegou em São Paulo, nós fomos morar na Vila Carioca, era famosa porque enchia d’água, mas nunca encheu d’água a Vila Carioca, era a Avenida Carioca que enchia d’água. E nós fomos morar, em 12 pessoas, num quarto e cozinha, e um banheiro só para toda a família, ainda fora de casa, utilizado pelos fregueses do bar. Você imagina a situação, João Paulo. E ainda a minha mãe, além de ter oito filhos, ainda pegava uns primos que chegavam do Nordeste, mais pobres do que a gente, e colocava dentro de casa.

Pois bem. Quando a gente pôde, e eu sou orgulhoso, porque eu fui o primeiro filho da minha mãe a poder ter uma casa própria. Então o significado de uma casa própria, um apartamentozinho dessa qualidade, com segurança, em que o companheiro que comprar essa casa vai pagar 260 reais por mês, somente ele e a família dele é que tem a dimensão da alegria, do prazer e da tranquilidade, porque a casa própria é a garantia de que a gente vai dar estabilidade para a nossa família.

Por isso, companheiro Jorge Mattoso, por isso companheiro Filippi, eu não poderia deixar de vir aqui para ver a inauguração desses apartamentos que estão cada vez ficando melhores, que estão cada vez ficando mais bonitos e eu acho que o povo merece, realmente, as coisas de melhor qualidade.



Eu quero dar os parabéns ao Prefeito e à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades que mudaram o comportamento e a concepção dos governantes, de que pobre tem que ter uma coisinha feia, bem mixuruca, porque pobre é pobre, então não precisa de muita coisa não. Para nós, ele é pobre financeiramente, ele é pobre socialmente, mas a dignidade do pobre é talvez mais importante do que a dignidade de outra gente neste país.

Meus parabéns, gente. Meus parabéns à Prefeitura, parabéns ao povo de Diadema e até um outro dia, se Deus quiser.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Sistema Financeiro Inclusivo Caixa “Viver em Comum-Unidade”**

**São Paulo-SP, 06 de junho de 2005**

Meus queridos e queridas companheiras e companheiros de São Paulo,  
Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro companheiro José Mentor, deputado federal,

Meu caro dom Emílio Pignoli, bispo de Diocese de Campo Limpo,

Meu querido companheiro Paulo Okamoto, diretor presidente do Sebrae, instituição que tanto tem ajudado na formação de empreendedores por este país afora.

Meu caro deputado estadual Sebastião de Almeida,

Senhor Walter Marques, prefeito de Embu-Guaçu,

Senhor Danilo Santos de Miranda, diretor regional do Sesc de São Paulo,

Senhor Artur Fernandes, diretor comercial da Singer no Brasil,

Minha querida companheira Solange, que está segurando a sua máquina, aí, como se estivesse segurando um filho no colo,

Minhas queridas costureiras e costureiros que participam do sistema inclusivo da Caixa “Viver em Comum-Unidade”,

Funcionárias e funcionários da Caixa Econômica Federal,

Funcionárias e funcionários do Sesc,

Meus companheiros e companheiras jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,



Eu, na verdade, vou ler o meu discurso para não fugir muito à regra, mas eu queria dizer uma coisa para vocês. Este pequeno ato que estamos fazendo, aqui, sob a coordenação da Caixa Econômica Federal, é uma demonstração de algumas coisas que já poderiam ter acontecido no Brasil há muito tempo atrás, mas não aconteceram e, por isso, a gente vai sempre trabalhando com muitos anos de atraso para fazer as coisas que se, tivessem sido feitas há dez anos, certamente a situação de vocês seria infinitamente melhor e nós poderíamos, hoje, estar aqui discutindo um novo passo, porque é exatamente esse o papel de um banco público.

Um banco público não tem que ter prejuízo, não tem que ser deficitário. No final do ano, na hora de fazer o balanço, ele tem que demonstrar um certo lucro. Mas o que a Caixa Econômica Federal está provando é que é possível ter lucro com uma forte política de inclusão social, fazendo com que uma grande parcela da sociedade, que nunca teve apoio de nenhum banco no Brasil, possa agora ter acesso a empréstimos em condições muito mais favoráveis, inclusive para pessoas que nunca tiveram uma conta no banco ou pessoas que nunca nem conseguiram entrar na agência de um banco.

O que nós estamos fazendo aqui é apenas a confirmação, primeiro, do que dom Emílio disse: a comunidade se reunindo e se unindo em torno da construção de um projeto que possa permitir que, em meio às dificuldades com que vive cada ser humano neste país, e cada mulher, muitas vezes, com as dificuldades dos seus afazeres particulares, possa encontrar um jeito de levar uma renda para casa, ajudar no orçamento familiar e ainda ter perto de si os seus filhos, sendo tratados com o carinho que só uma mãe pode tratar. Ninguém conseguirá tratar um filho como aquela que o pôs no mundo.

Esse projeto da Caixa Econômica permite a possibilidade de vocês terem acesso a um bem material pequeno, bonito, moderno. Eu me lembro que a máquina Singer da minha mãe era uma caixa deste tamanho, com gavetão, e



você tinha que toda hora estar colocando a correia, porque a correia saía e não costurava. E a gente vê o que é a tecnologia, a gente vê a lágrima nos olhos da companheira Solange, e muita gente, às vezes, não dá importância para um pequeno gesto. Muita gente fala: mas financiar uma maquininha! É uma maquininha para quem não precisa dela para ganhar o pão de cada dia. Para quem precisa dela para ganhar o pão de cada dia, não é uma maquininha, é uma “maquinona” que pode ajudar a vida de cada um desses brasileiros e brasileiras que precisam desse pequeno instrumento para sobreviver.

Porque, se isso fosse significativo, por que não fizeram antes? Por que não foi feito há 20 anos, há 15 anos? Quem sabe, hoje, a gente estivesse competindo com a China e a gente estivesse exportando muito mais roupa do que os chineses conseguem exportar. É que nunca se levou muito a sério a organização da sociedade, nunca se levou muito a sério as cooperativas, nunca se levou muito a sério o trabalho comunitário neste país.

Eu digo sempre, toda vez que um governo tem dificuldade de fazer alguma coisa, na hora que ele pára para ouvir a sabedoria da consciência popular, a tendência natural é ele acertar muito mais do que errar. E é isso que estamos fazendo aqui, permitindo que um conjunto de homens e mulheres, que faz da costura o seu meio de vida, tenha acesso a uma máquina, em que a Singer está dando sua cooperação, colocando a máquina no mercado um pouco mais barata, e a Caixa Econômica está dando a sua contribuição, fazendo com que as pessoas tenham o dinheiro para comprar essa máquina a um custo de juros muito menor do que aquele que a gente encontraria num mercado, numa loja, ou se a gente fosse numa financeira para financiar essa máquina.

Vocês vão ter uma máquina por 500 reais, me parece. Essa máquina, vocês vão pagar 2% de juros, portanto, vão pagar uma média de 50 reais por mês, quem sabe 50 ou 50 e poucos, e esse bem pode produzir para vocês uma renda que, possivelmente, dê para vocês sustentarem ou melhorarem o



orçamento familiar.

Agora, isso não está sendo feito apenas na Caixa. Vamos entender uma coisa. Por que os juros no Brasil são tão altos? Meu caro Mentor, o juro no Brasil é alto porque normalmente as pessoas honestas pagam pelos desonestos, ou seja, quando se vai calcular a taxa de juros no Brasil, coloca-se uma quantidade de pessoas que não vai pagar, então, os bancos já dão, de barato, que um determinado número de pessoas não vai pagar e, aí, os honestos que pagam têm que pagar os juros daqueles que vão dar o cano. É a coisa mais absurda do mundo. Ao invés da gente ser beneficiado por ser bons pagadores, nós somos prejudicados.

Uma vez, discutindo com a Febraban, Jorge Mattoso, eu ouvi do então presidente da Febraban, Gabriel, que se eles tivessem garantias, eles poderiam emprestar a juros mais barato. E aí nós começamos a discutir com o movimento sindical o crédito consignado. O crédito consignado nada mais é do que o trabalhador dar a sua folha de pagamento, ou o aposentado dar o seu contracheque como garantia de que todo mês o banco vai receber aquilo que emprestou. Não tem possibilidade de “calote”. Pode ser que tenha um ou outro caso, mas diminui substancialmente qualquer possibilidade de prejuízo.

É por isso que nós conseguimos fazer acordos de até 1.7% para os aposentados, é por isso que nós conseguimos fazer 1.75%, é por isso que nós conseguimos fazer empréstimos em 24 meses, 12 meses, 36 meses, porque a gente está conseguindo baratear o custo do dinheiro, sobretudo no que diz respeito ao microcrédito.

Todo mundo sabe a dificuldade de ter acesso ao empréstimo bancário. Primeiro, para abrir uma conta num banco, antes da Caixa criar esse programa de inclusão, o cidadão nem entrava num banco, se entrasse para pegar R\$ 100, o banco pedia tanto para ele abrir a conta que ficava mais barato ele não abrir a conta, então não abria. Agora não, agora ele pode abrir a sua conta, mesmo que não tenha dinheiro, e ganha direito a um crédito.



Nós ainda precisamos aperfeiçoar mais porque eu ainda acho 2 % muito caro. Mas é preciso que a gente trabalhe para baratear um pouco mais e tornar, definitivamente, o crédito uma coisa muito acessível ao povo brasileiro. Durante a campanha vocês me ouviram dizer que a poupança interna brasileira era por volta de 17% do PIB. Hoje, meu querido Jorge Mattoso, já estamos com 23,5% de poupança interna, o que é um número excepcional para o padrão histórico do Brasil.

E por que isso? Porque nós conseguimos fazer com que o dinheiro voltasse a circular. Sabe quantas pessoas pegaram dinheiro emprestado no ano passado? Trabalhadores que pegavam dinheiro para pagar a sua dívida anterior? Trabalhador que estava pagando 9% de juros, 8% de juros ou estava pagando muito mais em agiota? A média de dinheiro emprestado, que eles tomaram no banco, uma média de 2.500 reais, para quê? Para poder pagar dívida anterior, zerar, limpar o seu nome, porque tem uma coisa que eles precisam aprender a saber. A coisa mais sagrada que uma mulher pobre tem, que um pobre tem, é o seu nome, então, quando a gente toma um dinheiro emprestado, a gente faz questão de pagar, porque a gente quer andar de cabeça erguida, a gente quer andar de cara limpa, a gente quer andar de nariz empinado de orgulho do nosso comportamento.

Por isso, este ato aqui é uma coisa em que a quantidade de dinheiro em jogo não é muita, mas o simbolismo vale bilhões e bilhões de reais. Nós estamos, Dom Emílio, apenas dando um pontapé inicial que pode se transformar numa coisa gigantesca na medida em que a Caixa Econômica vá aperfeiçoando, na medida em que o Sebrae, Paulo, coloque toda a sua estrutura de conhecimento para ajudar as pessoas que querem aprender, uma coisa mais evoluída ainda, porque a partir dessa máquina o próximo passo da Solange, daqui a dois anos, se Deus ajudar, não será comprar mais uma máquina dessas, será comprar uma melhor, uma que produza mais, uma mais moderna, porque o sonho de todo mundo é crescer na vida, o sonho de todo



mundo é viver melhor, o sonho de todo mundo é ganhar mais.

Afinal de contas, o que permeia a cabeça de vocês? É que vocês querem garantir para os filhos e para os netos de vocês, um mundo muito melhor do que aquele que vocês receberam dos seus pais, do que aqueles que vocês receberam dos seus avós.

É por isso que esse programa é importante, porque é a primeira oportunidade, é o primeiro passo, é a primeira chance, e todos nós sabemos que quando uma pessoa de valor moral, quando uma pessoa de valor ético, quando uma pessoa responsável por cuidar da sua família, tem uma chance como esta, que está sendo construída aqui, certamente, vocês passarão a ser motivo de orgulho para a Caixa Econômica, que vai fazer o financiamento; motivo de orgulho para o Sebrae, que tem que apostar mais e mais no aperfeiçoamento de vocês; motivo de orgulho para a Singer, que percebe que pode vender a máquina um pouquinho mais barata e ainda ganhar dinheiro com isso, e motivo de orgulho para mim, como companheiro de vocês, sabendo que estão bem melhor do que estavam antes desse financiamento.

Por isso eu quero, do fundo do coração, dizer companheiro Jorge, que esse gesto pode se repetir pelo Brasil inteiro, dizer que a Caixa Econômica pode dar uma contribuição extraordinária para que a gente possa ajudar nossas comunidades a fazer aquilo que querem fazer e aquilo que sabem fazer.

Eu quero, do fundo do coração, dizer a vocês que embarco daqui a pouco para Brasília com a certeza de que as costureiras de São Paulo, que vieram neste ato, estão dando um passo extraordinário para provar que o microempreendimento, que a atividade profissional realizada dentro de casa, pode ser uma das soluções para a geração de oportunidade de trabalho que muitas vezes o chamado mercado não permite criar.

Por isso, companheiro Jorge, meus parabéns à Caixa Econômica Federal, a toda a sua Diretoria; meus parabéns à Singer, meus parabéns ao





dom Emílio, meus parabéns ao Sesc. Solange, querida, representando todas as costureiras aqui, que Deus abençoe vocês e que vocês possam vencer na vida.

Um grande abraço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção**

**Blue Tree Park, 07 de junho de 2005**

Excelentíssimo Senhor José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Meu caro Antônio Maria Costa, subsecretário das Nações Unidas,

Senhores chefes de delegações estrangeiras, participantes do IV Fórum Global de Combate à Corrupção,

Meu caro Waldir Pires, ministro do Controle e da Transparência,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu caro Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meu caro Eros Grau, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meus companheiros ministros, aqui presentes,

Caros deputados federais, senadores, governadores,

Meus caros agraciados do Concurso de Monografias e Redações sobre Corrupção,

Senhoras e Senhores,

É preciso tomar cuidado para não brigar aqui com o espaço para colocar os papéis.

Antes, na homenagem que eu fiz aos nossos queridos embaixadores, aqui presentes, eu queria citar um para pedir desculpas, porque nós somos muito amigos do povo argentino, mas amanhã, certamente, iremos ganhar o jogo contra a Argentina, e eu espero que seja uma vitória tranqüila e pacífica. Mas se perdermos, saberemos reconhecer o mérito do adversário.

Meus caros comandantes das Forças Armadas, meus amigos e minhas



amigas,

Um dos maiores desafios que enfrentam as democracias contemporâneas é o de dar plena transparência à gestão do Estado na definição e na fiscalização dos investimentos e dos gastos públicos.

Para que esse desafio seja devidamente enfrentado, são necessários dois requisitos: a ação articulada e equilibrada dos Poderes da República e uma maior participação da sociedade civil no trato da coisa pública.

Essas questões são preocupantes, na medida em que a globalização econômica foi acompanhada, em muitas partes do mundo, de um enfraquecimento dos Estados nacionais e de suas formas democráticas de controle social.

Com isso, aumentaram consideravelmente os riscos de apropriação privada da coisa pública e da proliferação da corrupção.

Enfrentar essas situações exige, de cada país, muito esforço, criatividade e determinação política nas questões internas, mas requer também que nos unamos para planejar e realizar ações abrangentes e integradas internacionalmente.

É com esse espírito que apoiamos, com entusiasmo, o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, confiantes na qualidade das experiências que aqui serão debatidas e mais confiantes, ainda, nos seus resultados que, certamente, vão fortalecer e tornar, cada vez mais eficazes, as medidas de combate à corrupção em todo o mundo.

É com esse mesmo espírito que o Brasil decidiu ratificar a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, aprovada na Reunião de Mérida, no México, em 2003.

O tema, muito bem escolhido do Fórum “Das palavras à ação”, é um convite para que nos concentremos nas realizações concretas que têm marcado o empenho dos nossos países na luta contra a corrupção.

Ao longo de nossa história, foram muitos os que dedicaram suas vidas à



luta contra a corrupção, elemento essencial para a consolidação da democracia.

Depois de duas décadas de regime autoritário, durante as quais não se pôde falar publicamente em corrupção, o Estado e a sociedade civil vêm amadurecendo politicamente, aperfeiçoando suas instituições democráticas.

Privatizações inadequadas, sucateamento da máquina governamental e terceirização da gestão estatal corroeram, no entanto, um patrimônio público construído por gerações, expondo mais o país aos riscos da corrupção. Era necessário seguir um outro caminho.

Um Estado pouco permeável à cidadania é, com certeza, um Estado débil, vulnerável aos que se apropriam do dinheiro e dos bens públicos, ou são omissos e tolerantes com eles.

Se a corrupção causa danos aos países desenvolvidos, que têm recursos fartos para investir em programas sociais, no caso dos países pobres e em desenvolvimento as conseqüências são muito mais graves.

Ao assumir o governo, em 2003, sabíamos que a luta seria dura e exigiria muita firmeza e persistência. Desde o primeiro dia dedicamos todo o nosso esforço ao combate, sem trégua, a essa triste herança secular. Decidimos, assim, aperfeiçoar os mecanismos institucionais já existentes e criar novos, para defender ao máximo os bens e os recursos públicos.

Tem sido intensa a participação da sociedade civil em nosso governo. Realizamos conferências nacionais para definir as principais políticas públicas do país. O Plano Plurianual de Investimentos foi discutido em mais de dois mil encontros por todo o território nacional. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social debate, constantemente, as grandes opções da administração.

Nosso governo passou a planejar e a agir de modo integrado, na luta contra a corrupção. Mudamos a qualidade da Controladoria-Geral da União, dando-lhe o status de ministério e novos instrumentos de atuação.



Fortalecemos o Ministério da Justiça e determinamos o reaparelhamento da Polícia Federal, capacitando-a a agir de modo muito mais intenso e eficaz. Foram contratados, por concurso, 3 mil servidores, entre delegados, agentes, escrivões e técnicos.

Em dois anos e quatro meses, a nova Controladoria-Geral da União já realizou 7.500 auditorias em órgãos federais, encaminhando ao Tribunal de Contas da União cerca de 3 mil processos de tomadas de contas especiais, com retorno potencial de 850 milhões de reais aos cofres do Estado. Estão em curso, por exemplo, 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. Por meio de concurso público, acrescentamos 450 novos auditores aos 1.800 existentes, e continuaremos nesse caminho até a inteira recomposição de todos os cargos que a Controladoria-Geral da República necessita, para bem fiscalizar o país.

Todos os recursos federais repassados a estados e municípios estão sendo fiscalizados, o que significa mais de 90 bilhões de reais por ano. Atualmente, são cobertos 60 municípios por mês e, no total, já foram inspecionadas 741 cidades brasileiras.

Esse trabalho tem, também, um forte caráter preventivo e educativo. Várias das irregularidades detectadas não decorrem da má-fé, mas da falta de preparo dos responsáveis, que passam a receber treinamento para melhor cumprirem suas funções. Quando há indícios de culpa, damos publicidade aos resultados das fiscalizações e enviamos ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União para as ações penais e civis correspondentes. São também encaminhadas ao Tribunal de Contas da União e aos Ministérios ordenadores das despesas, à Polícia Federal e ao Congresso Nacional.

Outra realização importante foi a criação do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, com metade dos seus membros indicados por entidade da sociedade civil. A CGU criou ainda o Portal da Transparência,



iniciativa inédita no Brasil, que divulga pela internet, em linguagem acessível, os gastos e investimentos federais em todo o território nacional.

O Ministério da Justiça, além de monitorar a ação da Polícia Federal, lançou o programa piloto Transparência que está disponível para qualquer cidadão ou cidadã desde dezembro de 2004. Esse programa divulga todos os gastos, licitações, contratos, convênios, despesas com viagens, entre outras, possibilitando que sejam conhecidos e fiscalizados publicamente. Com o sucesso e aperfeiçoamento da experiência, todos os Ministérios passarão a adotá-lo.

Por determinação minha e do Ministério da Justiça, a Polícia Federal, de agosto de 2003 a maio de 2005, realizou 46 operações dirigidas especificamente ao combate à corrupção. O saldo dessas ações é simplesmente impressionante e inédito no país: foram efetivadas 1.234 prisões, sendo formalmente acusadas 819 pessoas. A lista dos detidos incluiu políticos, sem distinção partidária, empresários, juízes, servidores públicos, muitos deles indiciados em crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue, a chamada “máfia dos vampiros”, que atuava há mais de 12 anos no Ministério da Saúde, com adulteração do leite em pó e desvios de recursos da merenda escolar. Em apenas 12 dessas operações foram apuradas fraudes no valor de muitos bilhões de reais.

A Operação Curupira, realizada na semana passada, a pedido da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, teve por objetivo combater o desmatamento e a exploração ilegal da Floresta na Amazônia, redundou em 124 prisões preventivas. Para isso, foi preciso desmontar todo um esquema de fraude e corrupção, instalado no Ibama do Mato Grosso, desde o início da década de 90.

Além de tudo isso, o Ministério da Justiça criou, em 2003, o Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos e Cooperação Jurídica Internacional, que no âmbito da Encla está voltado para a repressão e lavagem de dinheiro. Em



pouco mais de um ano de atuação, esse Departamento já conseguiu rastrear e bloquear mais de 300 milhões de dólares.

Meus senhores e minhas senhoras,

Nosso governo está firmemente empenhado no combate e no mau uso dos recursos públicos e ao crime organizado. Transformamos a luta contra a corrupção numa atividade permanente ampla e que vai se intensificar cada vez mais. Mas para pôr fim à corrupção é preciso que a impunidade não proteja os corruptos, é importante que eles se sintam constantemente ameaçados e sintam que o governo e a sociedade estão vigilantes, que estamos tomando as medidas preventivas, fechando o cerco, apurando toda e qualquer denúncia, envolva quem envolver.

A população, no nosso governo, tem tomado conhecimento, pelos meios de comunicação, de muitas notícias de corrupção. Esse trabalho da imprensa é meritório e indispensável. A grande maioria são casos antigos que não foram combatidos. Agora estão sendo descobertos, investigados e punidos.

O que tem aumentado, no Brasil, não é a corrupção, mas o constante combate que o governo faz à corrupção.

Em um governo com democracia, com imprensa livre e com o Ministério Público funcionando corretamente, com liberdade, sem intromissão do Poder Executivo, com o Ministério da Justiça funcionando corretamente, com a Controladoria funcionando corretamente e com a sociedade civil vigilante, certamente nós iremos vencer páginas e mais páginas de denúncias de corrupção, até que um dia nós vamos acordar e descobriremos que os corruptos estão na cadeia porque acabou a impunidade. Essa é a solução para os países em desenvolvimento.

Vamos prosseguir nesse caminho, fazendo com rigor e constância, junto com a sociedade, a parte que nos cabe, com plena consciência de que a luta é difícil e requer outras reformas no Estado, na política, e mudanças de comportamento, de valores e de cultura.



Há duas semanas, por exemplo, determinamos que, a partir de 1º de julho, todas as compras de bens e serviços comuns da Administração Pública Federal sejam feitas pelo pregão eletrônico. Isso vai trazer mais rapidez, maior agilidade e uma transparência muito maior que os demais tipos de concorrência.

Meus amigos e minhas amigas, sei que vocês passarão alguns dias no Brasil, debatendo esse assunto que é um mal, é uma chaga no mundo inteiro, mas que penaliza mais os países mais pobres do mundo.

Eu não poderia concluir minhas palavras sem mencionar fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias.

Refiro-me à denúncia sobre corrupção que estaria afetando os poderes Executivo e Legislativo. Independentemente do uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que no meu governo, que o meu governo levará as investigações até as últimas conseqüências.

Por isso, jurei à Constituição do Brasil, por isso, sou o principal guardião das instituições deste país. Estou plenamente confiante de minhas atribuições como primeiro mandatário e, como disse no meu discurso, como funcionário público número um do país.

Tenho, sobre meus ombros, responsabilidades que vão mais além da preservação das instituições. Sou o responsável maior pelos rumos de nossa economia e não esqueci, em momento algum, dos compromissos que assumi com mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que me trouxeram à Presidência da República e, também, com todo o povo brasileiro.

Estamos conduzindo um grande projeto de transformação social que assegurará um longo ciclo de desenvolvimento sustentável, ampliando nossas fronteiras sociais, aprofundando a democracia e garantindo um novo lugar para o Brasil no mundo. Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio





moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido.

No dia de hoje, determinei aos ministros uma solução definitiva para os problemas envolvendo os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, resultando no afastamento dos diretores de ambas as instituições, sem prejuízo da continuidade das investigações. Digo que cortaremos na própria carne, se necessário. Sem prejulgar ninguém, e respeitando o direito a defender-se, que todo cidadão ou cidadã possui, não vamos vacilar um segundo na defesa do interesse da coisa pública.

O que está em jogo não são alguns parlamentares, funcionários, ministros. O que está em jogo é a respeitabilidade de nossas instituições, das quais sou o principal guardião, neste país.

Não faltarei às minhas responsabilidades, estejam certos. O Governo está investigando. Não se opõe, ao contrário, estimulará, que o Poder Legislativo desenvolva suas investigações com o equilíbrio que sabemos possuir o Congresso Nacional. Esse Congresso, que não pode estar sujeito à compra. E, quero repetir, esse Congresso – e estou vendo muitos parlamentares aqui – esse Congresso que não pode, de forma nenhuma, estar sujeito à compra. O momento exige, de todos nós, a máxima transparência.

Meus amigos e minhas amigas,

Os obstáculos, por maiores que possam parecer, sempre oferecem alternativas, soluções. Estou seguro que nosso país sairá mais fortalecido dessa conjuntura. Este não é o momento de anunciar um conjunto de medidas administrativas. Não serão panacéias que nos ajudarão a enfrentar problemas que se arrastam por décadas, quando não por séculos.

É evidente que nossas instituições têm que ser reforçadas. É evidente que uma reforma política se faz imprescindível e urgente. É evidente que ela não poderá ser obra de uma só vontade, mas o resultado de uma conjunção de



vontades republicanas. É evidente que todos terão que abrir mão de algumas de suas posições, para que o Brasil seja o ganhador.

Serão todos os poderes da República, seus partidos, as expressões da sociedade civil que, juntos, se debruçarão sobre um projeto de reforma institucional que assegurará mais transparência à nossa política e que fará da corrupção uma triste lembrança de um passado que não voltará.

Na recuperação da máquina pública estamos adotando medidas que terão efeito duradouro. De forma que, meu sucessor, e o sucessor de meu sucessor, encontre bases sólidas para sua ação político-administrativa.

Mas não esperem de mim nenhuma medida simplesmente populista, somente porque estamos um ano e meio antes das eleições. Não quero construir um Brasil apenas para um ano. O Brasil que estamos construindo é um legado que eu, que vocês e que o povo brasileiro certamente deixaremos para as próximas gerações.

Meus amigos e minhas amigas, eu tenho viajado o meu país nesses últimos anos. Tenho viajado o mundo e, em todos os lugares que vou, a questão da corrupção é quase que uma doença incurável, parece incurável às vezes, uma doença que parece que ataca os mais pobres, porque a corrupção não prejudica os mais ricos. Ela prejudica sempre aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas.

Durante muito tempo, e eu lembro da primeira vez que fui à Davos, muita gente costuma culpar os países ricos pela sua pobreza, muita gente costuma encontrar o culpado em outrem, no seu vizinho. Desde o tempo de dirigente sindical, eu dizia que, enquanto os países em desenvolvimento não resolverem o problema da corrupção, enquanto os países pobres não resolverem o problema da corrupção, nós não iremos nos transformar em um país definitivamente desenvolvido. E o nosso povo não atingirá a plenitude da cidadania que nós precisamos que ele conquiste.

Portanto, o combate à corrupção tem que ser, primeiro, determinante do



comportamento ético de todos os que estão na máquina pública, de funcionários ao Presidente da República. Segundo, tem que ter uma vigilância sistematizada e cotidiana da sociedade civil e da imprensa. Terceiro, o Poder Judiciário tem que ser um parceiro excepcional para dar guarida ao trabalho do Estado e das suas instituições, para que os culpados sejam, definitivamente, presos. Quarto, eu sei, Cláudio Fonteles, que às vezes incomoda a atuação do Ministério Público, mas eu quero te dizer uma coisa: quando eu te indiquei para ser Procurador-Geral da República, eu disse que você estava sendo indicado, não pela nossa relação de amizade que até então eu só o conhecia de nome, e que não estava fazendo nenhum favor, apenas estava reconhecendo o mérito de você se transformar no Procurador-Geral da República.

E hoje eu posso, quase perto do final do teu mandato, dizer que feliz o país que tem um Ministério Público como o Ministério Público brasileiro, que muitas vezes faz o papel da imprensa, faz o papel da polícia, e muitas vezes faz até mais do que deveria fazer, mas que é extremamente importante para o nosso país.

Quero dizer ao companheiro Márcio Thomaz Bastos, e não falo para elogiá-lo, porque a sua biografia antecede a sua participação no Ministério da Justiça, eu não conheço nenhum momento na história do Brasil, independentemente de quem seja o governo, um momento em que o Ministério da Justiça teve uma atuação tão forte, através do seu braço mais eficaz, que é a Polícia Federal, para investigar denúncia de corrupção neste país, na Amazônia e em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no estado do Amapá. Onde teve uma denúncia, a Polícia Federal, sem querer fazer pirotecnia, conseguiu fazer um trabalho de causar inveja a muita polícia de países desenvolvidos no mundo inteiro.

E quero dizer ao meu companheiro Waldir Pires, esse nosso velho, sempre novo, querido guerreiro das boas causas: todo mundo sabe a mudança que houve na Controladoria-Geral da República; e todo mundo sabe que a



determinação do nosso companheiro Waldir Pires, a credibilidade que ele tem, junto à sociedade, os passos que ele tem dado, sem querer transformar a investigação num show para a imprensa ou para, quem sabe, a sua própria pessoa. Porque, como eu disse no meu discurso, muitas vezes detectamos falhas numa prefeitura e, antes de denunciarmos, se descobrimos que a falha não é corrupção, mas apenas falta de informação, nós preferimos corrigir aquela administração, para que ela possa fazer, a partir dali, as coisas boas.

Eu estou convencido, Waldir, que o Brasil será agradecido – e, muitas vezes, os agradecimentos não vêm no momento em que a gente espera, vêm depois – mas o Brasil será agradecido. A lição de democracia que você deu, quando instituiu um sorteio em que as bolinhas não têm nome de partido, não têm perfil ideológico, as bolinhas são números que sorteiam cidades. E, independentemente de que partido seja, de esquerda, de direita, do centro, partido do governo ou de oposição, a bolinha que cair será investigada, sem o objetivo de caluniar ninguém, mas com o objetivo, apenas, de transformar a administração pública brasileira num exemplo que vai ficar para os nossos filhos, para os nossos netos e para futuras gerações.

E quero fazer esse agradecimento, Waldir, porque também não sei se existe no mundo essas coisas. Sabe o ministro Waldir Pires que o meu partido foi o introdutor, neste país, de uma coisa chamada “orçamento participativo”. Quando, a partir de 82, introduzimos, no Brasil, e ficou muito marcado a partir de Porto Alegre, o povo elaborar o orçamento, definir prioridades e fiscalizar as obras que estavam sendo construídas. A ONU pegou isso como exemplo, traduziu em vários idiomas e foi divulgado por muitos países do mundo.

Estamos perto de acabar a corrupção? Certamente que não, porque ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto; ela está incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram, na história



deste país. São raros os casos, muitas denúncias, muitas manchetes, muitos discursos, e o resultado é pouco.

No Brasil, nós fomos mais longe. Este país já fez um impeachment de um Presidente da República, há pouco tempo atrás. Neste país, juiz já foi preso. Neste país, delegado de polícia também é preso. Será que os presos são todos que nós queríamos? Não. Certamente, ainda falta muita gente.

E a solução para combater a corrupção significa mais democracia, significa mais transparência, significa mais vontade política e significa a determinação que, certamente, não apenas os meus ministros estão colocando em prática, mas o comportamento de cada ministro deste governo.

Quero terminar dizendo aos congressistas que estão aqui: podem estar certos de que se tiver uma contribuição que o Brasil pode dar ao mundo, além das coisas boas, o futebol e do samba, que nós fazemos muito bem, podem ficar certos que nós queremos ser para o mundo também exemplo de combate à corrupção e de fim da impunidade num país em desenvolvimento como o nosso querido Brasil.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura dos atos de nomeação dos integrantes dos  
Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça**

**Palácio do Planalto, 08 de junho de 2005**

Meu caro deputado Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meu caro companheiro Berger, ministro interino da Casa Civil,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro do Estado da Justiça,

Meu companheiro Jacques Wagner, coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro Álvaro Ribeiro Costa, advogado-geral da União,

Meus queridos companheiros e companheiras representando o Poder Judiciário,

Meu querido Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meu querido companheiro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, a quem eu quero render as minhas homenagens e agradecimento pela decisão de consolidar o empréstimo consignado neste país,

Meus queridos companheiros senadores da República, João Batista Mota, nosso querido presidente, José Sarney, nosso querido Maguito Vilela,

Deputado André Zacharow,

Nosso querido ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha,

Deputados Leandro Vilela, Nelson Marquezelli, Pedro Chaves, nosso querido Sigmaringa Seixas,

Ministro Ronaldo Leal, presidente em exercício do Tribunal Superior do



Trabalho,

Senhores ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores e senhoras integrantes dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça,

Meus amigos e minhas amigas,

É com satisfação que nomeio hoje os membros de dois órgãos de importância fundamental para o aprofundamento da democracia em nosso país: o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sua composição, com a presença de juízes, advogados, membros do Ministério Público e de representantes da sociedade civil, é mais uma significativa demonstração do amadurecimento da sociedade brasileira. É uma prova de que a consciência republicana, cada vez mais, permeia os ideais da população e norteia a própria estrutura do Estado.

As instituições públicas têm seu poder e suas atribuições originadas e atreladas ao povo. O respaldo e a legitimidade conferida aos Poderes por esse mesmo povo é fundamental para seu funcionamento. É exatamente por tal motivo que todas elas devem ser pensadas, desenvolvidas e aprimoradas com a participação popular. No caso do Poder Judiciário e do Ministério Público, esta participação é ainda mais importante.

Essas duas instituições prestam um serviço indispensável para a manutenção da democracia e para a consolidação da cidadania. Têm por missão estar a serviço de todos os brasileiros e brasileiras e tratar todos eles com igualdade.

Não é novidade para nenhum de nós, porém, que tanto a Justiça como o Ministério Público enfrentam, há muito tempo, dificuldades em seu funcionamento, cujas conseqüências são sentidas diretamente pela população.

Temos esperanças renovadas em relação ao Conselho Nacional de



Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público. O aprimoramento e a modernização do Poder Judiciário e do Ministério Público certamente serão acelerados com o bom funcionamento desses órgãos.

É claro que seu sucesso vai depender da melhoria dos sistemas de acesso à justiça, da articulação de novos métodos de gestão e da aplicação de mecanismos que garantam cada vez mais a execução das sentenças e o fortalecimento da defesa das instituições democráticas.

Com o ânimo de quem acreditou e acredita nos resultados positivos da reforma do Judiciário, penso que esse rumo de aperfeiçoamento, que renovou e fortaleceu a confiança da sociedade brasileira na justiça, deve ter continuidade.

É preciso que continuemos buscando a aprovação dos projetos de reforma do processo civil, do processo penal e do processo trabalhista, que já estão tramitando no Congresso Nacional. Devemos continuar somando esforços na identificação de experiências bem sucedidas no âmbito da Justiça, nacional e internacional, para aplicá-las e generalizá-las nas diversas instâncias do nosso sistema judicial. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento de métodos alternativos de solução de conflitos, como a mediação.

Minhas senhoras e meus senhores,

Conselheiros e conselheiras,

O Brasil está empenhado fortemente em renovar e aperfeiçoar suas instituições democráticas em todos os níveis.

Há um sentimento crescente na sociedade que clama por maior combate à criminalidade, à violência e a toda e qualquer irregularidade na vida pública, com o devido julgamento e punição dos culpados. Tudo deve ser feito – por todos os Poderes da República – para acabar, definitivamente, com a impunidade no nosso país.

É evidente que, para isso, nossas instituições republicanas têm de ser





reforçadas e aperfeiçoadas, como reafirmei ontem na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção.

Nós sabemos que todo progresso de uma sociedade é condicionado – ou se faz acompanhar – pelo aprimoramento de suas instituições, em especial das instituições que sustentam os Poderes da República.

No Brasil, o tema da reforma política, por exemplo, há muito tempo está presente na pauta do Congresso e dos partidos políticos.

É hora de a sociedade brasileira dar uma forte contribuição a esse processo, levando aos nossos parlamentares sugestões e propostas dos mais variados protagonistas sociais, que também se sentem responsáveis pelas mudanças em tão importante e complexa matéria.

Conclamamos todos – universidades, sindicatos de trabalhadores e de empresários, movimentos sociais, intelectuais, OAB, ABI e tantas outras entidades da sociedade civil – a debaterem a questão da reforma política, sistematizando suas conclusões e enviando-as ao Congresso Nacional.

Tenho certeza de que o Poder Judiciário – como um todo – está disposto a somar forças para que realizemos com sucesso essa empreitada.

No que compete ao governo federal, determinei hoje ao Ministro da Justiça que coordene uma ação conjunta dos Ministros da Articulação Política, da Secretaria-Geral e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no sentido de elaborar, no máximo em 45 dias, um relatório sobre a reforma política.

Esse relatório deve apontar propostas para o fortalecimento dos partidos políticos, o aperfeiçoamento de regras do sistema eleitoral e a disciplina do financiamento das campanhas eleitorais no Brasil.

Nesse trabalho devem ser ouvidas as instituições e personalidades que já têm experiência e estudos acumulados sobre o tema.

Antes de dar parabéns aos Conselhos, eu queria dizer que, nesses dois anos, e poderia falar do presidente João Paulo e do presidente Sarney,



possivelmente com o reconhecimento do ministro Nelson Jobim, a sociedade brasileira, mais rapidamente, reconheça a evolução que foi feita no Congresso Nacional nos dois anos em que vocês presidiram as duas Casas do Congresso.

Muitas coisas que pareciam impossíveis, muitas coisas que estavam acumuladas há dez, 12, 14 anos, quando o ministro Jobim fala da Constituição de 1988, esses temas foram debatidos em 1987 e 1988, e nós não conseguimos chegar a nenhuma conclusão, e isso já faz, praticamente, 17 anos.

Nós não temos o direito de continuar a permitir que as coisas demorem tanto para acontecer. É plenamente possível, definitivamente, o Congresso Nacional se debruçar sobre a reforma política.

Eu me lembro, meu querido ministro Márcio Thomaz Bastos, meu querido Presidente da Câmara, meu querido Nelson Jobim, Cláudio Fonteles, que eu era deputado constituinte, quando o então senador Marco Maciel, que era um homem fissurado pela reforma política, procurava a oposição para discutir um projeto de reforma política – estou falando de coisas há 18 anos – e a reforma política começa a ser o mesmo que foi a reforma tributária no Brasil, o mesmo que foi a Assembléia Nacional Constituinte, o mesmo que foi a reforma da Previdência. Começa a ser uma palavra mágica que todo mundo fala a todo instante, mas a gente não quebra a casca do ovo para que a gente possa ver o que vai sair de dentro daquele ovo.

Certamente o Congresso Nacional deve ter nos seus anais, e como proposta de projetos, as mais bem elaboradas propostas políticas para a reforma política neste país. Certamente, ao longo da História do Brasil, senadores e deputados, ao longo de anos e, porque não dizer, ao longo de décadas, produziram propostas, partidos produziram propostas, universidades produziram propostas, movimentos sociais produziram propostas. É de se perguntar: por que não anda, se a grande maioria perguntada é favorável à



reforma política? O que tem de tão sagrado que a reforma política não pode ser um instrumento de consolidação da democracia deste país e de fortalecimento dos partidos políticos do nosso país?

Nós não queremos que o Poder Executivo seja a voz determinante do processo da reforma política. Mas, como eu disse agora, sob a coordenação do Ministério da Justiça, nós vamos fazer à Câmara, ao Senado e aos deputados e senadores a boa insinuação da boa provocação do debate político sobre este tema, que ganha dimensão extraordinária no nosso país neste momento histórico. Eu estou convencido que, da mesma forma que aprovamos a Reforma do Judiciário, da mesma forma que aprovamos a Reforma Tributária, da mesma forma, presidente João Paulo, que se aprovou projetos que pareciam impossíveis ser aprovados, na hora em que houver a disposição política de muitos deputados, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, dos presidentes dos partidos, a reforma política fluirá com tanta rapidez que muita gente vai ficar surpresa, porque ela demorou tanto para ser aprovada. E, obviamente que prevalece aqui uma coisa que é própria da democracia: ninguém, individualmente, levará vantagem, nenhuma partido, individualmente, ganhará. Quem ganhará com a reforma política será a sociedade brasileira, os próprios partidos políticos e, porque não dizer, a democracia do nosso país. Eu acho que é extremamente importante a gente aproveitar este momento político para discutir este tema que, de vez em quando, se transforma em tabu dentro do Congresso Nacional.

E quero, por fim, parabenizar a todos vocês e torcer e pedir a Deus que vocês tenham pleno êxito nas atividades do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, porque como é o primeiro mandato, é a primeira experiência. E a gente diz sempre que o filho, seja de um ser humano ou de um animal, a primeira impressão que fica, a primeira cara que marca, é a primeira cara que ele vê. Vocês estarão sendo vistos pela sociedade como a primeira experiência de uma coisa sonhada e reivindicada



pela sociedade brasileira, sobretudo, aqueles que se envolvem com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, há muitos anos.

Portanto, agora, caem sobre as costas de vocês a responsabilidade de provar, de afirmar, que valeu a pena tanta gente, durante tantos anos, brigar para que nós pudéssemos criar os dois Conselhos.

Meus parabéns, boa sorte e que Deus possa abençoar a nova atividade de vocês.

Sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de conclusão da obra de conversão da Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência FPSO P-47**

**Rio de Janeiro, 09 de junho de 2005**

Excelentíssima governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho,

Minha querida companheira Dilma Roussef, ministra de Minas e Energia,

Meu companheiro Eduardo Campos, ministro de Ciência e Tecnologia,

Meu companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro senador Roberto Saturnino,

Meus queridos companheiros deputados federais, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Costa, Jorge Bittar, Luiz Sérgio e Reinaldo Betão,

Meu caro Wagner Victor, secretário de energia da Indústria Naval e do Petróleo do Rio de Janeiro,

Senhora Maria Aparecida Panisset, prefeita de São Gonçalo,

Nosso querido companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,

Nosso querido companheiro Godofredo Pinto, prefeito da cidade de Niterói,

Senhora Evely Forjado Loureiro, madrinha da P-47,

Senhor Antônio Carlos Soares Lima, presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro,

Senhor Ricardo Pessoa, diretor-superintendente da Ultratec,

Senhor Arioaldo Rocha, presidente do Sinaval,

Senhor Antônio Carrara, presidente da Federação Única dos Petroleiros,



Senhor Luiz Chaves, coordenador do Fórum Intersindical do Trabalhador da Indústria Naval,

Meus amigos, minhas amigas,

Companheiros e companheiras,

Meus companheiros petroleiros,

Meus companheiros metalúrgicos, empresários, jornalistas,

Eu creio que mais do que a inauguração de uma plataforma, nós estamos aqui inaugurando uma outra coisa. Nós estamos aqui inaugurando a certeza de que este país tomou, definitivamente, a decisão de se transformar num país competitivo, de se transformar num país capaz de produzir as coisas de que ele necessita, desde o conhecimento à produção de plataformas como esta, para que o Brasil deixe de ser um mero importador e passe a ser um exportador.

Quando decidimos fazer a plataforma no Brasil, nós não queremos que sejam finitas as decisões da Petrobras de construir plataforma e muito menos a quantidade de petróleo que nós temos no nosso subsolo, em águas profundas, até porque não foi nem pesquisado ainda o petróleo em Pernambuco. No dia em que for, vão achar, e eu espero que a Petrobras vá até Caetés tentar ver se tem petróleo lá.

Mas eu acho que nós estamos dando um sinal ao mundo de que o Brasil, embora pretenda e vai fazer, de manter uma relação internacional cada vez mais ousada, cada vez mais produtiva e construtiva. O Brasil está dizendo ao mundo que o Brasil não é um país inferior, nem do ponto de vista do conhecimento científico e tecnológico, nem do ponto de vista da sua capacidade produtiva, nem do ponto de vista da qualificação dos seus trabalhadores, da qualificação dos seus engenheiros, da qualificação dos profissionais brasileiros.



Nós estamos aqui inaugurando, eu diria, um novo tempo no Brasil. Houve um tempo, e não faz muito tempo, que a nossa Marinha Mercante foi destruída em nome da modernidade. Houve um tempo em que a nossa indústria naval foi destruída em nome da modernidade, houve um tempo em que a indústria ferroviária brasileira, aquela que produzia locomotivas e vagões, foi destruída em nome da modernidade brasileira.

Aliás, houve tempo de um pensamento único no Brasil em que a gente não podia nem discordar, porque tudo que era feito já estava escrito e, se tinha dado certo na Inglaterra, porque a primeira-ministra Margareth Thatcher tinha colocado em funcionamento lá, tinha que dar certo no Brasil. Se tinha dado certo nos Estados Unidos nos anos 80, tinha que dar certo no Brasil. Em nome desse avanço, em nome dessa modernidade, se desmontou o Estado brasileiro, se desmontou parte do parque industrial brasileiro e eu estou aqui, hoje, participando da inauguração de uma plataforma, como fui outro dia a Osasco participar da recuperação de uma ex-indústria metalúrgica chamada Cobrasma, que voltou a produzir vagões e está produzindo como nunca, e algumas com encomendas de produção de 10 mil vagões, já contratadas.

Isso demonstra que o Brasil resolveu competir com o mundo, não como uma nação inferior, não como uma nação pedinte, como uma nação inferiorizada que só tem o que comprar dos países teoricamente com mais conhecimento do que nós. Eu me lembro, governadora, que quando tomamos a decisão de fazermos a plataforma, aqui, no Brasil, eu fui a Belo Horizonte participar do encontro e me encontrei com o primeiro-ministro da Noruega e ele então, preocupado porque a ex-direção da Petrobras havia insinuado que as plataformas seriam produzidas na Noruega. Ele, então, me disse se o Brasil estava rompendo as disposições até então estabelecidas de fazer as plataformas na Noruega. Eu disse não, não estamos rompendo, nós estamos apenas querendo que os seus estaleiros venham montar-se no Brasil e produzir as plataformas, gerando emprego no nosso país.



Queremos apenas isso, não temos nada contra o investimento norueguês ou o investimento da Coréia, não temos nada contra o investimento, pelo contrário, nós queremos, cada vez mais, queremos que os nossos empresários façam parcerias com esses empresários. Mas o Brasil tem tecnologia para ser um centro de produção, não apenas de plataforma, mas um centro de indústria naval que pode atender, em parceria, os seus parceiros da América do Sul, os seus parceiros de outros países mais pobres e até com menos conhecimento do que o Brasil, como alguns países africanos. E não queremos apenas ser a indústria nacional, nós queremos que a Argentina monte parcerias conosco, queremos que a Venezuela monte parcerias conosco, queremos que outros países se associem às nossas empresas para produzirem aqui, porque é assim que a gente vai permitir que a América do Sul se consolide enquanto um continente, não apenas eternamente em vias de desenvolvimento, mas com a América do Sul desenvolvida, competindo com os outros blocos econômicos disseminados no mundo.

Eu me lembro também das conversas que tive aqui com empresários da indústria naval. Eu sou muito agradecido, José Eduardo Dutra, ao pessoal da engenharia da Petrobras, porque no desafio que nós enfrentamos com a ex-direção da Petrobras, teve muitos técnicos da Petrobras que se colocaram à disposição para nos dar subsídio para enfrentar o debate político.

Lembro dos empresários da indústria naval que também não faltaram, em nenhum momento, em colocar, possivelmente, não a mim, mas, quem sabe, a muitos outros candidatos que defendiam, como eu, a indústria naval, as informações necessárias para que a gente pudesse provar que era capaz de construir aqui.

Eu me lembro que o jornal Gazeta Mercantil, me parece, tinha publicado uma matéria paga ou um artigo dizendo que era loucura querer construir aqui, porque o Brasil não tinha conhecimento. E hoje nós, aqui, estamos vendo o quê? Estamos vendo o resultado de uma indústria que, se não tivesse sido





abandonada no começo da década de 80, certamente seria uma das melhores do mundo, porque já era antes dela ser rifada, leiloada e desmontada como foi.

A Petrobras é uma espécie de orgulho para todos nós. Se a Petrobras fosse uma mulher, seria a mulher com que toda mãe queria que o seu filho casasse. Se ela fosse um homem, ela seria o homem que toda sogra gostaria de ter como genro. Mas como ela não é nem homem, nem mulher, é uma indústria, ela então pode ser amada por todos nós, porque a Petrobras é, definitivamente, o grande motivo de orgulho para todos nós, brasileiros, que viajamos em qualquer lugar do mundo.

Mas é importante lembrar que ela sofreu muito para ser motivo de orgulho, porque quando se começou a pensar em construir a Petrobras, os defensores do pensamento único da época achavam que era loucura, achavam que era megalomania, achavam que o Brasil não tinha conhecimento, não tinha engenharia, não tinha técnicos, o Brasil não poderia. Nós estávamos predestinados a ser importadores de petróleo ou ter os nossos carros tocados a carvão. Era esse o destino que uma parte da elite da época falava contra a Petrobras. E hoje, possivelmente, aqueles que eram contra estão reconhecendo o papel da Petrobras, por isso ela virou unanimidade, por isso que ela é tão importante hoje no cenário brasileiro e internacional.

E eu digo mais, José Eduardo, ainda falta um pouco de ousadia para a Petrobras. A Petrobras, de vez em quando, não tem dimensão da grandeza dela, e ela não é mais ousada. Porque tem mais espaço para a Petrobras em muitos países do mundo. Tem muito mais buraco para a gente fazer no mar ou fora do mar, e tem muito mais petróleo e gás para a gente tirar.

E eu tenho certeza, em todos os lugares que eu tenho ido, do mundo, que a Petrobras é vista como uma empresa que, em qualquer momento que chegar, ela é aceita. Como tem outras empresas brasileiras, como está acontecendo com a Companhia Vale do Rio Doce, que tem se transformado



numa empresa multinacional, ganhando concorrências em vários países do mundo.

E é assim que o Brasil vai se consolidar enquanto país industrial, enquanto país independente economicamente. É um país que tem grandes empresas, inclusive grandes empresas multinacionais, fazendo o que estamos fazendo com a Petrobras, com a Companhia Vale do Rio Doce, com a nossa indústria de engenharia em todos os países da América do Sul. É só visitar a América do Sul para ver quantas obras estão sendo financiadas pelo Brasil ou pela Petrobras, ou pelo BNDES, para financiar a nossa engenharia, para construir pontes, para construir hidrelétricas, para construir coisas que são extraordinariamente importantes para o Brasil, porque é exportação de serviços e de conhecimentos do Brasil. E nesse item, a Petrobras é definitivamente o carro-chefe, é a namorada que todo mundo quer casar com ela. A Arábia Saudita quer casar com a Petrobras e a Petrobras tem medo da Arábia Saudita ser um pouco maior.

O Chavez já arrumou até o lugar do casamento, quer que eu e ele sejamos padrinhos da fusão da Pdvesa com a Petrobras. Já estamos discutindo a idéia de criar o embrião da Petroamérica, ou seja, o que não falta, na verdade, é oportunidades para a Petrobras. Se juntarmos todos nós que estamos aqui, individualmente, somando todas as oportunidades que se apresentaram para nós até hoje, ainda assim a gente não tem o potencial de oportunidade que tem a Petrobras.

Eu acho, meu querido Sérgio Gabrieli, Sérgio Machado, toda a diretoria da Petrobras, de vez em quando a gente precisa sair um pouco para o ataque e ir mais veloz para a frente, porque nós não podemos fazer o que o Brasil fez ontem contra a Argentina, não podemos. Eu confesso a vocês que quase que eu não venho aqui, de sofrimento. Foram os 45 minutos. Olha, eu estou com 60 anos de idade, vou fazer em outubro, gosto de futebol desde os sete anos, quando cheguei a São Paulo. Eu nunca sofri tanto na vida como os 45 minutos



de ontem.

Então, acho que a Petrobras tem esse papel extraordinário. Na verdade não é o Brasil que puxa a Petrobras, a Petrobras em muitos momentos pode ajudar a puxar o Brasil e tem coisas fantásticas para serem feitas no mundo.

Quero dizer aos trabalhadores, sobretudo aos metalúrgicos da indústria naval, que eu, desde os anos 70, tenho uma relação com os trabalhadores da indústria naval. O meu primeiro grande companheiro no sindicato do Rio de Janeiro foi um companheiro da indústria naval, um companheiro de Niterói, o nosso saudoso Abdias, hoje aposentado, quando a indústria naval era uma coisa muito forte. Eu acho que nós vamos voltar a ser, porque não são apenas os 40 navios, 22 navios da Petrobras não. Na hora que a gente tiver preparado, estruturado, outros países virão encomendar navios aqui, outras parcerias nós poderemos fazer e aí a gente vai poder consolidar a nossa indústria naval, para que a gente se transforme em exportador de coisas produzidas por nós, aqui no país.

Muito mais feliz ainda a gente fica quando a gente sabe que a indústria naval brasileira está se recuperando muito rapidamente, ou seja, eu acho que não geramos ainda a quantidade de empregos que ela tinha há alguns anos, mas eu acho que está hoje, definitivamente consolidado que a indústria naval vai voltar a crescer. E vai se consolidar enquanto uma das indústrias de ponta do nosso país, para que a gente seja referência. Quando alguém for comprar um navio feito em Singapura ou na Noruega ou na Coreia, ele vai lembrar: espera aí, tem o Brasil agora que também tem estaleiros modernos, que tem engenharia competente, que tem indústrias competentes, que tem trabalhadores competentes e que, portanto, nós vamos ver o preço no Brasil. Aí eles vão perceber que os nossos preços vão ser melhores, que os nossos trabalhadores são melhores, que os nossos estaleiros são melhores e aí, aquilo que parecia impossível, irá acontecer: as pessoas irão contratar da indústria naval brasileira os navios que hoje se contratam em outros países do mundo.



Quero, portanto, dizer, como últimas palavras, que essa é uma coisa definitiva, a Petrobras está tendo uma colaboração excepcional no programa de Biodiesel, que é uma outra revolução que o povo brasileiro só vai ver o resultado mesmo daqui a cinco, sete ou dez anos, que vai ser a construção de uma matriz energética de combustível alternativa, geradora de empregos, geradora de riquezas. E eu fico sempre sonhando com o Nordeste brasileiro, uma parte dele se transformando mais ou menos numa região desenvolvida, como se transformou a região de Ribeirão Preto por causa de etanol.

Eu acabo de voltar de uma viagem ao Japão. Voltei extremamente otimista do Japão. O Japão estava afastado do Brasil há muito tempo. Nós fomos lá para dizer aos japoneses que, muito mais do que a distância que nos separa, a nossa relação histórica nos une, porque são 1 milhão e 400 mil japoneses ou descendentes que moram no Brasil, e já somos 285 mil brasileiros no Japão. Portanto, não é possível que a gente tenha uma relação tão estranha com o Japão.

E voltei feliz, porque eu acho que há perspectiva da nossa indústria evoluir, há perspectiva do etanol se transformar num produto definitivamente exportável para o Japão, que precisa utilizar 3% de etanol na gasolina para cumprir o Protocolo de Quioto, e nós fomos lá para fazer propaganda e dizer que três é muito pouco, que no Brasil já usamos 25% e os nossos carros talvez sejam mais velozes que os deles, ou seja, não tem porque não utilizar um pouco mais.

Nós começamos a construir o biodiesel, José Eduardo, e começamos com a história do B-2, ou seja, colocar 2% no diesel. Outro dia eu fui na Volkswagen, já tem ônibus a 5... e me disseram que no Rio de Janeiro tem ônibus andando a 20% já de biodiesel. E que até 20 e poucos não tem nenhum problema no motor, não tem que fazer nenhuma transformação. Daqui a pouco Dilma, aquilo que a gente estava prevendo para 12 anos, pode acontecer em quatro ou cinco anos, porque eu acho que a velocidade de crescimento será



extraordinariamente importante para o Brasil.

De forma que eu quero agradecer a vocês. Agradecer a gentileza da Governadora, de estar aqui, presente; agradecer aos trabalhadores que vieram; agradecer aos empresários que vieram; agradecer à Diretoria da Petrobras, aos dirigentes sindicais; agradecer à nossa madrinha e dizer que, mais uma vez, se Getúlio Vargas estivesse vivo hoje, ele diria: “Valeu a pena acreditar na Petrobras”. E eu diria: Valeu a pena acreditar que o Brasil é capaz de produzir o que alguns achavam impossível.

Meus parabéns a todos vocês, parabéns à Petrobras, parabéns à indústria naval e parabéns aos trabalhadores brasileiros.



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à  
Marinha, por ocasião do 140º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo**

Mais uma vez dirijo-me à Marinha na comemoração da Batalha Naval do Riachuelo. Como brasileiro e Comandante Supremo das Forças Armadas, faço-o com muito orgulho e satisfação.

No dia 11 de junho de 1865, há cento e quarenta anos, Barroso e seus comandados escreveram uma página de glória para a nossa Nação, garantindo, com a vitória alcançada, o controle das hidrovias do teatro de operações, o que permitiu o prosseguimento das ações posteriores, até a vitória final. É justo, portanto, que comemoremos esse feito.

Não estávamos preparados para aquele conflito, o que exigiu um enorme sacrifício de todos os brasileiros. Por isso é que tenho mencionado, repetidas vezes, que precisamos cuidar das nossas Forças Armadas, garantindo-lhes um poder dissuasório mínimo, compatível com a estatura que pretendemos que o Brasil tenha no cenário internacional pois, conforme também já mencionei em ocasiões anteriores, um país pode ser avaliado por vários parâmetros, mas um deles é, sem dúvida, o seu potencial de defesa, garantido pela preparação das suas Forças Armadas.

O caminho a percorrer é longo e árduo pois, como sabemos, o Estado brasileiro foi submetido nestes últimos anos a um verdadeiro desmonte. Ele passa pela recuperação do poder aquisitivo da remuneração de todos aqueles que trabalham na defesa da Nação, militares e civis; passa, também, pelo estabelecimento de novos patamares orçamentários, que permitam a correta manutenção e operação dos meios existentes; e, no caso específico da Marinha, pela imperiosa necessidade de reaparelhamento.

Como disse, o caminho é longo e árduo, mas este é um compromisso do meu governo. Somente assim, as Forças Armadas, e em especial a Marinha do



Brasil, cientes dos valores da democracia, poderão trabalhar para garantir a nossa soberania, propiciando ainda condições para a manutenção da paz e o bem-estar social do povo brasileiro. Congratulo-me, nesta data, com todos os integrantes dessa nobre Instituição, pelas comemorações de tão marcante acontecimento.

Cumprimento, também, a todos que estão sendo promovidos ou admitidos na Ordem do Mérito Naval. Posso imaginar a emoção e satisfação que sentem por terem sido distinguidos com a mais alta comenda da Marinha do Brasil, pois estes foram os meus sentimentos quando, como Grão-Mestre dessa Ordem, fui agraciado com o grau de Grã-Cruz.

Sejam felizes! Viva a Marinha! Viva o Brasil!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso**

**Palácio do Itamaraty, 13 de junho de 2005**

Presidente da República do Congo,

Senhoras e senhores embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu governo,

Senhoras e senhores ministros de Estado e demais integrantes das comitivas do Congo e do Brasil,

Senhoras e senhores parlamentares,

Meus amigos e minhas amigas,

É com grande alegria que dou as boas-vindas ao Brasil ao Presidente Nguesso. Nas últimas décadas, nossos países passaram por importantes transformações. Permanecem, contudo, os desafios que o século XX não soube resolver, sobretudo a exclusão social.

No século XXI, a globalização nos oferece a oportunidade de criar um novo eixo de diálogo e cooperação entre os países do Sul.

Estamos unidos na busca da verdadeira autodeterminação, que nos conduzirá pelo caminho do progresso soberano e do bem-estar de nossos povos.

A África deu passo importante nessa direção. Ao criar a União Africana, a região voltou-se definitiva-mente para a consolidação de suas instituições e a integração de suas economias.

Sob a liderança de Vossa Excelência, a República do Congo vem contribuindo ativamente para os esforços de pacificação da Comunidade Econômica e Monetária da África Central.





O Brasil confia na vocação de seu país e de toda a África para a paz e a conciliação. Apoiamos a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, a NEPAD, que traduz a determinação de seus líderes de encontrarem soluções próprias para os problemas do continente.

Presidente Nguesso,

O Brasil, tal como a África, está empenhado na reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais democrático e representativo. Isto só será possível com novos membros permanentes do mundo em desenvolvimento. Esperamos poder contar com o apoio da República do Congo, da mesma forma que a África terá nosso endosso para as candidaturas que vier a apresentar.

Também almejamos a democratização das relações comerciais internacionais e a inserção competitiva de nossos países na economia global. Somente nossa estreita coordenação no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio assegurará que o comércio se converta em um instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

A expressiva comitiva ministerial que acompanha Vossa Excelência no Brasil nos permite explorar caminhos inéditos de intercâmbio bilateral. O mecanismo de consultas políticas que estamos instituindo expressa nossa determinação de intensificar nosso diálogo e cooperação.

No Foro Brasil-África, realizado em Fortaleza, em 2003, confirmamos que são muitas as oportunidades para aproximar nossas trocas econômico-comerciais do seu potencial.

A competência do Brasil na área de engenharia pesada, construção civil e mineração permitirá explorar as fortes complementaridades entre nossas economias.

A área de cooperação energética, em especial, espelha as possibilidades de nossas relações. A liderança tecnológica da Petrobrás na



exploração de petróleo em águas profundas poderá ser comprovada durante os encontros que sua delegação manterá no Rio de Janeiro.

A experiência brasileira no emprego do etanol como aditivo à gasolina, juntamente com o biodiesel, é outra tecnologia brasileira que poderá ajudar a República do Congo a valorizar seus recursos naturais.

Senhor Presidente,

Nessa sua segunda viagem ao Brasil, Vossa Excelência sentirá uma vez mais com intensidade, a importância de nossa herança africana. Uma herança de que nos orgulhamos profundamente e que aproxima nossos dois países.

É com esse espírito que convido os presentes a erguerem um brinde à nova etapa das relações entre nossos países, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade da República do Congo.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de lançamento de ações para a Qualidade da Educação**

**Palácio do Planalto, 14 de junho de 2005**

Quase que eu ia perguntar se essa água se troca de vez em quando, porque a primeira coisa que eu faço é tomar um pouco de água.

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,

Meus queridos companheiros ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores; Romero Jucá, da Previdência; ministro Dulci, chefe da Secretaria-Geral da Presidência;

Meu querido Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da União,

Minha querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres,

Meus queridos companheiros governadores Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas; Lúcio Alcântara, governador do estado do Ceará; Wellington Dias, governador do estado do Piauí; Marcelo Miranda, companheiro do estado de Tocantins,

Meus queridos companheiros senadores e deputados federais. E eu quero citá-los aqui porque agora o que nós estamos fazendo é passar um pouco a bola para vocês. E, agora, o debate que nós enfrentamos dentro do governo para chegar a esse projeto, vai passar para a Câmara e para o Senado.

Quero cumprimentar a senadora Fátima Cleide, nossa querida companheira Ideli Salvatti, senadora, e o senador Waldir Raupp,



Quero cumprimentar os deputados Leonardo Monteiro, Orlando Desconsi, a Iara Bernardi, a Maria do Carmo Lara, a Maria do Rosário, a Mariângela Duarte, o Carlos Abicalil, o deputado Luiz Couto, deputado Paulo Pimenta. Aqui está só B. Sá, eu não sei o que é o B. Também o deputado Paes Landim, deputado Colombo, o deputado Pimentel, o deputado Carlito Merss, deputado Gilmar Machado, deputado André Figueiredo. Penso que citei todos os companheiros que estão aqui neste recinto.

E eu quero, em especial, cumprimentar o companheiro que não é nem deputado, nem ministro, mas é educador, e é o companheiro que ainda no ano de 2001, 2002, no começo do ano foi convidado por mim para organizar o nosso projeto de educação, que foi o nosso querido companheiro – hoje magro, deve estar fazendo muito exercício – o nosso ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos, atual prefeito de São Carlos, o companheiro Newton Lima, que foi o companheiro que colocou o Fundeb com muita força no programa de governo, colocando isso como uma necessidade vital para que nós pudéssemos fazer uma revolução na educação brasileira.

Certamente o pensamento do Newton naquela época comungava com o pensamento de muitos educadores brasileiros, comungava com o pensamento de muitos reitores e nós levamos todo esse tempo para criar as condições de apresentar ao Congresso Nacional o Fundeb, para que a gente pudesse dar um passo adiante daquilo que foi o Fundef, ou seja, garantir que os estados mais pobres do país, daqui a alguns anos, tenha a mesma chance que outros estados e regiões mais ricas já tiveram.

Então, eu quero “Newtão” te parabenizar. A você e a todo mundo que trabalhou, parabenizar os companheiros do Ministério da Educação e todos aqueles que participaram das reuniões, parabenizar os companheiros da Casa Civil que tiveram um trabalho imenso para chegar à conclusão desse projeto que agora vai para as mãos dos nossos deputados e dos nossos senadores.



Nós estamos, hoje, aqui, tornando realidade um sonho dos educadores brasileiros. Educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento do nosso país. Eu, a minha vida inteira, dizia que não há, na humanidade, nenhuma experiência em que a baixa educação, a baixa formação é responsável pelo desenvolvimento de qualquer cidade ou de qualquer país.

Portanto, cansei de dizer por este país que muitas vezes se discute o que se gasta para a educação, e se discute como se gasta, quando, na verdade, se tem um investimento que precisa ser feito com investimento, com retorno garantido em pouco tempo, porque muitas vezes se faz um investimento numa indústria, se faz um investimento na agricultura e, às vezes, demora dez anos para ter retorno. Na educação o investimento talvez tenha o retorno mais curto que em qualquer atividade do ser humano, porque antes de ser formado, esse menino que teve uma boa educação, certamente já estará qualificado para ganhar um rendimento melhor do que aquele que ganharia se ele não estivesse na escola e se não tivesse as oportunidades que nós temos que criar.

As medidas que estamos tomando para a reorganização do Sistema de Ensino vão definir qual será o futuro do Brasil. Portanto, o dia de hoje ficará para sempre marcado na nossa memória. Estamos atendendo também reivindicações históricas de estados e municípios, priorizando o ensino público e gratuito de qualidade, desde a educação infantil até o ensino médio.

Tenho certeza de que esse esforço do nosso governo tem mudado o perfil da educação brasileira, superando a baixa qualidade e eliminando as desigualdades de acesso em todos os níveis de ensino, da educação infantil à universidade.

Dois exemplos: a alfabetização passou a ser um processo contínuo, agora interligada à educação de jovens e adultos que, só em 2004, atendeu a



cerca de 1 milhão e 250 mil brasileiros e brasileiras, e o ProUni, o programa Universidade para Todos, que já contemplou mais de 100 mil novos universitários no país.

Ainda da parte das boas notícias do Ministério da Educação, penso que todo mundo aqui sabe que nós, nesse período, criamos três universidades federais novas e criamos 10 extensões de universidades federais, sobretudo tentando levar as universidades federais que estão nas capitais, levando um braço delas para o interior do país. É assim que estamos fazendo para o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, é assim que estamos fazendo para o Sertão de Pernambuco, tanto para Garanhuns, que é a minha terra natal, quanto para Petrolina. É assim que estamos fazendo no Paraná e é assim que pretendemos fazer. Possivelmente esta semana terei uma reunião com o ministro Tarso Genro para que a gente discuta quais as outras regiões do Brasil que nós precisamos, ou aprovar novas universidades federais ou levar extensões das universidades federais já existentes para que a gente possa, quem sabe, num menor espaço de tempo, universalizar o território nacional com as universidades para que elas não fiquem apenas sendo um centro de excelência para aqueles que já têm quase que uma excelência de vida no país.

O que nós queremos é fazer com que a universidade efetivamente se estenda por todo o território nacional e uma criança do interior não tenha que sair da sua terra natal, andar mil quilômetros para ir morar ou tentar a sorte numa capital; que ele possa ter mais próximo de onde ele mora, a possibilidade de fazer o seu curso universitário.

Na verdade, estamos vencendo o desafio de qualificar o sistema de ensino no nosso país. A proposta de criação do Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais de educação, que enviamos ao Congresso Nacional, representa um enorme e fundamental avanço no financiamento do ensino público em nosso país.



O Fundeb, como vocês sabem, prevê o aumento progressivo de recursos para a educação, atingindo, ao final de quatro anos de transição, 4 bilhões e 300 milhões de reais. Nunca se investiu tanto na educação brasileira. Repito, serão 4 bilhões e 300 milhões de reais que estarão sendo investidos e terão consequência direta e imediata na melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

O fundeb será muito mais abrangente do que o sistema de financiamento que existe hoje, atendendo não apenas ao ensino infantil, mas também à educação fundamental e ao ensino médio. O Fundeb possibilitará que, dentro de alguns anos, toda educação básica, infantil, fundamental e o ensino médio, seja de fato universal. Ele possibilitará também a redução gradativa das desigualdades educacionais entre estados e municípios e entre os setores mais ricos e mais pobres do nosso país.

Meus amigos e minhas amigas, a melhoria da qualidade na formação dos nossos professores é condição essencial para vencer o desafio da educação brasileira. Fico feliz que o Ministério da Educação tenha escolhido 2005 como ano da qualidade da educação básica e o Fundeb garanta ao governo federal as condições para avançar ainda mais no desenvolvimento de ações para melhorar a formação do nosso magistério. Nesse sentido, estamos enviando projeto ao Congresso Nacional, com a proposta de criação de dois novos programas de formação inéditos em nosso país, o Pró-Licenciatura e Pró-Letramento.

E para que servem esses programas? O Pró-Licenciatura dará acesso a professores de escolas públicas, de ensino médio e das séries finais do ensino fundamental, a cursos superiores em suas áreas de atuação. Até meados de 2007 o MEC deverá, não só matricular, mas também pagar as mensalidades e oferecer ajuda de custo a 150 mil professores em universidades de todas as regiões do país. Vinte mil só este ano. Em três anos o investimento chegará a 270 milhões de reais.



O Pró-Letramento, por outro lado, é um amplo projeto de atualização de conteúdos em língua portuguesa e matemática, para professores das séries iniciais do ensino fundamental. De agosto de 2005 a meados de 2007, serão formados 400 mil profissionais. O investimento, nesses dois anos, deverá atingir 80 milhões de reais. É preciso que cada um de nós se pergunte: quando os professores brasileiros já tiveram oportunidades de qualificação como esta que estamos apresentando?

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos hoje, também, instituindo o programa Escola de Fábrica. Parte de nossa política nacional da juventude, que cimenta a relação entre escola e trabalho, através de proposta que encaminhamos ao Congresso Nacional.

Com a Escola de Fábrica, abriremos turmas de ensino técnico dentro das próprias empresas. Será uma oportunidade única para milhares de jovens de baixa renda, entre 16 e 24 anos, aprenderem no local de trabalho, facilitando seu ingresso na vida profissional. Com isso, a educação básica vai estar muito mais ligada às necessidades de desenvolvimento de nosso país, qualificando melhor o ensino técnico e profissional. Essa é uma inovação que faço questão de destacar.

A mesma proposta que cria o programa Escola de Fábrica, também traz duas medidas para garantir a continuidade aos alunos de baixa renda que chegam à universidade. A Bolsa Permanência e o PET. Para evitar que o jovem carente abandone o curso por falta de recursos, a Bolsa Permanência é um ajuda de custo dirigida a beneficiários do programa Universidade para Todos e a alunos de instituições federais de ensino superior. Já o PET, Programa de Educação Tutorial, é uma bolsa que permite ao estudante a oportunidade de participar de atividades acadêmicas que contribuem para a sua formação e para a qualidade de ensino superior, sob a orientação de um docente tutor.

Meus amigos e minhas amigas,





Essas medidas são o resultado de um intenso e criativo trabalho coordenado pelo nosso Ministério da Educação. Esse trabalho envolveu prefeitos, secretários municipais, estaduais de educação, trabalhadores do setor da educação, centrais sindicais, movimentos sociais, o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, entre outras entidades.

Agora, vamos precisar da colaboração, que não nos tem faltado, dos deputados e senadores que, certamente, examinarão com muito critério e presteza as medidas que estamos enviando. Se tiver que mudar alguma coisa, pelo amor de Deus, que mudem para melhor e não para pior.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da MP de Desoneração Tributária e de Estímulo ao Desenvolvimento e ao Investimento**

**Palácio do Planalto, 15 de junho de 2005**

Empresários,  
Pesquisadores,  
Deputados,

Eu, na verdade, não teria o que falar depois da fala do Palocci, do Furlan e do nosso companheiro Eduardo Campos, a minha assessoria vai ter que ver os discursos deles antes, para eles não dizerem o que eu ia dizer aqui. Eu acho que seria redundância.

Eu queria chamar a atenção para duas coisas importantes. Primeiro, o trabalho que a Câmara dos Deputados tem que fazer para que a gente possa aprovar essas coisas, porque se medidas como essa ficarem rolando oito, nove meses, seis meses, meu caro Armando, foi em vão o trabalho de convencimento sobre o Rachid, porque as pessoas pensam que é o Palocci que é duro. O Palocci é uma seda, duro é quando ele chega, como diria o nosso amigo Chávez, na “burocracia”, que tem um amor maior às causas costumeiras do país. Então, é um trabalho que não depende só do governo, depende dos empresários, depende de todos que tenham capacidade de mostrar a necessidade.

Nós já temos no Congresso Nacional aquela medida da pré-empresa, que era uma coisa muito importante e está lá há algum tempo. Já tive duas reuniões com o presidente Severino para que a gente vote com uma certa rapidez, para a gente ir transformando a informalidade brasileira numa



economia formal mais forte. E aí o Sebrae pode ajudar. O Paulo Okamoto foi citado duas vezes, aqui, já pode ser candidato a vereador em qualquer cidade deste país.

A segunda coisa que eu queria dizer para vocês é que o que os companheiros conseguiram produzir, o companheiro Furlan, José Dirceu, Palocci, Eduardo Campos e outros ministros que participaram, porque todas as áreas foram ouvidas, não é outra coisa senão o resultado de uma coisa que de vez em quando a gente ouve críticas, que é a quantidade de reuniões que se faz no governo.

Sabe o Armando Monteiro que graças às reuniões que nós fazemos, tem muitos empresários que já participaram delas, e em reuniões nós temos que ter paciência porque, de vez em quando, nós nos reunimos com a indústria automobilística que critica o setor do aço; depois, nos reunimos com os trabalhadores que criticam a indústria automobilística; depois, nos reunimos com a indústria de autopeças, que critica a indústria automobilística; e o papel do governo é tentar, nessa diversidade de interesses, encontrar aqueles pontos que são comuns a todos, sem permitir que um setor seja prejudicado em função do ganho de outro. Esse é o papel do governo.

E a CNI já teve, eu diria, o privilégio de, junto comigo, fazer duas reuniões de todos os empresários brasileiros através das suas confederações e os resultados foram extremamente satisfatórios. E o resultado disso que foi apresentado pelo Palocci, pelo Eduardo Campos e pelo Furlan, é o resultado de muitas conversas com os setores empresariais deste país.

E vai continuar. Nós já discutimos a questão de aumentar a redução de impostos nos gêneros de primeira necessidade, não apenas aquilo que o Palocci gosta, mas aquilo que eu também gosto, e eu espero que o meu gosto seja mais popular ainda que o dele, e que a gente possa reduzir mais. Agora, essas coisas também têm que ser feitas, pensadas corretamente, para não serem medidas intempestivas que depois abrem buraco nas contas do governo



e a gente não possa fazer o que tem que ser feito neste país.

Nós já dissemos aqui, inúmeras vezes, que fomos eleitos para criar um novo ciclo de desenvolvimento para este país. Eu sei que isso deixa muita gente nervosa, porque tem gente que gostaria que as coisas não tivessem dado certo e que o Brasil estivesse hoje totalmente quebrado como esteve duas vezes antes de nós assumirmos.

E o que nos permite estar aqui diante de vocês, afirmando que o ciclo de crescimento vai continuar, com as dificuldades que um país como o Brasil tem, porque todo mundo sabe que ainda temos vulnerabilidade, todo mundo sabe ainda que para conquistar a confiabilidade de investidores, de empresários, não basta ter os olhos verdes ou o cabelo branco, é preciso que tenha a construção de um processo que vai ganhando a confiabilidade das pessoas que podem, definitivamente, fazer os investimentos no Brasil. E, graças a Deus, nós avançamos muito neste último período. E vamos continuar.

E para que a gente continue conquistando credibilidade, o governo tem que dar os sinais do que ele quer fazer. E este é um sinal. Um outro sinal vai ser a gente caminhar para desonerar todo o investimento no país. Mas um sinal forte que nós temos que dar, sempre, mesmo contrariando o interesse de muita gente, é dizer em alto e bom som que este país vai manter uma política fiscal forte, que este país vai gastar apenas aquilo que ele pode gastar e não aquilo que os interesses eleitorais permitiriam, é a vontade de alguns, que gastasse neste país.

Eu tenho dito, todo santo dia: eu não quero ser medido pela minha passagem pelo governo brasileiro, pela aferição... que falte um dia, eu quero que o meu governo seja aferido a partir do dia em que ele terminar. Aí, podem fazer comparação com todos os outros que vieram antes de nós. E vamos ver em todas as áreas, em todas, sem distinção, quem é que fez mais por este país, quem é que consolidou as políticas corretas para este país.



Obviamente que, muitas vezes, nós temos problemas entre nós. Por exemplo, Palocci, eu me lembro que durante a campanha eleitoral as pessoas falavam muito em câmbio flutuante, achando que nós éramos defensores da centralização cambial. Eu me lembro que isso foi uma coisa maluca, até que nós fizemos a Carta ao Povo Brasileiro e resolvemos esse assunto. Mas, hoje, eu percebo que muitos defensores do câmbio flutuante gostariam que ele fosse flutuante mas que parasse quando atendesse o seu interesse. Na verdade, eles gostariam de um câmbio flutuante que não flutuasse. Sabe aquela bóia de água que vai na caixa, que desce quando a caixa está esvaziando e sobe quando a caixa está enchendo? Eles gostariam que ela não descresse quando a caixa estivesse esvaziando e ficasse parada num padrão. E o Palocci, esses dias, foi muito feliz quando disse: “o problema do câmbio flutuante é que ele flutua.” E isso, obviamente, não impediu até agora que a nossa balança comercial conseguisse ir de vento em popa. Agora o Furlan me deu uma boa notícia de que talvez chegamos, pela primeira vez, a 10 bilhões de dólares no mês. Então, a realidade vai se contrapondo a determinados argumentos que são fáceis de dizer, são fáceis de elaborar, são fáceis de falar.

Quando o Furlan estava falando das coisas que faltam a gente fazer, eu estava comentando com o Palocci: o Furlan precisaria conversar com um homem de comunicação, porque, veja, é bem possível que a imprensa dê destaque às coisas que nós não fizemos e esqueça o que nós anunciamos aqui. É bem possível, porque em comunicação é isso, muitas vezes o importante não é o principal, o importante é o secundário.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento em que os empresários brasileiros, primeiro, têm o gostoso prazer de poder contraditar o governo, de poder discordar do governo. Agora, quando a gente vê medidas para a construção civil como essas, e já tínhamos feito a Lei da Afetação há algum tempo, a verdade é que para a gente fazer qualquer análise do setor, nós temos que ter a coragem de dizer claramente o que o setor viveu nos últimos



dez anos neste país. Como é que foi o setor da construção civil nos últimos dez anos? Para a gente não querer, de imediato, atingir a perfeição, até porque em tudo na vida há um processo de transição e, sobretudo, na tomada de medidas na área econômica, que mexe com tributos, porque quando o governo está pensando em abrir mão de uma quantidade de dinheiro, o governo tem que sabe o que vai fazer para suprir aquele dinheiro.

Então, o que eu gostaria que os empresários brasileiros, que os pesquisadores brasileiros, que os agricultores brasileiros levassem em conta, é de que pela primeira vez eles têm um governo que nunca se negou a discutir com eles para concordar ou para contrariar. Nunca. E vamos continuar sendo assim. Por quê? Porque nós achamos que um dos grandes males do Brasil é que, historicamente, as coisas foram feitas normalmente dentro de um gabinete, por um burocrata que, cheio de boas intenções, é verdade, às vezes tomava decisões sem levar em conta a realidade das fábricas, a realidade do comércio, a realidade da agricultura brasileira.

E nós, se tivermos que cometer um pecado original, vamos cometer o pecado original de ouvir sempre, porque quanto mais nós conversamos, menos possibilidade nós teremos de errar.

Eu quero dizer a você, Furlan, a você, José Dirceu, ao Palocci, ao Eduardo Campos, que não tenham a preocupação de fazer todas as reuniões que vocês tiverem que fazer, porque muitas vezes a gente conversa com um representante empresarial como o Armando Monteiro, às vezes ele diz uma coisa, no dia seguinte vem um outro empresário e diz outra coisa, não é aquilo que ele disse.

No Congresso Nacional você fala com um líder da bancada. Aí, quando chega na bancada tem outros que pensam diferente daquilo que a bancada... O que eu tenho orientado? Vamos, sempre que possível, conversar com os especialistas em cada área. Se vai discutir desoneração, quem é, no meio empresarial, o especialista? Ele tem que estar na reunião. Se vai conversar



sobre desoneração na Câmara dos Deputados, quem são os especialistas naquela área para firmar os acordos que precisam ser aprovados e depois comandar as votações dentro do Congresso Nacional?

Eu acho que vocês demonstraram aqui o resultado das câmaras setoriais que muita gente critica, mas as câmaras setoriais são o elo da transversalidade – palavra bonita e difícil de falar de vez em quando – da relação entre os ministros porque, habitualmente, na história do Brasil, o que acontecia? O ministro tomava uma atitude pensando na pasta dele e, quando anunciava, você encontrava outro ministro se queixando daquela medida.

Então, agora é preciso fazer essa combinação para que as medidas atendam a plenitude da sociedade envolvida nas medidas e não apenas uma parte da sociedade.

Eu quero dar os meus parabéns a vocês e podem ficar certos de que o setor produtivo, encabeçado pelo Palocci, pelo Eduardo, pelo Furlan e pelo José Dirceu, terá em mim um grande aliado para que a gente transforme a produção deste país numa coisa muito mais forte do que já é.

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de apresentação do Projeto Acadêmico da Universidade Federal do ABC  
Palácio do Planalto, 16 de junho de 2005**

O ABC nunca conseguiu juntar tanta gente de uma só vez assim em Brasília.

Cumprimentando os companheiros aqui da mesa e dizendo ao companheiro Aloízio Mercadante que a bola agora está com ele, porque como foi aprovado na Câmara, agora vai para o Senado, meu caro, você precisa tratar com os nossos senadores e ainda o relator. Então, significa que tem muitas possibilidades.

Mas eu quero cumprimentar o companheiro Paulo Rocha, nosso líder, o Wagner Rubinelli, o Vicentinho, o professor Luizinho, Leonardo Monteiro, José Mentor, o João Paulo Cunha, Jamil Murad, o Ivan Valente,

Os prefeitos João Avamileno, Elói Pietá, que pode ter uma boquinha na universidade, mandar uns alunos para lá,

O nosso companheiro José de Filippi, de Diadema, que também vai ter uma boquinha, porque em Diadema vai ter uma extensão para Medicina. Estamos cuidando direitinho.

O nosso companheiro Newton Carlos, prefeito de São Carlos,

O nosso querido Paulinho Bururu, que está ali no canto. Vai ter uma vaguinha para você também,

O nosso querido Vanderley Siraque,

Nosso professor Luiz Bevilacqua, presidente da Comissão,

O senhor Nelson Maculan, secretário de Educação Superior do MEC,

O senhor Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Os reitores aqui presentes e os meus amigos e minhas amigas interessados nas coisas do ABC.





Primeiro, dizer a vocês que o que está se tentando fazer com essa universidade para o ABC é apenas fazer justiça ao que o ABC representa para o restante do Brasil.

Eu acho que mesmo quem nunca morou no ABC, mas que conhece de perto o ABC, sabe a importância que as regiões do ABC têm para o desenvolvimento do nosso país, para a geração de emprego do nosso país. E por que não dotar o ABC, que já tem várias universidades privadas, de um centro de educação federal que o coloque também como referência no Brasil e no mundo?

Então, eu acho, Tarso, que você precisa tratar o ABC com muito carinho e fazer com que a universidade seja realmente o que a gente possa ter de mais importante em centros de excelência na formação de novos profissionais no nosso país.

Numa apresentação como esta, eu acho que seria importante a gente reconhecer, aqui, o trabalho extraordinário do nosso querido professor Luizinho. Ele tem se dedicado à criação da universidade como se estivesse querendo um novo filho. Certamente, a universidade será mais fácil. Mas eu não queria falar apenas da universidade, não. Eu queria falar de uma coisa que está acontecendo no Brasil e que, possivelmente, no ano que vem, as pessoas já tenham mais dimensão.

Entre o ano passado e este ano, nós começamos a elaboração de três novas universidades federais, uma no Recôncavo Baiano, essa do ABC e outra na grande Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo resolvemos fazer 11 extensões de universidades federais que, normalmente, estão situadas nas capitais ou nas maiores cidades de cada estado, para interiorizá-las, tentando levar braços dessas universidades para o interior do país e interior do estado. Então, levamos 11. No ano passado nós aprovamos Garanhuns, em Pernambuco; Caruaru, em Pernambuco; depois aprovamos



Volta Redonda, que não tinha, levamos para Sorocaba, levamos para o Vale do Mucuri; Teófilo Otoni, em Minas Gerais; para Santos, a Universidade da Praia, no estado do Paraná; ou seja, levamos 11 e ontem eu me reuni com o Tarso e aprovamos mais 20, não, 21, na verdade.

O objetivo é fazer com que a universidade deixe de ser apenas um preenchimento da necessidade das capitais para se transformar também no preenchimento das necessidades do interior do país. Com isso, nós estamos sonhando que nos próximos quatro anos, a gente vai poder fazer crescer nas universidades federais do Brasil, 320 mil novas oportunidades, ou seja, se juntar isso com o ProUni e pensar em quatro anos, serão mais 440 mil novos universitários. Então, nós estaremos num montante de 720 mil novos universitários que poderão estar estudando.

Eu não tenho dados aqui, mas eu acho que há muito tempo a gente não via isso acontecer no Brasil. Eu não tenho notícia de uma universidade nova criada nos últimos tempos e nós estamos fazendo isso combinado com um forte trabalho no ensino fundamental e no ensino médio. Vocês sabem que terça-feira nós anunciamos, aqui, a criação do Fundeb, mandamos um Projeto de Emenda Constitucional. Nós vamos colocar 4 bilhões e 300 a mais, já a começar deste ano. Já teve no ano passado um pouco de dinheiro para os estados, este ano tem mais um pouco, 400 milhões, e para o ano que vem tem 1 bilhão e 300 e aí, a cada ano, a gente vai aumentar mais 1 bilhão até chegar a 4 bilhões de reais.

Ora, com isso nós estamos suprindo uma deficiência gravíssima que estava acontecendo no Brasil, que é a questão do ensino médio. Ou seja, a meninada fazia o ensino fundamental, aí, quando terminava não tinha possibilidade de fazer o segundo grau. Então, o Fundeb vai permitir que a gente possa ter uma coisa de mais qualidade e a certeza de que a totalidade dos nossos meninos vai poder continuar o seu ciclo de estudos.

Eu penso, Tarso, que quando chegar o ano que vem, mais ou menos



nessa época, seria importante que a gente juntasse os educadores do Brasil inteiro, os cientistas, para ver o que aconteceu na educação brasileira nesses quatro anos do nosso governo, porque, muitas vezes, nós fomos muito preparados para cobrar as coisas que faltam, ou seja, é quase um desejo insaciável e é bom que seja assim, que a sociedade seja insaciável do ponto de vista de cobrar as coisas das pessoas, mas é importante que as pessoas tenham dimensão de onde partimos e onde chegamos, para terem noção da mudança que houve e da mudança que vai haver, sobretudo a partir do ano que vem, muito mais visível na formação de novos professores, dar aos nossos professores a dimensão que precisa ter um professor para poder se sentir de bem com a vida e com a sua profissão, porque ele sabe que estará bem formado e bem preparado para os embates que nós o estamos desafiando a fazer.

Uma outra coisa importante que aconteceu aqui, em dois anos, é o seguinte: eu, em 2003, acho que no final de 2003, fui convidado para participar de uma solenidade que homenageava cinco meninos, três meninos e duas meninas, que tinham ganhado a Olimpíada da Matemática internacional. Aquilo era uma experiência em alguns estados do Nordeste, mais forte que no Sul do país, e nós conversamos e começamos a discutir por que não fazer uma olimpíada da matemática nas escolas públicas brasileiras?

Aí, tem sempre aqueles que falam: é difícil, é quase impossível, não tem motivação. Conclusão: nós resolvemos fazer a Olimpíada da Matemática na escola pública. Vamos chegar a quanto? A 11 milhões de crianças inscritas para participar da Olimpíada da Matemática. Uma coisa que parecia impossível, porque a gente não tinha experiência, mas quando as crianças foram desafiadas, o sucesso, eu acho, foi mais que extraordinário, porque nem o Tarso nem ninguém neste país acreditava que a gente fosse ter 11 milhões de crianças inscritas para participar da Olimpíada da Matemática.

Num ato como este de hoje, quando o Ministério da Educação vem dizer



para os companheiros do ABC e para os nossos deputados o que vai ser a nossa universidade do ABC, eu poderia terminar dizendo para vocês o seguinte: olha, o Ministério da Educação está com uma equipe extraordinária, eu não sei se em outros momentos houve uma difusão nacional, dentro do Ministério da Educação, para compreender a complexidade do Brasil, a diversidade do Brasil, e é por isso que se tomou essa decisão de fazer com que a gente consiga universalizar o acesso às universidades brasileiras, que não podem continuar sendo um privilégio de uma pequena porção dos nossos brasileiros que têm acesso.

Então, eu quero, sobretudo aos deputados que aprovaram isso na câmara, agradecer. Agradecer o empenho dos prefeitos, agradecer o empenho dos educadores, dos professores, da Comissão, e dizer para vocês que, daqui a alguns anos, o Tarso vai ter a obrigação de preparar isso para todo mundo ver – não, não está aqui, está no folheto que eu passei para o Aloízio Mercadante – vão perceber o seguinte: vão pegar o mapa do Brasil, por enquanto estão só os pontinhos indicando aí, vão pegar o mapa do Brasil e vão ver o que era o Brasil universitário em 2003, em janeiro, e ver o que vai ser o Brasil universitário em dezembro de 2006.

E isso porque nós estamos pensando em construir este país para uma nova geração, ou seja, se a gente estivesse trabalhando com a pequenez de pensar apenas numa eleição, possivelmente nada disso aqui teria saído. Só se consegue pensar grande quando a pessoa que está pensando se despoja de interesses pessoais, quando a pessoa coloca a sua energia, a sua inteligência a serviço de uma coisa maior, e a coisa maior em que nós estamos colocando a nossa energia é provar que se há 20 anos tivessem feito o que nós estamos fazendo hoje, certamente nós não estaríamos chorando que a Coreia conseguiu ultrapassar o Brasil porque investiu em educação.

Nós mudamos o conceito de que investir em educação... “não se pode gastar tanto em educação, porque em educação se gasta muito.” Investir em



educação não pode ter a palavra “gasto”, investir em educação é o mais sagrado investimento que uma nação pode fazer para garantir o seu próprio futuro.

Então, eu quero terminar aqui dando os parabéns, primeiro porque eu não sabia que Santo André já tinha até arrumado o terreno. O rapaz foi ligeiro. Agradecer a todos os companheiros e companheiras do ABC e, sobretudo, Tarso, parabenizar você e a tua equipe pelo extraordinário trabalho. Continue assim que você tem futuro.

Um abraço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**

**Palácio do Planalto, 16 de junho de 2005**

Eu quero cumprimentar o presidente do Senado, senador Renan Calheiros;

Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti;

Cumprimentar os meus queridos companheiros José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil; Olívio Dutra, ministro das Cidades; Paulo Bernardo, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; companheiro Aldo Rebelo, ministro chefe-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência;

Nosso querido companheiro Nilmário Miranda;

Nosso querido companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

Nosso querido Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal;

Nosso querido companheiro Donizete, que falou em nome dos movimentos sociais;

Quero cumprimentar o senador Aloizio Mercadante, o nosso senador Marcelo Crivella e a nossa senadora Ideli Salvatti, e fazer uma ressalva, aqui, e parabenizar o senador Crivella pelo trabalho extraordinário como relator desse projeto que passou tão rapidamente.

Quero cumprimentar o deputado Beto Albuquerque, o deputado Vicente Cascione, o deputado Zezéu Ribeiro, o deputado Júlio Lopes, o deputado Roberto Gouveia, o deputado Leonardo Monteiro, o deputado professor Luizinho, o deputado Paulo Rocha, o deputado Arlindo Chinaglia,



Em especial, também, um agradecimento ao companheiro João Paulo que, como presidente da Câmara, colocou esse projeto para ser votado, porque todo mundo sabe que esse projeto ficou 13 anos, Severino, 13 anos, Renan, paralisado no Congresso Nacional. E o João Paulo assumiu a Presidência e os deputados, por orientação do Presidente da Câmara, resolveram dar prioridade a esse projeto. Ele foi votado na Câmara, foi para o Senado. Na época o presidente Sarney, era o senador ou já era do Renan? O dado concreto é que uma coisa que estava incubada há 13 anos, nós desencubamos.

Certamente que não acabamos com todos os problemas, porque agora precisamos colocar dinheiro nesse fundo, que é o próximo passo.

Eu quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras dos movimentos que estão presentes aqui, os companheiros que junto comigo participaram de tantas coisas.

Eu me lembro que eu ainda era deputado federal, em 89 ainda, nós participamos de um evento, aqui, em Brasília, em que eu estava com o professor Florestan Fernandes, deputado do PT, o movimento começou a gritar para o Florestan tirar a gravata e ele ficou nervoso e não tirou a gravata, dizendo que não precisava tirar a gravata para mostrar que ele estava do lado do povo deste país.

Estou vendo aqui a nossa querida Ermínia Maricato, que tanto trabalhou junto aos movimentos para que a gente pudesse concretizar isso aqui.

Eu não sei quantos prefeitos tem aqui, porque não me deram, aqui, na nominata. Mas eu vi que o Paulinho Bururu está aí, nosso querido Paulinho de Jandira; eu vi que o nosso companheiro José Filippi, de Diadema, estava aí, ou está aí; eu vi que o nosso companheiro Luiz Marinho, presidente da CUT, está aí também e trouxe com ele o Topo Gigio que, no mínimo, veio aqui para te visitar, viu Zé.

Meus companheiros, minhas companheiras,



A história de grande parte das cidades brasileiras é um pouco a história de milhões de pedreiros de fim de semana; gente que descansa batendo laje nos domingos e feriados; gente que faz das tripas coração para transformar madeira em barraco, barraco em alvenaria, e alvenaria em abrigo, aconchego, dignidade e, portanto, num lar.

Essa conquista de um lugar próprio para morar na cidade às vezes consome todo o ciclo de vida de uma família. A casa sobe aos poucos com o casamento; cresce um cômodo na chegada das crianças; ganha pintura na adolescência dos filhos, mas muitos aqui têm experiência, às vezes só fica pronta mesmo quando começa a ouvir o choro dos netos.

Ainda assim, freqüentemente, para a maioria dos brasileiros, falta um acabamento que não se resolve na base da tinta ou do reboco. E muitas vezes nem conseguimos dar o acabamento.

O nome desse acabamento é direito republicano à cidade e à cidadania. Ele inclui a moradia digna e, também, a rua limpa e iluminada; a segurança pública, o transporte acessível, o posto de saúde, a escola próxima; a natureza protegida; a praça das crianças e o lazer dos adultos. Tudo isso foi pensado para o nosso projeto Moradia.

Essa cidade democrática e cidadã ainda é privilégio de poucos, mas continua sendo um sonho de muitos. Milhões de brasileiros e brasileiras espalhados na grande malha urbana deste país, formada por 5.561 municípios, vivem comprimidos em espaços periféricos onde falta de tudo um pouco.

Sempre acreditei que só ampliaremos essa fronteira da cidadania nacional somando os esforços do governo e da sociedade. E a razão é muito simples: vivíamos num país que estava sendo desenhado por poucos e para poucos. E que, portanto, obedecia à lógica dos interesses exclusivistas, que se impõe de cima para baixo na nossa sociedade.

O nosso governo pensa e age de forma diferente. O compromisso social





foi, é e continua sendo nossa grande bandeira, e sabemos que o caminho para mudar a realidade é ouvir as vozes, quase sempre esquecidas, daqueles que vivem o cotidiano dos problemas que temos que enfrentar.

Por isso, é para mim motivo de grande orgulho e alegria participar hoje da sanção do Fundo Nacional de Habitação, cujo projeto de lei tramitava no Congresso Nacional há mais de 13 anos.

Como lembrou o nosso companheiro Olívio Dutra, este foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional. Graças à mobilização nacional de diversas entidades e movimentos populares de moradia, cerca de um milhão de assinaturas foram colhidas em todo território nacional.

Acompanho essa iniciativa desde o início. Foi tomando-a como referência que elaboramos o Projeto Moradia, no Instituto Cidadania, em que alguns de vocês participaram e mantivemos o compromisso de criar o Fundo Nacional de Moradia nos nossos programas de governo em 1994, 1998 e em 2002. Isso por imposição de vocês, nós tivemos que colocar no programa de governo.

Hoje estamos aqui comemorando a vitória depois dessa longa batalha, dessa longa caminhada, afinal de contas, nem todo mundo tem paciência para esperar 13 anos. Quero lembrar que está presente entre nós o nosso querido deputado federal Jamil Murad, tão conhecido do Brasil e, sobretudo, do povo de São Paulo. É bom chegar por último porque tem mais aplauso que os primeiros.

A criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social vai somar esforços e recursos do governo federal, estados e municípios. Com isso, estamos dando um passo significativo para sanar o déficit habitacional que aflige as famílias de baixa renda em nossas cidades.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Nossas cidades, a maioria delas, são a tradução espacial do



desencontro produzido por décadas de expansão desequilibrada que agora estamos corrigindo.

A verdade é que a negligência política e a omissão pública do passado criaram entre nós um verdadeiro *apartheid* espacial e humano. Aquilo que entendemos por cidade, de fato, não abarca mais que 30% a 40% do total da população urbana brasileira.

Até meados dos anos 80, muitos mapas urbanos sequer incluíam as favelas no seu contorno. O que se dizia é que elas seriam removidas e desapareceriam para sempre. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Não só não desapareceram como cresceram enormemente em todos os estados brasileiros.

Esse desconhecimento tem causa e nome. O planejamento democrático era um grande ausente em todas as instâncias da gestão nacional, descolando o Brasil verdadeiro do país oficial.

A omissão pública permitiu que a oferta e a demanda batessem cabeça em inúmeras frentes. Mas foi nas cidades que ela se revelou ainda mais perniciosa, empurrando gente pobre para áreas sem recursos e deixando imóveis bem localizados completamente ociosos.

A população das favelas brasileiras cresceu a uma taxa duas vezes e meia superior ao crescimento médio do país nos anos 90. A área central de São Paulo, por exemplo, perdeu 20% dos seus moradores nesse período, enquanto as periferias explodiram, ganhando mais de um milhão de novos habitantes. A mesma desproporção se repetiu em outras 13 grandes capitais, com inchaço periférico e esvaziamento do centro das cidades.

Criou-se assim um território com distâncias sociais que lembram, muitas vezes, o abismo existente entre a casa grande e a senzala, com uma diferença ainda mais cruel: não raro uma simples avenida ou um muro separa, agora, o século XXI do século XIX.

Meus companheiros e minhas companheiras,



Foge da verdade quem disser que tem uma solução rápida e fulminante para o gigantesco passivo acumulado nesse processo de segregação urbana.

Ao criar o Ministério das Cidades, uma das atribuições que lhe dei foi a de regenerar a política habitacional brasileira, devolvendo-lhe cada vez mais fôlego financeiro e finalidade social.

É assim que os recursos federais estão chegando de fato a quem mais precisa, enquanto incentivamos o mercado a ampliar a oferta, facilitando o acesso à casa própria. É exatamente isso que temos feito.

Ontem, determinei um conjunto de medidas para fazer avançar a economia brasileira. Uma delas foi a desoneração de projetos na área da construção civil, bem como a isenção de imposto sobre o lucro imobiliário, em casos de venda da casa própria para aquisição de uma nova casa.

Além dessa isenção e da oferta de crédito para o setor, essas medidas ajudarão a impulsionar, certamente, a criação de mais empregos no Brasil.

O financiamento imobiliário alcançou mais de 9 bilhões de reais no ano passado, contratando o maior número de unidades dos últimos dez anos, com um salto da ordem de 45% frente à média registrada entre 1995 e 2002.

Já investimos quase 559 milhões de reais em programas voltados para a urbanização de favelas, o que significa quase seis vezes mais do que foi investido na área nos dois últimos anos do governo anterior.

Nos últimos dois anos, o volume de recursos destinado à área de saneamento foi 14 vezes superior ao total das aplicações realizadas entre 1999 e 2002. Outros R\$ 6 bilhões de reais estão sendo destinados para o setor este ano.

No primeiro trimestre, o crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal já cresceu 55% e passou de 60% nas demais instituições do mercado.

O emprego na construção civil, que no ano passado teve o melhor desempenho dos últimos dez anos, abrindo 51 mil novas vagas, já criou mais 21 mil novas oportunidades de trabalho nos três primeiros meses deste ano.



A Caixa Econômica tem 10 bilhões de reais para sustentar essa recuperação que está em marcha no mercado imobiliário.

Programas habitacionais já existentes foram reformulados e outros novos foram criados pelo Ministério das Cidades para canalizar recursos, prioritariamente à faixa de renda até cinco salários mínimos, onde se concentram 92% do déficit habitacional brasileiro.

É sintomático que isso só tenha acontecido agora, enquanto no passado apenas 30% dos recursos eram dirigidos a essa faixa de renda.

Também apostamos nos Planos Diretores como instrumentos fundamentais para a universalização do direito à cidade.

No mês passado lançamos a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo. Investiremos até o final de 2005 mais de 53 milhões de reais para apoiar 1.680 municípios com mais de 20 mil habitantes, que devem elaborar seu plano diretor até o próximo ano.

Pretendemos, por meio dessa Campanha, criar um mutirão que lance as bases de cidades mais justas e republicanas, afinal, uma cidade para todos.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Possivelmente, quem nunca viveu o problema habitacional brasileiro, quem já nasceu tendo casa, quem já nasceu numa rua asfaltada, quem não precisou comprar uma casa porque a ganhou de herança, ou porque teve facilidade de comprar uma, não sabe, não tem dimensão do significado que a sanção dessa lei tem para o movimento social brasileiro. Nem imagina de perto a importância que esse projeto tem para milhões.

Alguns, como eu disse no começo do meu discurso, que começam a construir sua casa, às vezes num mutirão, depois percebem que a parede saiu torta e têm que derrubar para arrumar a parede, porque senão vai se gastar mais cimento para recuperar a parede do que para desmanchá-la. Alguns fazem uma laje e depois passam meses ou anos sem ter dinheiro para dar o passo seguinte da laje, mas o sonho da casa própria é um sonho que



permanece fixo na cabeça das pessoas, sobretudo as mais pobres, que querem ter, com diríamos, um ninho definitivo, que querem garantir uma casa onde os seus filhos não tenham que mudar de colegas todo ano, onde a molecada não tenha que trocar de escola todo ano, onde tenha um ponto de ônibus. Isso não tem significado para quem tem carro. Aliás, quem tem carro até gosta que não tenha ponto de ônibus perto.

Então, os valores que estão dimensionados neste projeto aprovado é que faz a diferença nesse momento histórico do país. Porque não apenas vocês, Donizete, já entraram aqui dentro duas vezes, como eu acredito que todos os movimento sociais já entraram aqui mais de duas vezes. E vão continuar entrando porque na hora em que o povo pega o gosto pela democracia, na hora em que ele aprende o sabor da democracia, ele não quer mais largar de exercitar a democracia.

Eu não posso prometer, porque senão vão dizer que eu prometi, mas nós estamos já discutindo, viu meu caro Mattoso, como criar as condições para que a gente faça uma isenção tributária na área da construção civil para favorecer as pessoas que, às vezes, querem comprar um saco de cimento para consertar um muro, as pessoas que querem comprar um saco de cal para pintar o quarto de um neto que nasceu, de um filho que nasceu. E essas pessoas sabem que não podem comprar. Nós vamos ter que pensar urgentemente como, ou criar uma linha de crédito daquelas bem baratinhas, que a Caixa pode criar, ou a gente desonerar essa parte da população que não pode ser onerada num saco de cimento, do mesmo jeito que é cobrado de uma empresa grande, de uma empresa tipo a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, ou seja, o saco de cimento tem o mesmo valor para uma empresa que compra milhões de toneladas e que paga mais barato, e para um cidadão que vai comprar um saco de cimento. Nós vamos ter que caminhar para isso.

Eu quero dizer para vocês que a luta de vocês não terminou. Nós demos um passo extremamente importante. Isso aqui é uma consagração. Se a gente



pudesse gastar, vocês deveriam sair daqui, cada um, com uma medalhinha simbolizando esse projeto. Mas vocês sabem que nós temos muita coisa para fazer ainda. E vocês sabem que nós vamos fazer o que falta fazer, até porque nós fomos eleitos para fazer com que o povo mais pobre deste país pudesse conquistar o direito à cidadania.

Muito obrigado a vocês. Meus parabéns e vamos continuar lutando.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião  
do Conselho de Cúpula do Mercosul**

**Assunção-Paraguai, 20 de junho de 2005**

Excelentíssimo senhor Presidente da República do Paraguai,  
Excelentíssimos senhores Chefes de Estado,  
Excelentíssimo Eduardo Duhalde, presidente da Comissão de  
Representantes Permanentes do Mercosul,  
Senhores chefes de delegação,  
Senhores convidados especiais,  
Senhoras e senhores ministros das Relações Exteriores de Estado do  
Mercosul e associados,  
Senhoras e senhores ministros,  
Senhoras e senhores embaixadores,  
Meus amigos e minhas amigas,

Quero, inicialmente, felicitar nossos irmãos paraguaios pela condução da  
Presidência Pró-Tempore do Mercosul. Agradeço por sua calorosa acolhida.

A realização das Cúpulas do Mercosul em Assunção evoca a visão de  
futuro e o espírito de confiança presentes na origem de nosso processo de  
integração, há quase 15 anos.

Ao longo desse período, o Mercosul provou ser um projeto de Estado,  
que une nossos países para além de interesses imediatos e dificuldades  
conjunturais. Pelo diálogo e esforço conjunto, conformamos este espaço de  
integração, hoje um dos principais blocos comerciais do mundo.

A força dessa idéia fez com que quase todos os países do continente  
estejam associados a esse projeto. Vejo, com grande satisfação, a presença  
aqui de tantos presidentes sul-americanos. É uma demonstração concreta que



está se tornando realidade o sonho da união sul-americana.

A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cusco, foi um passo histórico. Mas para que ela ganhe realidade, é necessário um Mercosul cada vez mais forte.

Senhores Presidentes,

Não podemos negar que temos enfrentado dificuldades nessa caminhada. Não há como esconder a existência de um certo mal-estar. Nosso esforço não se tem traduzido em benefícios reais, principalmente para os países menores. Basta olharmos para os números de comércio.

Faltou-nos, em muitos momentos, agilidade para pôr em prática decisões que adotamos e compromissos assumidos. Muitos dos esperados ganhos da integração não se materializaram. Persistem, por isso, questionamentos e mesmo recriminações mútuas.

Tenho presente a complexidade de se elaborarem políticas públicas comunitárias. Mas os obstáculos podem ser vencidos com ousadia e determinação.

Temos que encontrar soluções criativas para os setores afetados por situações adversas. Soluções que atendam as dificuldades conjunturais, mas que apontem no sentido de melhorar a nossa competitividade como bloco.

Estou certo de que saberemos dar respostas positivas a esses problemas, inerentes aos processos ambiciosos de integração. Vimos as recentes dificuldades que enfrenta a União Européia, cuja integração começou há mais de cinquenta anos. Temos de enfrentar esses problemas.

Com o tempo, vistos em perspectiva, ganharão realce os benefícios de longo prazo. A integração é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da região e para a definição de nosso lugar no mundo de hoje. Não podemos desperdiçar a oportunidade histórica que temos em nossas mãos. Vivemos hoje a retomada do crescimento de nossas economias e contamos com uma singular sintonia política entre nossos governos.





Devemos aproveitar este momento para canalizar todas as nossas energias e dar um salto qualitativo em nossa associação. Temos um patrimônio invejável de regras, instituições e realizações.

Temos também um roteiro a seguir. O Programa de Trabalho 2004-2006 constitui uma agenda ambiciosa em matéria institucional, política e social. O funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão e a próxima instalação do Centro de Promoção do Estado de Direito mostram que o Mercosul se fortalece institucionalmente.

Estamos acelerando o processo de internalização das normas do Mercosul. Determinei a meu governo que acelere esse processo, que estava atrasado no Brasil.

Estamos fortalecendo a dimensão social do nosso bloco. A realização da reunião do Grupo Mercado Comum com o Foro Consultivo Econômico e Social valoriza a presença da sociedade civil no processo decisório do Mercosul.

Saudamos o empenho do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes na elaboração da Cartilha do Mercosul. Ela garante maior participação cidadã no processo de integração.

A cidadania do Mercosul só estará completa, no entanto, quando houver canais efetivos de participação democrática. A criação do Parlamento do Mercosul dará uma nova dinâmica ao processo de aproximação de nossas sociedades e de construção de nosso destino comum.

Seguimos determinados a cumprir o prazo de 31 de dezembro de 2006 para a instalação de nosso Parlamento. Estou certo de que teremos a inteligência política para encontrar fórmula que assegure representação equilibrada de cada um de nossos países e nossos povos, em pleno respeito à igualdade jurídica dos Estados.

Se outros antes de nós trilharam esse caminho, por que não poderíamos fazê-lo? O Parlamento pode começar como um foro, que avançará em suas competências à medida que o Mercosul ganhe consistência e se expanda.



Estamos atentos também às expectativas das nossas regiões de fronteira, que sempre estiveram na vanguarda da integração. Esperamos poder concluir ainda este ano o Acordo sobre Comunidades de Fronteira.

Senhoras e Senhores Presidentes,

É certo que queremos um Mercosul que vá além da simples eliminação de tarifas. Não podemos recuar, porém, no aperfeiçoamento da União Aduaneira. Não devemos ceder à tentação das soluções fáceis para questões pontuais de comércio, que não refletem a realidade maior dos ganhos que a integração oferece.

Para que o Mercosul siga como motor de nosso desenvolvimento, precisamos de respostas afirmativas. É exemplo disso o programa para a eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum, que abre caminho para a livre circulação de mercadorias no bloco.

Temos de avançar na harmonização de políticas públicas comunitárias. Precisamos conformar uma política industrial comum, que pense de maneira integrada nossos sistemas produtivos.

Um passo crucial foi reconhecer a necessidade de superar as assimetrias econômicas entre nossas economias. O estabelecimento do Fundo Estrutural do Mercosul é um divisor de águas nesse processo.

Estamos todos convencidos de que o fundo, com valores realistas, mas consistentes com as necessidades de nossos países, é um instrumento indispensável de integração.

Senhores Presidentes,

Para avançarmos na agenda interna do Mercosul, precisamos da mesma ousadia que tem orientado nossa atuação externa. O Mercosul tornou-se plataforma de negociação privilegiada que potencializa a capacidade individual de nossos países de competir na economia global.

Concluimos negociações comerciais com Índia e África do Sul. Estamos avançando em acordos com Canadá, Egito, Israel, Marrocos e o Conselho de



Cooperação do Golfo. Seguimos firmemente empenhados em concluir os entendimentos com a União Européia.

Em nossa vizinhança, fizemos progressos históricos. Congratulo-me pela plena vigência do Acordo de Livre-Comércio do Mercosul com a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Somado aos acordos que já temos com Bolívia, Chile e Peru, cria as condições econômicas para o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Por isso, espero recebê-los todos em Brasília, ainda este ano, para avançarmos na consolidação institucional da Comunidade.

Estamos engajados em diálogo com o Sistema da Integração Centro-Americana, a República Dominicana, o Panamá e a Comunidade do Caribe.

O Mercosul está ganhando o mundo, estabelecendo parcerias e desbravando novos mercados.

Senhores Presidentes,

O Brasil tem consciência de suas obrigações e responsabilidades como economia maior do bloco.

Sabemos que os benefícios reais e efetivos do Mercosul, em particular para os sócios menores, dependem de uma diversificação de nossa pauta de importações, sobretudo para produtos de maior valor agregado.

Estamos prontos a iniciar um trabalho de superação efetiva dos entraves e dificuldades pontuais no nosso comércio.

Nesse sentido, e a título de contribuição para a Presidência Pró-Tempore uruguaia, sugerimos que se faça um levantamento minucioso dos obstáculos e compromissos pendentes na agenda econômico-comercial do Mercosul. E, meu caro Tabaré, pode contar com a nossa colaboração para que a Presidência Pró-Tempore produza o máximo que for possível produzir.

Esse balanço orientará uma pronta resposta nossa aos problemas pendentes. Temos dado demonstrações significativas de confiança no nosso futuro comum. Estimulamos e realizamos importantes investimentos em



setores estratégicos da economia de nossos vizinhos.

Capitais brasileiros estão presentes nos setores de indústria, agropecuária, energia e infra-estrutura, gerando riqueza e empregos. Mas ainda não concretizamos plenamente as potencialidades dos investimentos conjuntos e do uso das compras de governo como instrumento de desenvolvimento e integração.

Temos a responsabilidade de viabilizar esquemas financeiros que permitam tais investimentos. Reitero nosso compromisso de fazer com que o BNDES seja não apenas um banco de desenvolvimento nacional mas, também, junto com outros instrumentos e instituições, um banco de fomento regional.

Queridos Amigos,

Em nosso processo de integração não há lugar para hegemonismos, nem podem prevalecer interesses imediatos e visões de curto prazo. Queremos construir um Mercosul solidário, em que todos estejam dispostos a ceder algo em prol do desenvolvimento coletivo.

Num momento em que nossa região enfrenta os desafios da consolidação democrática, o Mercosul é um patrimônio inestimável que contribui para a estabilidade política e institucional de nossos países.

Estamos todos comprometidos com o protocolo de Ushuaia e com a preservação da democracia. E sabemos que sem democracia não haverá verdadeiro desenvolvimento.

Antes de terminar, gostaria de fazer uma reflexão. Neste momento rico, mas cheio de contradições, em que o Mercosul demonstra sua vitalidade alargando os horizontes da integração, não seria correto esperar que todas as iniciativas venham dos governantes.

Presidentes e ministros podem e devem exercer a liderança que a sociedade espera deles. Mas, para que a integração se enraíze de fato em nossos países e produza os frutos que queremos colher, todos – empresários,



trabalhadores, parlamentares e sociedade civil – devem olhar para além de seus interesses específicos e momentâneos.

Não basta que exerçam a crítica legítima. Devem, igualmente, de forma criativa, contribuir com propostas e soluções para as questões que a própria integração suscita.

Por isso, convoco todos a se engajarem nesse esforço, com grandeza e muita visão de futuro.

A prosperidade virá de nossa aliança. A força virá da nossa união. E eu tenho certeza de que o Mercosul será um grande benefício para todos os países que dele participam.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária**

**Luziânia-GO, 21 de junho de 2005**

Comecem a ficar entusiasmados que daqui a pouco vocês vão ver o que vai acontecer.

Meu caro Alcides Rodrigues Filho, governador do estado de Goiás,  
Meus companheiros ministros de Estado, Miguel Rossetto, Olívio Dutra,  
Jaques Wagner, Dulci,

Meu companheiro José Fritsch,

Meus queridos companheiros deputados federais aqui presentes, o Zezé não está na minha nominata mas citá-lo-ei de forma precisa,

Meu caro Assis Miguel do Couto,

Meu caro Vinhatti,

Meu caro Orlando Desconsi, Pedro Canedo,

Senhor Hélio Roriz, prefeito em exercício de Luziânia,

Meu querido companheiro Paul Singer,

Meu caro Humberto Oliveira, secretário do Desenvolvimento Agrário,

Meu caro José Paulo Ferreira Crisóstomo, representante da Coordenação Provisória da Unicafe,

Meu companheiro Luiz Marinho, presidente da CUT,

Meu caro Manoel dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura,

Meu caro Daniel Kothe, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar,

Meus companheiros e minhas companheiras delegados desse primeiro Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia



Solidária,

Muitos são os assuntos que poderiam me motivar, aqui, num improviso, mas eu pretendo ler algumas palavras para vocês.

A solidariedade é um pré-requisito fundamental para superar os obstáculos históricos, políticos e econômicos que ainda mantêm a grande maioria da nossa população apartada dos benefícios do progresso.

Superar esses obstáculos, promovendo o crescimento e a inclusão social, tem sido o nosso desafio e a nossa maior prioridade. E o fortalecimento e a expansão do cooperativismo e da economia solidária estão cumprindo um papel insubstituível nessa estratégia.

Estou falando de parceria e companheirismo, de um trabalho que tem sido feito por meio do diálogo franco, consistente e amplo com a sociedade. Aliás, esse diálogo é um princípio e um método de trabalho que tem trazido bons resultados e dá muito orgulho ao meu governo.

Por isso é para mim uma grande alegria participar hoje aqui do lançamento da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Vocês representam uma nova e forte voz nos debates nacionais acerca das formulações e da implantação de políticas públicas relacionadas ao cooperativismo. E todos sabem que já demos passos importantes nesse caminho. É só olhar um pouquinho para trás, para saber o quanto nós avançamos.

Criamos, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio do nosso querido professor Paul Singer e a participação dos movimentos que historicamente sempre defenderam essa bandeira.

Desde então, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem fomentado a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos



solidários no campo e na periferia das grandes cidades. Sua ação vai dos assentamentos de reforma agrária às comunidades urbanas e rurais pobres.

O trabalho da Secretaria resultou, entre outros, em projetos desenvolvidos em 200 comunidades quilombolas, beneficiando mais de 76 mil pessoas, e na realização de feiras que aglutinam e dão visibilidade aos produtores da economia solidária em todos os estados da Federação.

Outras iniciativas de grande importância incluem a recuperação de empresas falidas, mas com viabilidade econômica, por trabalhadores em regime de autogestão.

Estamos preparando, também, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que será um espaço especial de participação da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas relativas ao setor.

Todas essas ações envolvem diferentes órgãos do governo federal e vão aumentar ainda mais o já destacado papel do cooperativismo e do associativismo na nossa economia. Não me canso de repetir que o Brasil ainda vai ser um dos países mais cooperativistas do mundo.

Vocês sabem, e aqui eu quero dar ênfase a uma coisa, quando o nosso secretário, é um companheiro da Bahia, faz nascer dentro de mim um desejo, porque quando se falava em cooperativa no Brasil, se falava no sul do país; quando se falava em cooperativa se falava no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, um pedacinho do Paraná, e quase nada de São Paulo. E hoje, eu não vou nem perguntar porque os nordestinos vão esmagar o restante, pela grande quantidade de nordestinos que tem aqui hoje, numa demonstração de que a gente pode, através da cooperativa, através da organização de vocês, sonhar que o Nordeste brasileiro possa, num curto espaço de tempo, se transformar numa região tão organizada e tão produtiva quanto a região Sul ou Sudeste do país.

Vocês sabem melhor do que eu a relevância que tem o cooperativismo





para uma cidade, para um estado e para uma nação. Hoje, por exemplo, um agricultor cooperado tem uma produtividade média 20% superior àqueles que trabalham isoladamente.

Juntas, as nossas cooperativas congregam mais de cinco milhões de brasileiros em 13 setores diferentes. Correspondem a 25% da economia agrícola e a 20% dos seus produtores. Produzem 62% do trigo brasileiro, 45% do leite, 39% do algodão e 29% da soja. Cinquenta e cinco por cento dos cooperados rurais são pequenos proprietários com até 50 hectares de terra.

Estejam certos de que o estímulo ao crédito popular que vem sendo feito pelo governo federal tem tido grande impacto sobre o setor, assim como as regulamentações que têm viabilizado e fortalecido as cooperativas de crédito e as instituições de microcrédito.

Eu quero lembrar que quando tomamos posse a grande reclamação é que era impeditivo, era proibido criar cooperativa de crédito neste país. Tinha normas e mais normas do Banco Central que criavam dificuldades atrás de dificuldades. Às vezes, os companheiros nos procuravam para dizer que estavam de oito meses a um ano esperando. Foi numa reunião que constituímos um grupo de trabalho com vários representantes de cooperativas e nós praticamente fizemos um grande (inaudível) na criação de cooperativas.

Lógico que quando se trata de cooperativa de crédito, o governo federal e o Banco Central têm que ter um pouco mais de cuidado, porque se não tiver um pouco de cuidado e uma cooperativa quebrar, quem é que vai ficar com o prejuízo do cooperado? Quem é que vai devolver ao cooperado aquilo que ele aplicou? Então, o governo tem que se precaver para garantir que as pessoas que criam as cooperativas sejam da maior seriedade, da maior responsabilidade, porque não se pode brincar com o dinheiro alheio, sobretudo com o dinheiro do pequeno produtor ou do companheiro cooperado. É por isso que, recentemente, autorizamos a criação de cooperativas abertas de crédito, que vinham sendo reivindicadas junto ao Banco Central desde 1999.



Vamos, agora, ampliar o leque de cooperativas que podem receber recursos oficiais por meio de uma série de medidas que o Conselho Monetário Nacional votará em breve.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O ano de 2005 foi proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional do Microcrédito. Não seria exagero, porém, afirmar que este é também o Ano Brasileiro do Microcrédito.

No final de fevereiro passado, mais de 5 milhões e 500 mil contratos já tinham sido feitos por pessoas de baixa renda que tiveram acesso a empréstimos com juros de até 2% ao mês.

Regulamentamos, em abril, a Lei do Microcrédito Produtivo Orientado, também com a participação do nosso querido Paul Singer, voltada para a população mais pobre que busca criar ou ampliar o seu micro ou pequeno negócio, gerando trabalho e renda para suas famílias.

Aqui eu quero lembrar e quero saber se estão de acordo com o que foi a pretensão. No Brasil nós tivemos, durante oito anos seguidos, no governo passado, em média 30 milhões colocados à disposição do microcrédito. E nós, em abril, anunciamos, na verdade, 600 milhões de reais disponibilizados por conta do microcrédito orientado, o que é, nada mais, nada menos, que 20 vezes mais do que era a média anual disponibilizada nos governos anteriores.

Esses empreendedores podem retirar empréstimos de até 5 mil reais com juros mais baixos e recebem assistência técnica para gerenciar suas atividades. Aí está envolvido o Sebrae e todos os organismos do governo, de ministérios que podem ajudar as pessoas a gerenciarem corretamente esses empréstimos que fazem.

Além disso, os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, e o Banco da Amazônia – por que não o BNB? Não colocaram aqui, no meu discurso o BNB, que tem sido um parceiro extraordinário – já abriram mais de 5 milhões e 300 mil contas correntes



simplificadas entre março de 2003 e março de 2005. Este é, certamente, o maior programa de inclusão bancária já visto no Brasil. Parece uma coisa simples, mas eu participei do primeiro ato, em que levamos as primeiras pessoas que entraram nessa inclusão bancária. E era fantástico as pessoas dizerem que nunca tinham pensado que era possível entrar num banco para tomar dinheiro emprestado se ela não tinha dinheiro para abrir uma conta. Antigamente as pessoas tinham que abrir a conta, então, às vezes, tinham que dar uma quantia em dinheiro maior do que a que iam depositar para abrir uma conta.

A inclusão bancária, ela colocou praticamente cinco milhões de pessoas novas abrindo conta no banco sem precisar pagar para abrir a conta, e com a possibilidade de conseguir sacar um empréstimo para fazer um pequeno empreendimento. É, na verdade, não uma inclusão bancária, mas uma revolução no comportamento do sistema financeiro brasileiro, sobretudo dos bancos públicos que, quando tomamos posse, bancos importantes como o Banco do Brasil, tinha gerentes em alguns lugares que não sabiam mais emprestar dinheiro do Pronaf para o agricultor familiar. Não estavam mais habituados.

As pessoas perderam o hábito de emprestar para pequenos, era muito mais fácil ficar sentado numa cadeira e emprestar de uma vez só tudo, do que ficar atendendo 300, 400 pessoas para pegar, cada um, um pouquinho. Esse foi um processo, até o Marinho, em agosto de 2003, me ligou se queixando. Nós fomos ver o que era. Tinha cidades brasileiras em que o gerente tinha desaprendido totalmente a lidar com a agricultura familiar. E em outros lugares do Brasil o agricultor familiar, tão cansado de ir atrás e não conseguir, já não ia mais.

Essa é uma grande novidade que eu tenho dito aos companheiros da Contag. A grande novidade não é apenas você pular de 2 bilhões e 200 milhões que foram contratados, em 2002, 2003, para 6 bilhões e 250 milhões



em 2004/2005. A grande vantagem, na verdade, não é apenas o montante de dinheiro, é que pela primeira vez nós conseguimos nacionalizar o crédito para o trabalhador da agricultura familiar.

Hoje, o nordestino está indo buscar crédito; hoje, o pessoal do Norte do país está indo buscar crédito. Antigamente, e aí o pessoal do MDA sabe muito bem como é isso, até quatro ou cinco anos atrás, você quando anunciava o Pronaf, saía normalmente 50% do que estava anunciado. E do que saía, 80% eram para a região Sul do país. Pela primeira vez nós estamos nacionalizando. Você, Zezéu, pode pegar sua terrinha, na Bahia, e ver quantos contratos foram feitos nessa safra 2004/2005, para você nunca mais falar mal do Rossetto. Você vai ver o quanto foi.

E pode pegar, Manoel, Pernambuco, pode pegar a Paraíba, pode pegar Rio Grande do Norte, pode pegar o Piauí, pode pegar o Maranhão, pode pegar o Ceará, que vocês vão ver que, na história do Pronaf, nunca foram feitos 10% dos contratos que foram feitos nesses últimos dois anos de safra no nosso governo. E, se Deus quiser, vai se fazer muito mais este ano, porque tem gente que pensa assim: olha, companheiro, nós colocamos 7 bilhões este ano, o pessoal só contratou 6 bilhões e 250 milhões, que já foi quase 90% do disponibilizado. É recorde na história do Brasil. Então, vamos manter os mesmos 7. Não, vamos desafiar os trabalhadores.

Nós criamos o Pronaf Mulher e ele ainda não pegou. Não pegou porque é uma questão cultural, é uma coisa nova, mas a mulher está sendo desafiada a discutir, dentro de casa, como é que ela vai pegar o seu dinheiro, fazer a sua lavoura, independentemente do marido. E também o Pronaf Jovem é uma reivindicação muito antiga, sobretudo do pessoal do Sul do país, que nós queremos estender para o Brasil inteiro. Às vezes um menino de 17 anos, de 20 ou de 21 anos, se tivesse a oportunidade de produzir num pedaço de terra da sua família, ele não iria para a cidade, então, nós criamos a possibilidade.

Agora, Maneco, um conselho para você, da Contag; para o Marinho da



CUT; para você, meu companheiro, como é nova aqui, a Unicafes, José Paulo, da Unicafes, essas coisas têm que ser divulgadas por vocês também, as pessoas têm que saber. Na hora em que uma dona de casa souber que independentemente do empréstimo que o marido dela fizer, ela pode ir ao Banco e “cavucar” o dela também para fazer a rocinha, o marido plantou a mandioca ela planta o feijão, o marido plantou... sabe, eu penso que nós temos que transformar essas coisas todas, não apenas em políticas públicas, porque políticas públicas vão na lei, são aprovadas, é decisão, mas quantas leis existem no país que não funcionam?

É preciso que isso seja um movimento. Vejam, tem 9 bilhões à disposição da agricultura familiar, das cooperativas neste país, vocês têm que malhar para sacar os 9, têm que malhar. Vejam, eu digo sempre para os meus companheiros, se chegar em janeiro ou fevereiro do ano que vem, ou março, e o Miguel Rossetto me comunicar: “Presidente, acabaram os 9”. Podem ficar certos de que vai aparecer um pouquinho mais de dinheiro, podem ficar certos.

Agora, se não gastarem os 9, aí fica difícil porque, de repente, e a imprensa existe para informar a opinião pública, daqui a pouco a imprensa pega, faltaram 100 reais, e ela fala, “o governo não cumpriu a meta do Pronaf”. Se a gente gastar mais, não vai dizer nada, mas a gente tem que gastar porque é necessário, é preciso criar uma outra cultura. Vocês estão lembrados que eu disse várias vezes: ao terminar o meu mandato, eu não quero ser lembrado por uma obra, porque uma obra qualquer um faz, eu quero ser lembrado pela relação estabelecida entre o Estado e a sociedade, entre o governo e o povo trabalhador deste país. É isso que faz a diferença, não é uma obra. É o grau de confiança e o grau da relação entre a sociedade, que é composta por homens e mulheres, com o governo e com o Estado brasileiro, com as instituições brasileiras.

É por isso que a organização é fundamental. É por isso que não pode ser uma coisa eventual, vem um presidente e faz, vem outro não faz, vem outro



faz, vem outro não faz, ou seja, não pode ser uma sanfona. Isso tem que ser uma política definida. Por quê? Porque estamos convencidos de que a agricultura familiar, que a cooperativa urbana... eu tenho exemplo de cooperativa urbana lá em São Bernardo, lá em Diadema, que é motivo de orgulho, é uma empresa, a Unisoja, era uma empresa de quase 3 mil trabalhadores, faliu, metade dos trabalhadores resolveu brigar na Justiça para receber os seus direitos. Até hoje não receberam, não é Marinho? E outra metade resolveu se organizar em cooperativa e hoje é uma fábrica altamente produtiva. Já tem mais de 500 trabalhadores, são todos cooperados, estão ganhando mais do que ganhavam antes, estão exportando e estão felizes da vida. Mas você não sabe como demorou para a gente conseguir um empréstimo do BNDES para que ele...ainda no outro governo, porque foi malho, ali foi duro. Se fosse hoje, se teria liberado com mais facilidade o dinheiro do BNDES.

Vejam que interessante, companheiros, vocês sabem que eu estou falando de cooperativa porque eu não posso falar, como Presidente, daquilo que eu gostaria de falar aqui, não vim aqui para isso, cada coisa tem o seu momento, a sua hora. E como o peso da responsabilidade do presidente é maior do que o do cidadão comum, e eu não posso falar a quantidade de bobagens que se fala por aí, eu tenho que sempre esperar o momento certo para fazer as coisas que têm que ser feitas.

Nós fizemos uma coisa neste país, que eu, de vez em quando, brinco com meus amigos economistas, que eu fiz tanta reunião e nós nunca discutimos isso. E no governo eu recebi uma sugestão da CUT... Hoje tem muita gente que fala que sugeriu isso para mim. Filho bonito é assim, todo mundo quer ser pai. É uma coisa maluca, porque o crédito consignado ocupa hoje 40% do mercado de crédito pessoal. É muito dinheiro que os trabalhadores estão tomando emprestado, é muito dinheiro que os aposentados e pensionistas estão tomando emprestado a juros de menos de



50% daquilo que ele pagava antes, porque o pobre vivia exatamente na agiotagem. E isso foi uma pequena revolução no sistema bancário deste país. E aí, outra vez, o movimento sindical teve um papel importante, porque o movimento sindical fez acordo com as entidades representativas do banco e hoje... E nós tivemos o cuidado de não permitir que o trabalhador viesse a tomar um empréstimo em que ele tivesse que gastar mais de 30% do seu salário, porque antes existia para o setor público, mas muitas vezes o trabalhador se endividava tanto que esse trabalhador fazia o quê? Esse trabalhador não recebia mais pagamento. O pagamento dele ficava, totalmente, no banco. Agora nós limitamos a 30%, portanto, o companheiro pode pegar o empréstimo para pagar em 12 meses, 24 meses e sair da agiotagem.

Tem companheiro que na fábrica emprestava dinheiro, porque em 15 dias tinha que deixar o relógio como garantia. Então, agora ele está mais tranqüilo, ele pode pegar... Agora, nós precisamos fiscalizar para não permitir que ele comprometa o seu orçamento fazendo empréstimo que é só para coisas importantes.

Eu queria dizer a vocês, meus companheiros e companheiras, que o lançamento da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária ocorre em um momento histórico para os pequenos agricultores e agricultoras do nosso querido Brasil.

Definimos, na semana passada, junto com os companheiros da Contag, o Plano Safra da Agricultura. O Plano Safra da Agricultura Familiar, que é o mais importante plano já feito neste país. A sua dimensão é mais uma prova dos bons resultados que estamos alcançando em parceria com os homens e as mulheres do campo. Eu ia lançar, lá em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, na quinta-feira passada, não foi possível porque choveu muito e a gente não pôde descer. Eu queria fazer o lançamento no Nordeste, mas no Nordeste a época de começar o plantio é outra, portanto, são áreas diferentes. Mas nós ainda vamos ao Nordeste fazer o lançamento. Mas é com muita alegria que a gente



pode olhar no olho de cada trabalhador e trabalhadora e dizer: este ano vocês terão disponibilizados 9 bilhões de reais para o Pronaf.

Eu penso que, com isso, e eu disse ao companheiro Mané, no dia em que fizemos a reunião com Contag, eu disse ao Movimento Sem-Terra, eu disse aos companheiros da Fetraf-Sul: é importante a gente ir acumulando as reivindicações, porque eu sou daqueles, viu Marinho, companheiros sindicalistas, eu sou daqueles que acha que o movimento sindical nunca deve parar de reivindicar. E quanto mais se conquista, é normal que se queira um pouco mais. Isso é a nossa vida, ou seja, a gente conquista uma vírgula, a gente quer uma palavra; conquista uma palavra, a gente quer um texto completo; conquista o texto, a gente quer um livro; ganhou o livro, a gente quer uma biblioteca, ou seja, esse é um desejo insaciável e sadio do movimento social no Brasil e no mundo inteiro.

A única coisa que eu acho é que a gente não pode reivindicar perdendo de vista aquilo que a gente já conquistou, porque as conquistas têm que fazer parte do manancial de conquistas históricas da classe trabalhadora. Eu disse ao Mané: nós vamos ter, em junho mais ou menos do ano que vem, quando nós formos lançar um novo Plano Safra 2006/2007, nós vamos fazer uma parada, Mané, quem sabe você me convoque na Contag, quem sabe em um lugar, para a gente fazer um balanço do que aconteceu na agricultura familiar, na relação do governo com a Contag, na relação do governo com os sem-terra, na relação do governo com as cooperativas, na relação do governo com as entidades do microcrédito. Nós vamos fazer um balanço do que aconteceu nos nossos quatro anos e o que aconteceu nos outros 40 anos neste país, para a gente poder avaliar concretamente qual é a evolução que nós tivemos.

Eu quero dizer para vocês que o Brasil precisou passar por muitas transformações antes que o acesso à terra e aos meios de produção comessem a ser tratados pelo governo como direito básico dos nossos homens e das nossas mulheres. O que me incomodava mais, e quem conviveu





comigo mais tempo sabe, era que às vezes a gente ficava brigando pela reforma agrária para assentar mais gente, e a gente não tinha uma política para tratar de quem já tinha a terra. Então, era uma coisa maluca que acontecia. Você estava fazendo uma caminhada para dar mais terra para quem não tinha terra e você passava do lado de quem tinha terra e você não tinha uma proposta para aquele que tinha a terra. E ele imaginava que você ia tirar a terra dele. A gente não tinha discurso para os milhões de brasileiros e brasileiras que já tinham a terra, já eram pequenos produtores, já tinham cultura e a gente parecia... eu me lembro que em 1982 eu chegava em algum lugar, às vezes o companheiro tinha, como diria minha mãe, no Nordeste, tinha “10 tarefas”, ou não sei quantas “braças” e as pessoas pensavam que a gente ia tomar a terra deles porque a gente não tinha um discurso para a política da agricultura familiar.

Agora não, agora nós temos estruturada uma política para a agricultura familiar, uma política para os assentamentos, e vamos fazer as coisas do jeito que precisam ser feitas, bem-feitas, de forma muito ordenada, e eu acho que a criação dessa União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, será um passo extraordinário.

Eu quero dizer para vocês que, de vez em quando, você é pego de surpresa com notícias que nenhum brasileiro gostaria de ser pego, sobretudo quando se trata de corrupção. De vez em quando eu fico me perguntando se é isso mesmo que as pessoas querem, porque se as pessoas querem combate à corrupção, as pessoas deveriam estar, todas, sobretudo as que estão acusando, aplaudindo o governo. Porque na história republicana, e ousar dizer isso na frente de trabalhadores e trabalhadoras rurais do meu país, na história republicana, nenhum governo fez, contra a corrupção, 20% do que estamos fazendo. Nenhum governo fez.

É só pegar todas as denúncias de corrupção dos últimos 10 anos, podem pegar, tem gosto para tudo. Podem pegar. Peguem as revistas



brasileiras, peguem os jornais brasileiros, vocês vão perceber que ao longo de anos e mais anos são denúncias e denúncias de corrupção, então vocês vão pensar: bom, todos são tratados igualmente, porque se fala que tem nesse, mas falavam que tinha no outro, a imprensa está sendo justa. Verdade. E a imprensa cumpre um papel extremamente importante em denunciar as possíveis mazelas que existem em qualquer lugar do país. Aliás, esse é um papel importante da imprensa.

Agora, o que muitas vezes não fica claro é a diferença entre o governo que age para combater e o governo que deixa a imprensa esquecer a manchete. E depois de uma semana não se fala mais. Somente nesses dois anos e seis meses de governo foram 1.290 pessoas presas por investigações do governo. Alguns são soltos depois porque o governo não tem o poder de prender, a Justiça é quem determina a prisão ou não, como é o caso daquele que foi acusado de matar os fiscais do trabalho, que foi preso, depois foi candidato a prefeito, ganhou, e a Justiça o absolveu ou pelo menos ganhou uma liminar. Não podemos fazer nada. Mas só dentro da própria Polícia, 129 policiais, entre policial federal e policial rodoviário, foram presos.

Todas as grandes operações que vocês viram na imprensa, da Operação Vampiro, Operação Anaconda, Operação Curupira, foi tudo feito por nós e decisão nossa. E vamos investigar tantas quantas aparecerem. O que não pode é o governo ficar correndo atrás de denúncia vazia. Se tem denúncia contra a atuação do Congresso, é um problema do Congresso Nacional. Ali tem 513 deputados, 81 senadores, ou seja, eles que criem mecanismos de auto-investigação. Não tem como o Poder Executivo fiscalizar. É da responsabilidade dos deputados. Que criem quantas CPIs quiserem criar. Agora, o que não pode é, por conta de insinuações ou ilações, você deixar de cumprir com o papel do próprio Congresso Nacional, que é votar as coisas que o Brasil tem interesse.

Eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo aumento



para o Presidente, eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo prorrogação de mandato para o Presidente, eu não tenho nenhum projeto no Congresso pedindo para fazer a tri reeleição do Presidente. Não tem nenhum projeto de meu interesse. Os projetos que estão no Congresso Nacional são de interesses deste país, de 180 milhões de brasileiros. As pessoas podem gostar ou podem não gostar. As pessoas votam ou não votam, porque gostam ou porque não gostam. Nós não podemos permitir que por conta de uma CPI, o Congresso não funcione. O Congresso pode estabelecer horário para CPI, pode estabelecer horário para as Comissões, pode estabelecer horário para votar. Este país é muito grande, a democracia está muito sólida para a gente achar que uma CPI pode criar qualquer embaraço. O que a CPI pode fazer é apurar. Se apurou, vai para o Ministério Público, quem tiver culpa pagará pelo erro que cometeu, quem não tiver será absolvido. É assim que funciona a democracia, é assim que funcionam as leis. O que não dá é para a gente ficar sempre assistindo coisas que não condizem com a realidade.

Vamos pegar a questão do Correio. A questão do Correio, no sábado em que saiu a matéria, nós já abrimos inquérito policial, o acusado já estava fora, nós afastamos o outro diretor. Esse é o papel do governo. Não tem outro papel do Poder Executivo, a não ser fazer isso. É mandar a Polícia Federal para dentro. Se tem outras coisas, que digam, quantas aparecerem... porque no Brasil as pessoas tinham o hábito de fazer denúncia de corrupção que morria no dia seguinte. Eles não sabem com quem estão lidando. E vou repetir aqui uma coisa, que é o seguinte: com corrupção a gente não brinca. O que a gente não pode é manchar o nome das pessoas, a gente não pode colocar pessoas desnudas na frente da sociedade, depois não prova nada e ninguém pede desculpas. Nós já vimos isso ao longo da história.

Mas todas as denúncias que forem pertinentes ao governo federal serão investigadas, contra quem quer que seja, sem bravata, porque neste país eu já



vi bravata. Neste país eu já vi alguém ser eleito em nome de ser um caçador de marajá. E todo mundo viu o que aconteceu neste país.

Querem discutir corrupção no Brasil, a imprensa pode fazer um levantamento, a imprensa pode fazer, a imprensa tem arquivo, pede tudo que saiu de corrupção há dez anos, toda semana, todo dia e todo mês. E vejam o que foi investigado neste país.

Eu digo uma coisa para vocês, meus companheiros, eu digo todo dia isso, já disse na televisão, que é o seguinte: eu sou filho de uma mãe analfabeta e pai analfabeto. Minha mãe morreu sem saber escrever um “o” com um copo. E determinadas coisas a gente não aprende na universidade, a gente não aprende na política, a gente não aprende na rua, a gente aprende dentro de casa. Vergonha na cara a gente aprende é dentro de casa.

E, portanto, vocês nunca vão me ver nervoso e fazendo bravata. Não é esse o meu papel, eu já fiz muita. Eu agora sou Presidente da República. Eu, agora... Vocês pensam que eles não ficam incomodados porque eu estou aqui sem gravata? Porque tem um ritual, eu sou a negação do ritual histórico que foi criado neste país, mas não pela minha roupa, porque eu até me visto melhor do que muita gente, mas pela minha origem, de onde eu vim, isso é que faz a diferença. Estar aqui com vocês, fazendo o que estamos fazendo, faz diferença, sabem por quê? Porque incomoda, incomoda muita gente. Vocês sabem quanto nós fizemos de transferência de renda nesse pouco tempo que estamos no governo? São 17 bilhões de reais de transferência de renda, dinheiro que sai dos cofres públicos e vai para a mão do povo pobre deste país, que vai para a mão daqueles que nunca tiveram dinheiro.

É por isso que o Estatuto do Idoso ficou 13 anos para ser aprovado no Congresso Nacional e não era aprovado. É por isso que o Bolsa Família incomoda: mas esse Lula está dando dinheiro para pobre. E nós ainda nem cumprimos aquilo que vamos cumprir. Eu acho que o dinheiro mais sagrado, o dinheiro mais sagrado que o Estado pode designar é o dinheiro que pode



garantir a uma pessoa ter acesso à informação, ao trabalho, a comer, e isso nós vamos garantir. Até porque o dinheiro que este país tem, vem lá de baixo e, se vem lá de baixo, tem que ser devolvido de forma sadia e honesta.

Eu não gostaria de ter o Bolsa Família, eu gostaria de ter emprego para todo mundo, mas todo mundo sabe que essas coisas também não acontecem com um passe de mágica. Não tem nem príncipe encantado, nem fada para, com um toque, arrumar tudo que tem que arrumar, mas estamos fazendo aquilo que está ao nosso alcance e eu sei que tem gente incomodada: mas 7 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família? Em dezembro, vão ser 8 milhões e 700 mil famílias, para a pessoa poder comprar o leite para o seu filho, para a pessoa poder comprar o pão para o seu filho. Tem gente que não gosta, aliás, tem gente que fala que isso é gasto, tem gente que trata como gasto e, na minha consciência, esse é o investimento, é o investimento que salva uma vida.

Vejam, então vocês imaginem que deve ter alguém que não está gostando disso porque 17 bilhões de transferência de renda, mais 15 bilhões de empréstimos consignados, são 32 bilhões de reais que entraram no mercado, o povo deve estar comprando alguma coisa. Porque os que torciam para que fosse um desastre o governo, já estão com medo hoje é da reeleição. Esse é o dado concreto e objetivo. Começaram dizendo que nós não sabíamos gerenciar, depois começaram dizendo que nós tínhamos muitos ministros, incomodou a eles criarmos a Secretaria da Igualdade Racial, incomodou a eles criarmos a Secretaria da Mulher, incomodou criarmos a Secretaria da Pesca, ou seja, por que incomoda tanto você criar Secretarias que organizam a sociedade? Por que incomoda tanto?

Depois que nós fomos quebrando todas as barreiras que eles foram colocando, todas, eles então resolveram mexer na questão ética. E vejam que tudo isso que nós estamos vivendo é por conta de um cidadão que diz que pegou 3 mil reais. Um cidadão de terceiro escalão. Vocês podem fazer um



levantamento e ver o quanto importavam as outras denúncias de corrupção no Brasil. Para mim, eu vou dizer uma coisa para vocês, se as pessoas sérias deste país quiserem ver o que vai acontecer, podem saber que nós vamos fazer a luta contra a corrupção se transformar, não numa bandeira, porque isso não pode ser bandeira apenas, a luta contra a corrupção tem que ser uma prática cotidiana, tem que ser uma mudança em todas as instituições, tem que ser uma mudança de comportamento e, se é para fazer, ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país.

Por isso companheiros, como eu ainda não estou candidato, tenho uma função a cumprir até dia 30 de dezembro, e eu sei que quem é oposição tem mais pressa, é sempre assim. O mandato para quem está no governo é curto, de 4 anos, para quem está na oposição é uma eternidade, e vocês sabem que eu tenho experiência de ser oposição, porque já fui quantas vezes? Eu acho que nós temos que fazer a reforma política neste país, temos que fazer as coisas que tiverem que ser feitas e vamos ter que fazer o processo eleitoral com a maior tranqüilidade possível, no tempo certo.

Eu, por enquanto tenho dito o seguinte: o meu problema é fazer aquilo que eu tenho o compromisso com vocês e quero dizer que a prestação de contas, nossa, se Deus quiser será num grande ato, com todo o movimento social, para poderem julgar.

Eu digo sempre o seguinte: o maior legado que eu quero levar quando deixar a Presidência da República, é poder encontrar com vocês de cabeça erguida, como eu estou agora, e poder chamar vocês de companheiros e companheiras, como eu chamava antes de ser Presidente da República.

Muito obrigado, e boa sorte para vocês.



**Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre medidas do governo para o combate à corrupção**

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje quero falar com vocês sobre um assunto muito sério: corrupção. Esse é um tema que, ao longo dos anos, tem significado um grande pesadelo para governantes e, ao mesmo tempo, uma grande vergonha para o povo brasileiro.

Quero começar esta minha fala dizendo duas coisas.

Primeiro: o corrupto deve ser sempre punido, e sempre de forma exemplar. Seja ele quem for, venha de onde vier, seja adversário ou aliado. Como todos sabemos, a corrupção é uma doença antiga. Mas muito podemos fazer contra esse câncer que corrói nosso país.

Segundo: se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo. Nunca o Brasil viu tanta gente importante e poderosa sendo presa por corrupção e por fraude contra os cofres públicos como agora: empresários, juízes, delegados, políticos, policiais e funcionários públicos graduados que há anos, às vezes há décadas, agiam impunemente.

Isso pode até dar a falsa impressão de que a corrupção tem aumentado, quando, na verdade, o que aumentou, e muito, foi o combate à corrupção e, em decorrência disso, aumentou naturalmente a quantidade de prisões e ações da polícia federal, que aparecem quase todos os dias na televisão e nos jornais.

Nestes dois anos e meio já foram presas 1.006 pessoas acusadas de corrupção. E a nossa polícia desbaratou redes do crime, responsáveis por desvios de bilhões e bilhões de reais; esquemas que existiam há muitos anos e



não eram investigados.

Na verdade, nunca a Polícia Federal foi tão livre, ágil e eficiente como agora. E nunca o Ministério Público teve tanta colaboração para cumprir as suas obrigações constitucionais.

Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários.

Esse é um governo que não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete. E garanto a vocês que, enquanto eu for o Presidente do Brasil, todos os órgãos do governo, os Ministérios, a Polícia Federal, todas as nossas instituições democráticas estarão, sempre, cada uma em sua área, empenhadas em examinar as denúncias, investigar, e se necessário for, punir exemplarmente.

O Brasil tem maturidade para corrigir seus próprios erros. Além disso, feliz do país que tem uma imprensa livre e democrática que a tudo pode acompanhar, fiscalizar e investigar. Sou daqueles que acreditam que a verdade sempre prevalece, mais cedo ou mais tarde.

Em momentos críticos como o atual, parece que tudo se nivela por baixo. Parece que todas as pessoas são iguais. Mas isso são apenas aparências.

Uma investigação profunda, como a que está sendo feita pela Polícia Federal, e agora reforçada pela CPI, logo, logo, para o bem do Brasil, saberá separar o joio do trigo, o bem do mal, a verdade da mentira. E garanto a vocês: se houver gente que tenha cometido desvios de conduta, usarei toda a força da lei.

Quando convidei um dos mais importantes juristas deste país, o doutor Marcio Thomaz Bastos, para ser ministro da Justiça, lhe entreguei também a missão de combater a corrupção com toda a firmeza e de todas as formas





possíveis.

Para isso, dobrei o orçamento da Polícia Federal e determinei que no meu governo a polícia não iria agir politicamente, prendendo os pequenos e fechando os olhos para os grandes.

Cabe ao governo também se antecipar à corrupção, criando mecanismos de controle e de fiscalização para que ela não chegue a acontecer. É por isso que, logo que assumi o governo, criei um importante órgão, a Controladoria Geral da União, que, sob o comando do ministro Waldir Pires, já realizou mais de 7.500 auditorias em órgãos federais e tem feito o que nunca foi feito antes nesse país: fiscalizar os recursos federais que são repassados aos municípios brasileiros para que não haja corrupção.

E o resultado tem sido surpreendente: dos 700 municípios que já receberam auditoria, um grande número de prefeituras comete graves irregularidades de desvio de dinheiro, e já foram denunciadas ao Ministério Público.

Criamos também o portal da transparência que permite, por meio da Internet, que qualquer cidadão ou cidadã saiba, a qualquer momento, de várias informações importantes que dizem respeito à sua cidade como, por exemplo, quanto de dinheiro público federal foi enviado para a educação, para a moradia e para a saúde, quantas são e quais os nomes das pessoas que recebem o Bolsa Família. Se você tiver interesse em conhecer essas informações, é só acessar agora mesmo o site na Internet. Não precisa nem de senha.

É nossa intenção que o povo brasileiro seja estimulado a dar sua contribuição no controle e fiscalização. O Brasil precisa contar mais com a participação da sociedade e de suas lideranças no combate à corrupção.

O que faz um ser humano honesto é o seu caráter, os valores que aprendeu com seus pais e que transmite para seus filhos, não o poder político que eventualmente recebeu numa eleição, e que é absolutamente passageiro.

O meu compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro e com as



instituições democráticas, é um compromisso de longo prazo. A minha luta é para que o desenvolvimento seja sustentável e duradouro, pois só assim criaremos empregos, distribuiremos renda e faremos justiça social. Não há nada que vá me demover deste caminho.

Tenho apenas dois anos e meio de governo, dois anos e meio, e durante esse pouco espaço de tempo, muita coisa já mudou neste país.

A economia está em ordem, as exportações continuam crescendo, o risco Brasil continua caindo, o comércio e a indústria continuam empregando, e uma grande quantidade de projetos sociais se estende por todo o território nacional.

E vejam: nos dois primeiros anos, arrumamos a casa e começamos a implantar os nossos projetos. Mas é exatamente daqui para frente que todo esse trabalho começa a aparecer e a mostrar seus resultados.

Já a partir do mês de agosto, vamos dar início ao projeto Rio São Francisco, que vai pôr um fim ao sofrimento de mais de 12 milhões de famílias nordestinas e acabar de uma vez por todas com a indecente indústria da seca, que se enchia de dinheiro às custas da miséria do povo.

O meu objetivo é claro: fortalecer o país, proteger os brasileiros mais pobres e fazer crescer a economia. Esse é o sentido maior que exige o espírito de colaboração, a mão estendida, mesmo na diversidade de opiniões.

Acima de interesses particulares está o interesse nacional, a preservação e o aperfeiçoamento das instituições. Tenho certeza que o Congresso Nacional saberá apurar todas as denúncias e, ao mesmo tempo, continuará trabalhando para que os projetos de interesse do Brasil sejam discutidos e votados.

São esses os propósitos do meu governo, que estará sempre aberto para todos aqueles que estão buscando, verdadeiramente, o bem do nosso país e do povo brasileiro.

Muito obrigado e boa noite.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião  
com diretores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica  
Palácio do Planalto, 24 de junho de 2005**

Eu não ia falar, mas eu vi o microfone aqui e falei: deixa eu dar uma palavrinha.

Primeiro, quero avisar aos nossos companheiros que isso aqui está uma verdadeira Sibéria de gelo.

Meu querido companheiro Tarso Genro,

Meu querido companheiro Ibãñez,

Meu querido companheiro Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, presidente do Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica,

Senhores e senhoras diretores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,

Meus amigos e minhas amigas,

Para mim, é motivo de profundo orgulho poder participar de um momento como este. Certamente, o ministro Tarso Genro e a sua equipe, que têm trabalhado com uma ousadia extraordinária e com uma competência ainda mais extraordinária no Ministério da Educação, têm proporcionado com as suas políticas para a educação a esperança de que definitivamente o Brasil se descobriu para compreender que sem investimento na educação nós não seremos nunca o país que já poderíamos ter sido, se há muito tempo atrás tivéssemos priorizado a educação como o pilar mais importante para o desenvolvimento do nosso povo e para o desenvolvimento do nosso país.

Eu não sei, Tarso, quantos brasileiros têm a dimensão do que significa a possibilidade de um jovem, sobretudo se ele for pobre, de chegar a uma escola técnica. Possivelmente quem tem a perspectiva de chegar à universidade não



tenha essa dimensão primeira que, para muitos, ter uma formação técnica já é o top de linha da sua vida na disputa no mercado de trabalho, para melhorar a sua qualidade de vida.

E certamente, Tarso, um mandato de quatro anos ou uma administração no Ministério de três anos, como você está tendo ou, quem sabe, mais anos ainda, seja pouco para a gente poder recuperar o tempo perdido.

Eu acabo de voltar da Coréia e saber que aquele país, há poucos anos atrás, era muito inferior – do ponto de vista da sua indústria, do seu conhecimento tecnológico e educacional – ao Brasil. Ver no que se transformou a Coréia, porque acreditou na educação como instrumento para chegar onde chegou, nos leva a afirmar, aqui, que qualquer um poderia ter pensado isso 30 anos atrás, 20 anos atrás, afinal de contas, todas as pessoas que passaram por aqui, no mínimo, tinham um diploma universitário e, portanto, tinham a obrigação de compreender as necessidades de formação técnica da nossa juventude. Mas não compreenderam ou, se compreenderam, não levaram adiante.

Como não existe nenhuma experiência no mundo de que a baixa formação cultural e intelectual do povo levou o país a se desenvolver, nós precisamos reconhecer que o Brasil não pode mais discutir o dinheiro da educação como gasto. O Brasil precisa, de uma vez por todas, no pronunciamento dos dirigentes políticos, no pronunciamento dos nossos deputados, no pronunciamento do Presidente da República, do Ministro da Educação, do Ministro da Fazenda e de todas as pessoas, compreender que não existe, definitivamente, nenhum investimento mais sagrado para uma nação do que o investimento na formação da sua gente.

Muitas vezes nós deliberamos com mais facilidade um investimento numa indústria, que é necessário, decidir um investimento numa indústria que pode durar dez anos, 15 anos, 20 anos ou pode acabar, e não discutimos com a mesma rapidez um investimento na educação, que tem uma duração infinita,



até depois da morte, porque o cidadão bem formado certamente vai passar para os seus filhos, para o seu neto, aquilo que ele aprendeu. Ele vai se transformar, talvez, no professor mais perto, não vai ser à distância nem vai ser na sala de aula, vai ser dentro de casa, a repassar os conhecimentos que ele tem para aqueles que estão próximos dele.

Quando nós aprovamos, na semana passada ou há alguns dias, o Fundeb, nós consagramos a idéia de que definitivamente a educação tem que ser tratada com prioridade “um” do nosso país. Para quê? Para que a gente possa sonhar que a nova geração que virá daqui a 15 ou 20 anos tenha a certeza que vai viver num país infinitamente melhor do que o país que nós estamos vivendo hoje.

E não é possível fazer o investimento na educação se a mediocridade de alguns entende que contratar um professor é fazer gasto, contratar um técnico para trabalhar na escola é fazer gasto. Na verdade, as pessoas trabalharam a vida inteira neste país querendo governar o Brasil, possivelmente para 30 milhões de brasileiros, para 35 milhões de brasileiros, quem sabe para 40 milhões de brasileiros, e nós temos a obrigação de construir este país e trabalhar para a totalidade do seu povo.

Quando criamos o ProUni, nós demos uma demonstração de que muitas vezes não é apenas o dinheiro que conta, mas a criatividade e a inteligência das pessoas. Somente quem esteve no lançamento do ProUni viu o depoimento de rapazes e moças que jamais teriam perspectiva de chegar à universidade porque quando viam o anúncio de universidade no jornal e viam o preço da mensalidade, as pessoas já sabiam, sem medir a sua qualificação, sem medir a sua competência, já sabiam que os números financeiros que elas tinham que dispor as deixavam fora da universidade.

Junto com a expansão da escola técnica no Brasil, na verdade, o que nós estamos fazendo ainda não é resolver o problema da educação definitivamente. Nós estamos dando um passo extremamente importante, um



passo para que a gente possa, nos próximos anos, avançar um pouco mais. Avançando cada ano, a gente pode, daqui a dez ou 15 anos, ter a certeza de que o Brasil definitivamente decidiu, enquanto nação, apostar que não existe nenhum valor agregado mais importante em qualquer produto deste país do que no valor do conhecimento que a gente der à nossa juventude e ao povo brasileiro.

Meus parabéns, Tarso.

Meus parabéns aos companheiros do Cefet e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de abertura da 1ª Conferência Nacional de Promoção da  
Igualdade Racial**

**Centro de Convenções – Brasília, DF, 30 de junho de 2005**

Minha querida companheira Matilde Ribeiro, secretária especial de  
Política de Promoção da Igualdade Racial,

Meus queridos companheiros ministros Celso Amorim, das Relações  
Exteriores; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;  
Agnelo Queiroz, dos Esportes; Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário;  
Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; José Fritsch, da  
Agricultura e Pesca,

Nossa querida Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política das  
Mulheres,

Meu caro companheiro, governador Waldez Góez, governador do  
Amapá,

Meus queridos companheiros senadores, deputados federais e  
estaduais,

Senhores membros do Conselho Nacional de Política de Igualdade  
Racial,

Meu querido companheiro Abdias do Nascimento,

Minha querida companheira Benedita da Silva,

Meus caros companheiros participantes da 1ª Conferência Nacional de  
Promoção da Igualdade Racial,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Senhores e senhoras,

Companheiros e companheiras,



Esta 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela forma como foi preparada – 27 Conferências estaduais com a intensa participação de mais de 90 mil pessoas – e pelo que significa na história do nosso país, já é, por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial.

Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisa, e que a consciência democrática da sociedade, em especial a do nosso povo negro, sempre buscou.

Vejo com muita alegria que também participaram desse belíssimo processo de debates, e estão aqui presentes, representantes de muitos segmentos que compõem a riqueza da nossa multiplicidade étnica: indígenas, ciganos, árabes, palestinos, judeus, pernambucanos de Caetés, como eu, e tantos outros do nosso país. Tem até mineiro aqui; tem até baiano; tem até gente do Rio de Janeiro; tem gente do Rio Grande do Sul; tem gente de Santa Catarina; tem gente... de onde mais? Tem gente da Bahia; tem gente de Sergipe; tem gente de Alagoas; tem gente da Paraíba, do Rio Grande do Norte; tem gente do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Amapá, de Roraima, do estado do Amazonas, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul; de Rondônia, do Acre. Até de Fernando de Noronha tem gente aqui. Tem gente de outros países, tem gente do DF e tem gente de São Paulo aqui presente.

Nós sabemos que o preconceito e a discriminação racial no nosso país têm uma longa história. O Brasil foi a maior potência escravocrata do mundo colonial, a última nação do planeta a abolir o tráfico humano. Quase 4 milhões de vidas – 40% do comércio mundial de escravos – foram desembarcadas aqui para erguer um império feito de açúcar e açoite.

Foi uma longa noite de 300 anos. A sombra da escravidão cobriu quase 70% da nossa história. E alimentou uma economia exportadora que moía cana e gente com igual eficiência e produtividade.





Esse sistema canalizou a riqueza para uma elite poderosa e cavou um abismo social que até hoje marca a vida nacional. E a verdade é que essa desigualdade secular trava o desenvolvimento; concentra riquezas e oportunidades nas mesmas mãos; condena o país a viver o seu potencial pela metade.

A questão negra e quilombola é a herança mais visível desse passado. Um passado que cobra, por isso mesmo, a reinvenção do futuro, com a mesma dose de coragem e humanismo que tiveram os abolicionistas e os libertários, negros e brancos, do século XIX.

Por isso, a promoção da igualdade racial é, para nós, além de um compromisso ético, uma diretriz política e econômica de desenvolvimento.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Estamos, juntos, governo e sociedade, empenhados em superar essas heranças históricas. Foi por isso que criamos, no início do governo, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com status de ministério, para transformar nosso anseio comum de justiça em políticas públicas efetivas.

Pelas razões históricas que relembrei e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria tem o seu foco principal nos problemas dessa etnia. Mas não só. Qualquer parcela da população que seja vítima de discriminação racial tem recebido, e continuará recebendo, a devida proteção e atenção da Secretaria.

Os povos indígenas, por exemplo. Eles conquistaram há muito tempo um espaço próprio na administração federal e têm conseguido fazer valer seus direitos com o apoio de amplos setores da nossa sociedade.

É isso que a companheira Matilde, ministra que está à frente da SEPPIR e sua equipe, vem fazendo com dedicação, realizando ações integradas e agindo em conjunto com os Ministérios e governos estaduais e municipais por todo o Brasil.



Isso significa, além de medidas administrativas concretas, um constante trabalho de alerta, de conscientização e de articulação para dar cada vez maior visibilidade a essa causa.

Vejam, por exemplo, a situação das comunidades remanescentes dos quilombos, que vivem até hoje em terras nas quais viveram e lutaram seus antepassados. Trata-se de uma situação extrema, mas sem dúvida reveladora do destino do povo negro no nosso país.

O Estado brasileiro praticamente as desconhecia. Estimava-se que existiam cerca de 750 dessas comunidades. Para fazer o trabalho que estamos fazendo, era necessário que tivéssemos informações precisas. Tomamos, portanto, a decisão de fazer um mapeamento sério e rigoroso dos quilombolas em todo o país.

Hoje, concluído o trabalho feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, liderado pelo nosso companheiro Miguel Rossetto, foram localizadas e identificadas 1.800 comunidades remanescentes dos quilombos, que agora passaram a ser consideradas de fato nas políticas sociais brasileiras.

Uma das reivindicações principais dessas comunidades é a regularização de suas terras. Por isso, ao mesmo tempo em que estamos avançando nesse trabalho, e queremos torná-lo cada vez mais ágil, o Incra está modernizando os processos administrativos para facilitar essa tarefa.

Além disso, temos procurado assegurar um conjunto de direitos de cidadania – educação, saúde e infra-estrutura – a essas comunidades. O objetivo é melhorar a qualidade de vida em todas elas.

Suas famílias estão tendo a máxima prioridade na expansão do Programa Bolsa Família, coordenado pelo companheiro Patrus Ananias. Comunidades no Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Goiás estão sendo incluídas no cadastro único e já começam a receber os benefícios. Estamos também distribuindo, este ano, 32 mil cestas básicas para essas comunidades quilombolas.



Com o Programa Luz Para Todos, estamos instalando energia elétrica em 151 comunidades quilombolas ainda neste ano. Em 2006, os benefícios chegarão a outras 128 comunidades. Com isso, nós vamos praticamente triplicar, em dois anos, a quantidade de comunidades que já contam com eletrificação rural. E quem nasce na cidade não dá nenhuma importância. Só dá importância quando acaba a luz. Mas quem nasceu no meio do mato sabe o que significa um bico de luz aceso durante a noite para facilitar a vida das pessoas.

A Fundação Nacional de Saúde, a Funasa, está levando água tratada a 35 comunidades quilombolas e construindo banheiros em 15 outras. E o Ministério da Saúde destinou recursos extras para 55 municípios enviarem equipes de Saúde da Família aos antigos quilombos, praticamente dobrando a abrangência do atendimento a essas comunidades.

O Ministério da Educação também aumentou o repasse da merenda escolar para alunos de comunidades quilombolas, beneficiando 44 mil crianças. E firmou convênios com 46 municípios para capacitação de professores e com outros 28 municípios para construção de escolas.

Mas isso não é tudo. Entre outras, estão em andamento as seguintes medidas: construção e reforma de 1.200 residências nas comunidades quilombolas; implantação de sistema de abastecimento de água tratada e construção de 1.200 instalações sanitárias; atendimento médico-oftalmológico com fornecimento de óculos e realização de cirurgias a quem precisar, bem como capacitação de Agentes Comunitários de Saúde e distribuição de kits de saúde bucal; balcão de Direitos, para acelerar a documentação de toda a comunidade quilombola, possibilitando assim o acesso aos programas sociais, à aposentadoria, aos créditos destinados à agricultura familiar, entre outros benefícios; tele-salas para o ensino fundamental à distância também serão implantadas, bem como quadras e centros poliesportivos para que a comunidade quilombola possa viver com a dignidade que todo ser humano



gostaria de conviver.

Além de medidas destinadas a comunidades específicas, o governo tem trabalhado duramente para criar novas oportunidades para a população mais pobre do nosso país. É o caso do ProUni, que rompe o ciclo perverso em que pais e mães de família, que não puderam fazer curso superior, ocupam sempre os piores postos de trabalho e recebem os menores salários. Isto praticamente condena os seus filhos a não terem, também, as condições para cursar uma universidade.

Este ciclo criou, ao longo de nossa história, verdadeiros grupos sociais de cidadãos e cidadãs sem universidade: jovens pobres, especialmente negros, indígenas, habitantes da periferia e portadores de deficiência física, entre outros.

O ingresso no ensino universitário de mais de 110 mil alunos que não poderiam arcar com as mensalidades é, portanto, o primeiro resultado concreto do ProUni. E, dessas 112 mil vagas, aproximadamente 40 mil vagas são destinadas à população negra do nosso país que, possivelmente, tenha, nesse programa, a maior inclusão universitária já feita na história do nosso país.

Mas seus grandes efeitos sobre a sociedade brasileira serão sentidos em alguns anos, quando os alunos do programa passarem a exercer suas atividades profissionais e a mudar, na prática, o perfil social de nosso país. E isso ocorrerá também porque, em cada universidade, há uma parcela de bolsas, proporcional à composição étnica de sua região, reservada para negros e indígenas. Essas cotas são trilhas republicanas de igualdade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu queria até prestar uma homenagem aqui à nossa companheira Nilcéa Freire que, reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi a primeira companheira a colocar o funcionamento das cotas na universidade estadual do Rio de Janeiro. E não foi fácil, porque o preconceito, ele só não é maior porque não está escrito na testa das pessoas. Se estivesse escrito na testa das



peças, a gente saberia que o preconceito, neste país, é uma doença grave, porque o preconceito é contra o negro, o preconceito é contra o pobre, o preconceito é contra aqueles que pertencem... com menos possibilidade na escala social do nosso país.

Quando nós fazemos uma Conferência como esta, e esta é a 12ª Conferência Nacional de que eu participo em 30 meses. Em todas as áreas do governo já houve conferência e todas com a participação de muita gente. E por que fazemos isso? Nós fazemos isso porque eu quero reafirmar, mais uma vez: a grande coisa que um governo pode deixar, depois que não for mais governo, é a consolidação da relação entre a sociedade e o Estado brasileiro, entre o Estado e a sociedade brasileira, para que os governantes não mudem aquilo que significou conquista da sociedade brasileira.

É verdade que a companheira Leci Brandão disse aqui que essa SEPPIR é conquista do trabalho do movimento negro no país. Mas é verdade, também, que eu mal tinha amizade com a companheira, com a nossa querida companheira Matilde, e também foi o Movimento que a indicou para ser Ministra.

Esta conferência é, também, um dos marcos do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e tem por objetivo construir um plano nacional de política de promoção da igualdade.

Tenho certeza de que esse plano contribuirá decisivamente para que possamos aperfeiçoar o trabalho que estamos fazendo, para aperfeiçoar o trabalho que estamos fazendo juntos, avançando na superação do racismo por meio de políticas públicas e ações afirmativas, cada vez mais concretas.

Nós todos temos um grande orgulho de viver em um país que se destaca cada vez mais no mundo por sua profunda diversidade étnica e convivência harmoniosa. Essa tendência, essa é a tendência que estamos aqui a reforçar.

Quero dar os meus mais sinceros parabéns aos homens e às mulheres



que vieram para cá, para participar desta conferência, aos homens e às mulheres que, como a Bibi, a Benedita e tantas outras, durante décadas e décadas, têm contribuído, com seu esforço, talento, persistência, para que a igualdade racial, no nosso país, torne cada vez mais substantiva a democracia brasileira.

Quero encerrar minhas palavras, dizendo a todos os companheiros: é bem possível que, em um encontro como este, tenha e exista profundas divergências que nem a sociologia, nem a antropologia conseguiram ainda resolver. E é bem possível que esses temas apareçam aqui. O que eu queria pedir a todos os delegados e a você, companheira Matilde, é que as divergências, elas são a razão até da motivação da nossa própria luta. Nós, na verdade, agimos muito como um time de futebol. Parecia que tudo estava acabado quando perdemos da Argentina de 3 a 1, e ontem lavamos a nossa alma, ganhando o jogo de 4 a 1.

Eu acho, e disse à Matilde, um terceiro conselho que ela não contou aqui. É que eu disse à Matilde: eu sei dos problemas que existem no Movimento Negro no Brasil inteiro, até porque já participei de muitos debates ao longo dessa militância política. Agora, Matilde, tem uma coisa concreta. Enquanto a gente fica discutindo as nossas diferenças, vamos tratar de fazer o que tem que ser feito em nível de políticas públicas para este país. Não vamos permitir que as divergências conceituais existentes entre nós façam com que a gente atrase para levar os benefícios para as pessoas mais pobres da periferia deste país, para as comunidades quilombolas, para as comunidades indígenas. Vamos fazer uma política de dois tempos, ou seja, vamos ter o tempo da discussão, o tempo de filosofar, o tempo de divergir, e vamos ter o tempo de construir coisas muito concretas, que é isso que o nosso povo está precisando.

Eu tenho consciência de que nesta Plenária tem grande parte da grande qualidade das organizações do Movimento em todo o território nacional. Portanto, cabe a todos que estão aqui a responsabilidade de dizer ao Brasil, de



dizer ao Presidente da República, e de dizer ao Congresso Nacional: nós existimos, nós sabemos protestar, nós sabemos construir. Mas, o que é mais importante neste momento, é que nós criamos, definitivamente, a consciência de que é bonito ser negro neste país e que metade da população é negra.

Muito obrigado e boa sorte para vocês!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de posse do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando  
Barros e Silva de Souza**

**Procuradoria-Geral da República - 30 de junho de 2005**

Meu caro Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, procurador-geral  
da República,

Meu caro Cláudio Fonteles, que hoje deixa o cargo de procurador-geral  
da República,

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República e  
ministro da Defesa,

Meu caro ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson  
Jobim,

Senhores ministros de Estado,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal,

Senhores presidentes e integrantes dos Tribunais Superiores

Parlamentares,

Senhores presidentes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais  
de Justiça do Estado,

Senhoras e senhores representantes de entidades de classe,

Meus amigos e minhas amigas

A escolha do procurador-geral da República é uma das importantes  
decisões que um Presidente da República toma ao longo do seu mandato.

O procurador-geral é o chefe do Ministério Público da União, instituição  
que tem a função constitucional de defender a ordem jurídica, o regime  
democrático e os interesses sociais e individuais da cidadania.

Os brasileiros aprenderam a ver nas ações de defesa do consumidor, do





meio ambiente, do patrimônio cultural, da criança e do adolescente a atuação segura do Ministério Público em defesa das pessoas comuns deste país.

No sistema de escolha em vigência, o Presidente pode indicar para a função de procurador-geral da República qualquer membro da carreira que deve, então, ter seu nome aprovado pela maioria absoluta dos senadores e senadoras.

No nosso governo, em respeito à decisão dos procuradores, indicamos, tanto em 2003 como agora, os nomes eleitos pelos seus pares.

É indispensável, no entanto, para a credibilidade das instituições do país, que o escolhido seja alguém ílibado, que zele pela independência do Ministério Público e que tenha a necessária combatividade e total compromisso com a apuração dos fatos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Tenho muito orgulho da indicação que fiz, na época, do nosso querido Cláudio Fonteles. Ele foi responsável por uma vigorosa e produtiva gestão do Ministério Público da União.

O dr. Fonteles soube manter o exato equilíbrio entre a independência de sua função e as indispensáveis ações de cooperação entre o Ministério Público e os outros poderes, inclusive com o governo federal.

Isso pode ser observado, por exemplo, nas importantes operações contra a corrupção e o crime organizado realizadas conjuntamente pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Essas operações, conduzidas com isenção e dentro dos mais altos padrões de profissionalismo, vêm dismantelandando grandes esquemas de corrupção que funcionavam dentro do Estado brasileiro há anos e, porque não dizer, há décadas.

Sobre a independência da Procuradoria nunca pairou qualquer dúvida, porque ela foi comprovada cotidianamente pelo trabalho desempenhado nos últimos anos. A relação entre o Poder Executivo e o Ministério Público foi



sempre equilibrada e respeitosa.

Reconhecido por seu saber jurídico, por sua capacidade de trabalho e dedicação ao interesse público, o dr. Cláudio Fonteles soube reafirmar o prestígio perante seus colegas e toda a sociedade, o que é fundamental para o bom andamento institucional do Ministério Público.

Minhas senhoras e meus senhores,

Para substituir o dr. Cláudio Fonteles não tive nenhuma hesitação em, mais uma vez, referendar a indicação feita pelos procuradores, escolhendo o nosso querido dr. Antonio Fernando como candidato da carreira para o posto de procurador-geral da República.

Os senhores e as senhoras sabem que ele tem trabalhado em conjunto com o dr. Fonteles, ocupando o posto de vice-procurador e é co-responsável pelo excelente trabalho realizado pela Procuradoria-Geral.

A decisão de indicá-lo foi tomada, portanto, exatamente para manter a linha independente que hoje é regra na chefia do Ministério Público do nosso país. E o foi também porque acreditamos que assim reforçamos a inabalável disposição de nosso governo de combater a corrupção.

É importante lembrar que o dr. Antonio Fernando assume não apenas a chefia do Ministério Público da União, mas também a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público.

A ação do Ministério Público será, de agora em diante, também balizada por esse Conselho, criado pela Reforma do Judiciário aprovada no Congresso Nacional em dezembro do ano passado.

Estou certo de que o novo procurador-geral encontrará o devido equilíbrio para essa dupla responsabilidade.

E é justamente por acreditar que o dr. Fernando é a pessoa indicada para buscar esse equilíbrio que fico feliz que o Senado da República tenha aprovado sua indicação e hoje possamos celebrar a sua posse.

Acredito que o Ministério Público caminhará nos próximos dois anos da



mesma forma que caminhou nos dois últimos: cooperando com outros poderes sem perder a independência e cumprindo, com o máximo rigor, as suas funções constitucionais.

Antes de dar os parabéns ao novo procurador-geral da República, eu queria lembrar a todos que estão presentes o que disse ao dr. Cláudio Fonteles por ocasião da sua posse no Palácio do Planalto. Eu não o conhecia e disse a ele que o estava indicando não por uma relação de amizade, estava indicando o dr. Cláudio Fonteles por respeito à instituição chamada Ministério Público, que o tinha escolhido como o mais votado da lista para ser procurador da República.

E disse a ele que poderia ficar tranqüilo que, da minha parte, iria ter o comportamento que tem que ter um chefe de Estado, de respeitar a independência, a autonomia e a soberania das instituições. E a história certamente irá registrar qual foi o comportamento do Ministério Público com relação aos outros poderes e, sobretudo, ao Poder Executivo, e qual foi o comportamento do Poder Executivo com o Ministério Público.

Eu acho que o dr. Cláudio Fonteles sai e, quem sabe, terá o merecido descanso. Ele tem me falado de uma viagem que vai fazer, espero que a faça, porque muitos de nós prometemos fazer viagens com as nossas esposas e nunca conseguimos cumprir. Espero que faça e espero, meu querido Cláudio Fonteles, que fique marcada para a história.

Eu não sei em quantos momentos, mas pode ficar certo que eu durmo todo dia com a consciência tranqüila de que na sua gestão, em nenhum momento eu pedi qualquer conversa com o procurador-geral da República para pedir que algum processo, contra quem quer que seja, não tivesse prosseguimento ou não tivesse andamento.

Quero dizer o mesmo ao meu querido Antônio Fernando. Quero dizer, dr. Fernando, que da minha parte, também não o conhecia. O importante é lembrar que eu conheci o dr. Fernando no dia que fui comunicar que ele ia ser



o procurador-geral da República.

Tinha tido informações do próprio Fonteles, que me levou a lista, depois, obviamente, eu consulto sempre meus companheiros que conhecem as pessoas há bastante tempo, e eu não tive dúvida nenhuma, mesmo com respeito aos outros que disputaram a lista tríplice com o dr. Fernando, mesmo com respeito a todos os procuradores que teriam direito de querer ser procurador-geral da República. Eu não tive nenhuma vacilação por uma coisa: eu queria demonstrar não apenas o respeito e o carinho ao homem dr. Fernando, mas era preciso mais que isso, mostrar carinho e respeito à instituição chamada Ministério Público.

Este país tem hábitos, tem vícios, tem costumes que precisam ser retirados da nossa vida. Todo e qualquer brasileiro é favorável ao combate à corrupção nos outros, não nele. Todos os brasileiros são favoráveis à investigação dura nos outros, não neles. Portanto, o que nós precisamos mudar, e essa é a minha convicção de cidadão, não de Presidente da República, é que quando nós tivermos, no Brasil, as instituições fortalecidas, respeitadas, funcionando da forma mais democrática possível, respeitando as regras estabelecidas pelo próprio ser humano, nós não deveremos nos preocupar com as pessoas que estão exercendo os cargos, porque elas estarão subordinadas à grandeza das instituições. E a democracia será muito mais forte, será muito mais adequada aos nossos dias quando as instituições forem sérias, forem fortes e fizerem o seu trabalho com a grandeza que o Ministério Público tem feito.

Eu quero, aqui, dizer uma coisa meu querido Procurador, desculpe a intimidade de quem o está vendo pela segunda vez, mas eu quero te dizer o seguinte: você pode trabalhar com a sua consciência tranqüila. Eu sempre acho que em tudo na vida tem que ter equilíbrio, eu sempre fico muito magoado quando, muitas vezes, as pessoas são execradas antes, para depois



provarem que são inocentes e não têm nunca o mesmo espaço para provar a sua inocência.

Eu acho que o equilíbrio é necessário em função da responsabilidade das instituições. Quanto mais poder nós temos, mais responsáveis nós temos que ser. Quanto mais poder nós temos, mais cuidado nós temos que ter ao abrir a boca e proferir uma palavra. Eu quero dizer a você, meu querido, pode ter certeza absoluta: deste Presidente da República, que tem mandato até o dia 31 de dezembro, dia 1º, você pode ser chamado por mim para tomar café, você pode ser chamado por mim para participar de alguma atividade, mas você nunca será procurado pelo Presidente da República para pedir que você engavete um processo contra quem quer que seja neste país.

Muito obrigado e boa sorte.